

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Dissertação de Mestrado

**De “Turcos” a “Mascates”: O questionamento da
identidade sírio e libanesa em Piracicaba (1889 – 1930)**

Chafic Choairy

orientador: Prof. Dr. Oswaldo M. S. Truzzi

São Carlos - SP

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Dissertação de Mestrado

De “Turcos” a “Mascates”: O questionamento da
identidade sírio e libanesa em Piracicaba (1889 – 1930)

Chafic Choairy

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, da Faculdade de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação do **Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi.**

São Carlos - SP

2013

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C545t Choairy, Chafic
 De "Turcos" a "Mascates" : O questionamento da
 identidade sírio e libanesa em Piracicaba (1889 -
 1930) / Chafic Choairy. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
 113 p.

 Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
 São Carlos, 2013.

 1. Imigração. 2. Sírios e libaneses. 3. Piracicaba.
 4. Processos judiciais. 5. Questionamento da
 identidade. I. Título.



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 -
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Chafic Choairy

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 05 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. José Renato Campos de Araújo
Universidade de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na 32.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 09/03/13

Profª Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Coordenadora do PPGS

Agradecimentos

Este é o espaço dedicado a todos que direta ou indiretamente colaboraram com a execução do trabalho realizado nas páginas que se seguem. Espero agradar aos que contribuíram e me desculpar se minha memória não me auxiliou, com os que deixei de citar e que me auxiliaram também. Nesta parte, o primeiro agradecimento reservei para o meu grande amor, Adelene, que sempre me apoiou e incentivou. Sem o seu incentivo, jamais teria ingressado no programa de mestrado e continuado no curso, dados os vários obstáculos que juntos tivemos que enfrentar. Agradeço imensamente a paciência dispendida a mim e a compreensão quando, por algumas vezes, tive que me ausentar das tarefas de pai, esposo e parceiro. Da mesma forma, agradeço e ao mesmo tempo peço desculpas a minha filha Isabel, por compreender minhas ausências e pela colaboração para que eu conseguisse me concentrar no trabalho. Não posso deixar de agradecer a minha mãe, Vera Choairy, que, além do suporte nas minhas escolhas, ainda me ajudou nas revisões dos vários textos escritos.

Expresso meus mais sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Oswaldo Truzzi, que mesmo atarefado encontrou tempo para me auxiliar, teve paciência com minhas ausências e sempre esteve disposto a me instruir da melhor maneira possível. Da mesma forma, agradeço imensamente a atenção e disposição dos professores Valter Silvério e Richard Miskolci, que mesmo no fim do ano, muito atarefados, conseguiram me atender para o Exame de Qualificação e me deram instrutivas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos funcionários do Instituto Martha Wattz (UNIMEP) pela atenção, auxílio e disponibilidade nas pesquisas com os processos judiciais. Do mesmo modo agradeço imensamente ao pessoal do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), sempre muito atenciosos e solícitos às minhas necessidades, principalmente ao senhor Pedro Caldari e à dona Odila, que me emprestaram livros do acervo da instituição sobre a história de Piracicaba e me ajudaram como podiam. Não posso deixar de lembrar do

pessoal da Sociedade Beneficente Sírio Libanesa de Piracicaba que me disponibilizaram seu acervo bibliográfico sobre a imigração e sobre os povos árabes, a disponibilização das atas da instituição e pela recepção mesmo sem hora marcada. Agradeço também aos colegas e professores do curso de mestrado da UFSCar que me auxiliaram com ideias, críticas e sugestões bibliográficas que me auxiliaram nas análises dos processos e periódicos.

Finalmente agradeço ao meu Deus, que me proporcionou a calma necessária nos momentos mais difíceis do trabalho.

Resumo

O presente trabalho busca analisar a imigração síria e libanesa para o município de Piracicaba durante o período de 1889 a 1935. De acordo com os estudos acadêmicos do tema, tal fluxo migratório se diferenciou das principais correntes étnicas que vieram para o Brasil, principalmente porque a imigração dos árabes não foi subsidiada pelo Estado e eles tiveram uma inserção marcadamente urbana e comercial. A cidade de Piracicaba possui características que a diferenciam dentro do contexto econômico geral dos municípios do Estado de São Paulo, já que teve um amplo desenvolvimento açucareiro em comunhão com a produção cafeeira, o que possibilitou um grande desenvolvimento econômico para a cidade. Assim, o trabalho explorará o processo de construção da identidade sírio-libanesa em Piracicaba, demonstrando os estereótipos criados e os usos do termo turco. Analisaremos também as causas que levaram os libaneses e os sírios a optarem por Piracicaba, além de tentar reconstruir o cotidiano desses imigrantes no município em questão. O trabalho centra a análise das questões elucidadas a partir do estudo de processos judiciais envolvendo sírios e libaneses, de periódico do município e de autores do período que escreveram sobre os imigrantes árabes. Diante dessas circunstâncias, o trabalho pretende demonstrar os mecanismos discursivos de construção das identidades e apresentar trajetórias de imigrantes sírios e libaneses que contrastem com o discurso hegemônico da colônia e reverberado por muitos autores e pela cultura popular.

Palavras-Chave:

Imigração - Sírios e Libaneses – Piracicaba – Processos Judiciais – Questionamento da Identidade.

Abstract

This study aims to analyze the Syrian and Lebanese immigration to the city of Piracicaba during the period from 1889 to 1935. According to academic studies of the subject, such migration differed from mainstream ethnic came to Brazil mainly because immigration of Arabs was not subsidized by the state and they had a distinctly urban and commercial insertion. The city of Piracicaba has features that differentiate it within the context of overall economic cities in the state of São Paulo, which had already owned a large sugar development in communion with coffee production, which allowed a great economic development for the city. Thus, the work will explore the process of identity construction Syrian-Lebanese in Piracicaba, demonstrating the stereotypes created and uses the term Turkish. We will also analyze the causes that led the Lebanese and Syrians to opt for Piracicaba, besides trying to reconstruct the daily lives of these immigrants in the municipality in question. The work focuses analysis of issues elucidated from the study of lawsuits involving Syrians and Lebanese, the journal of the municipality and authors of the period who wrote about Arab immigrants. Given these circumstances, the article discusses the discursive mechanisms of identity construction and present trajectories of Syrian and Lebanese immigrants that contrast with the hegemonic discourse of the colony and reverberated by many authors and popular culture.

Keywords:

Immigration - Syrians and Lebanese - Piracicaba - Legal Proceedings - Questioning of the Identity.

Sumário

1.) Introdução.....	8.
2.) A imigração sírio-libanesa e o município de Piracicaba.....	19.
3.) As identidades dos sírios e libaneses no Brasil e os estereótipos.....	p. 35.
4.) Conclusão.....	p. 98.
5.) Bibliografia.....	p. 107.
6.) Fontes Documentais.....	p. 110.
7.) Anexos.....	p. 111.

1.) Introdução:

A imigração de sírios e libaneses para o Brasil é um tema relativamente novo nas interpretações acadêmicas. Até então as atenções foram voltadas para as imigrações de contingentes maiores como os italianos, espanhóis, portugueses, entre outros. Em decorrência disso, as bibliografias relativas ao assunto não representam um acervo muito grande e variado.

As obras sempre procuram explicar os motivos que levaram sírios e libaneses a imigrarem para uma região de cultura muito diversificada, o que os levou a se inserirem num meio econômico até então pouco explorado por outros grupos de migrantes e ainda, as formas de aculturação no Brasil, bem como suas formações identitárias. Os imigrantes sírios e libaneses reconstruíram suas identidades no Brasil, já que se identificavam em relação às suas aldeias e religiões, não possuindo, portanto, um forte sentimento nacionalista. A identificação era muito mais voltada para a região do país em que moravam e as seitas religiosas a que pertenciam do que a uma nação propriamente. A questão que se colocou foi de que forma essa identidade foi elaborada no Brasil? Quem seriam os sírios e libaneses no Brasil? E em relação a quem, ou à quais características, essa identidade foi forjada nesse novo país?

Tenho como anseio analisar, inicialmente, o contexto da cidade de Piracicaba, no interior do Estado de São Paulo, para entender as causas da inserção de sírios e libaneses em um local cuja economia não se enquadrava totalmente no delineamento econômico geral do estado de São Paulo; e compreender, através de processos judiciais em que sírios e libaneses foram tanto vítimas como réus, as redes sociais e o cotidiano de alguns imigrantes que apresentaram atitudes diferentes das difundidas pela colônia e pela literatura especializada. A partir dessa questão, procurei problematizar a forma de representação dos sírios e libaneses e entender como se deram as relações sociais e econômicas desses sujeitos na cidade de Piracicaba.

Iremos, portanto, problematizar a questão da identidade e da identificação dos imigrantes sírios e libaneses no município de Piracicaba, em

um recorte temporal que vai de 1888 até aproximadamente 1921 (entretanto, esse trabalho procura problematizar a questão da identidade até hoje). Procuo questionar o discurso de identidade de grupo, levando em consideração as estratégias de estabilização, unificação e fixação dos seus sujeitos sobre um mesmo estereótipo, assim, procurando demonstrar que os discursos identitários são forjados dentro de um contexto histórico específico, se alterando conforme o tempo e que procuram unificar seus membros sob a perspectiva de um estereótipo. Dessa maneira, entendo que os discursos identitários tendem a elaborar uma imagem sobre si que mascara e omite trajetórias dissonantes de alguns de seus membros.

Para melhor compreender os mecanismos de funcionamento dos discursos identitários e a função estratégica do estereótipo e da ambivalência nesses discursos, utilizei a abordagem de Homi Bhabha sobre o discurso colonial em seu trabalho *A Outra Questão* ¹. Esse autor considera que o discurso colonial depende exclusivamente do conceito de fixidez para a construção ideológica da alteridade. Fixidez, no caso, designa tanto o conceito de rigidez e ordem imutável, como também desordem, degeneração e repetição demoníaca, pois, o estereótipo, que é a principal estratégia discursiva do colonialismo, sempre oscila entre o que está dito, o que está sempre no lugar, o que já se conhece e o que precisa ser ansiosamente repetido. ²

Dessa maneira, o estereótipo se encontra envolto no conceito de fixidez, pois ele é sempre o ser degenerado, que precisa ser incessantemente repetido, na medida em que sua estrutura fixa é constantemente ameaçada por novas diferenças descobertas. Assim, “é a força da ambivalência que tem o estereótipo colonial que dá sua validade, que garante sua repetibilidade e, conjunturas históricas e discursivamente mutantes, que embasa estratégias de individualização e marginalização.” ³

Para melhor compreender o funcionamento e efetividade produtiva dos mecanismos do discurso colonial, Bhabha sugere compreender os processos de subjetivação, tornados possíveis através do discurso do estereótipo. O

¹ BHABHA, H. *A Outra Questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo*. In: **O local da Cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

² BHABHA, H. 1998, p. 105.

³ Idem, p. 106.

interesse de Bhabha não é desconstruir o discurso colonial, pois fazer isso significaria colocá-lo dentro de uma análise normativa, que acaba por descartá-lo ao invés de deslocá-lo, para isso ele procura compreender a produtividade do poder colonial a partir da construção da noção de verdade que esse discurso procura ter.

De acordo com esses princípios, me aproprio desses conhecimentos de Homi Bhabha, para explicar a importância do estereótipo e do conceito de ambivalência para o funcionamento dos discursos identitários, com o intuito de mostrar que esses discursos procuram elaborar uma identidade aos seus membros partindo de um estereótipo que se supõe ser fixo, ou seja, que não se altera nunca com o tempo, ao mesmo tempo em que ele é constantemente ameaçado pela diferença. Assim sendo, os discursos identitários estão a todo o momento sendo questionados, fissurados e reinterpretados, por mais que o discurso pareça ser fixo e atemporal. O discurso, em alguns casos, apela para um suposto gene que coloca todos os imigrantes sírios e libaneses como semelhantes. Ao utilizar esse princípio, os discursos acabam mascarando as trajetórias de seus membros que não compartilham das mesmas características do estereótipo criado.

Diante desses conceitos e questões, procurei realçar, nas descrições dos processos judiciais trabalhados, os usos do termo “turco” como a representação negativa do estereótipo criado pela sociedade brasileira ao imigrante sírio e libanês, ao passo que a figura do mascate, resgatada das obras que retratam o tema, passa a ser o contraponto da colônia às projeções feitas sobre eles.

Veremos que o termo turco foi utilizado para marcar, caracterizar e representar os imigrantes sírios e libaneses de maneira ambígua, ou seja, o termo poderia ser evocado para ofender como, também, para apelidar carinhosamente um indivíduo. Enalteci, durante o trabalho, os usos negativos do termo para demonstrar que, inicialmente, esses imigrantes não foram bem recebidos na sociedade brasileira, entretanto, com o enriquecimento de alguns de membros, parte da sociedade brasileira passa a vê-los com outros olhos. Ao mesmo tempo, em resposta a essa perspectiva negativa atribuída aos sírios e libaneses, observamos alguns trabalhos, como o de Taufik Duoun, Maria

Cabreira, Alfredo Ellis Jr, Gabriel Marques e outros trabalhos relacionados ao tema, que atribuem características positivas aos sírios e libaneses representados sob a ótica do mascate caracterizado como um trabalhador incansável, honesto e econômico.

Parto do pressuposto de que o discurso identitário é elaborado de acordo com os interesses históricos do grupo em questão, podendo, portanto modificar-se com o tempo, mesmo que o discurso e seus meios de operação apelem para uma suposta atemporalidade.

Para complementar a análise sobre os discursos identitários e seu funcionamento, utilizarei a análise de Edward Said em *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*⁴, para explicar os interesses em estereotipar negativamente os indivíduos e também utilizar sua análise de construção de identidade partindo do binarismo eu/outro. Said faz uma explanação histórica para demonstrar que a suposta identidade do que se conhece como Ocidente foi formado a partir dos conhecimentos do Oriente.

Para Said é em uma relação binária, eu/outro, que se formam as identidades. O chamado Oriente é toda a falta do chamado Ocidente, ou seja, o Ocidente só pode ser aquilo que o Oriente não é e, dessa maneira, os orientais são sempre observados como seres exóticos, efeminados, degenerados, inferiores, porém, desejados, para que o ocidente possa ser exatamente o seu oposto, a falta dessas características negativas. Essas imagens do Ocidente superior em relação a um Oriente inferior foram difundidas, de acordo com Said, ao longo de vários séculos pelas sociedades europeias através de romances, fábulas, contos e até estudos científicos. Tais conhecimentos moldavam o olhar dos indivíduos sobre tudo o que fosse considerado oriental, entretanto, essas visões do oriente que os indivíduos tinham, não eram em absoluto racionais, elas povoavam um inconsciente.

Portanto, os conceitos de orientalismo latente, elaborado por Edward Said e que representa as imagens fantasiosas que povoam o inconsciente e o

⁴ SAID, E. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

orientalismo manifesto, que são as informações concretas adquiridas e codificadas de acordo com as imagens do inconsciente, serão muito importantes para nós, na medida em que buscamos compreender de que modo o imaginário em relação ao sírio e libanês povoava o inconsciente dos brasileiros e outros imigrantes e de que modo as caracterizações manifestas foram reinterpretadas pelos brasileiros. Do mesmo modo, a relação binária eu/outros como meio de construção da identidade é importante para observar de que modo os brasileiros utilizaram esse outro estrangeiro indesejado, que eram os sírios e libaneses, para se construírem como superiores, ao mesmo tempo de que forma os imigrantes sírios e libaneses utilizaram as noções que os brasileiros tinham de sociedade e de indivíduos aceitáveis para elaborar uma imagem de si.

Em relação a essas negociações de identidades, o trabalho de Jeffrey Lesser, *A negociação da identidade nacional*⁵, e os vários trabalhos de Oswaldo Truzzi, serão de grande importância para contextualizar a imigração de sírios e libaneses para o Brasil, assim como o processo de aculturação e integração desses indivíduos na cultura, dita por Jeffrey Lesser, euro-brasileira.

Diante desse quadro, procuro demonstrar que assim que os sírios e libaneses aportaram no Brasil, foram elaboradas diversas imagens sobre eles pelos brasileiros e pelos outros indivíduos que aqui se encontravam. Verifiquei que essas representações assumiram, em muitos casos, um caráter negativo, ao passo que em outro momento, quando alguns desses indivíduos já haviam conquistado sucesso econômico, as representações passaram a retratar indivíduos de conduta moral rígida e de grande disciplina para o trabalho.

Essas perspectivas é que me serviram de base para a discussão sobre as identidades elaboradas sobre/dos sírios e libaneses. Para isso, demonstrei os momentos em que foram projetadas a esses imigrantes uma aura negativa e de que modo essa aura se caracterizava. Ao mesmo tempo resgatei a imagem que os imigrantes sírios e libaneses, ao se juntarem em um grupo, procuram

⁵ LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes e a luta pela etnicidade no Brasil*. Editora UNESP, 2001.

projetar sobre eles e em relação à que, ou, para quem eles elaboram essa imagem.

A partir desse jogo de projeções, utilizei as trajetórias de imigrantes sírios e libaneses que não se enquadram no estereótipo utilizado pela colônia para se caracterizar e, tentar apresentar fissuras na noção do discurso identitário como sendo único e fixo.

Para encontrar as trajetórias de imigrantes sírios e libaneses que se diferem do estereótipo elaborado pelo grupo, recorri a diversos tipos de processos judiciais em que os sírios e libaneses se apresentaram como indivíduos dedicados ao jogo, à prostituição, a uma vida privada de dinheiro ou não, a violências domésticas, a assassinatos pela honra, a brigas por demonstração de masculinidade.

Utilizo os processos judiciais para destacar como o termo turco emerge em muitos relatos para designar os sírios e libaneses. Esse uso é evocado em situações de conflito e de raiva, carregando consigo, então, um conjunto de caracterizações negativas que se relacionam com o início da penetração desses indivíduos na sociedade brasileira e a indisposição da elite oligárquica brasileira em aceitar esses imigrantes. Desse modo, a estereotipia negativa elaborada por membros da sociedade brasileira em relação aos sírios e libaneses é reproduzida sempre que se tem o intuito de ofender. Portanto, o termo que pôde ser utilizado como um apelido carinhoso foi também utilizado como meio ofensivo, o que considero, partindo da ideia de orientalismo latente, uma imagem negativa que os indivíduos carregam sobre o outro e que emerge em situações de conflito e de raiva.

Nesse sentido, como todo o trabalho se permeia no uso de processos judiciais e algumas notícias de jornal, devo esclarecer que esse tipo de fonte é alvo de grandes questionamentos. Isso porque “as categorias da lei e os valores e estratégias dos profissionais da justiça – delegados, escrivães, promotores, advogados e juízes – filtram o que entra em um processo e

modificam o vocabulário dos depoimentos, escritos em terceira pessoa.”⁶ Entretanto, como os pobres do passado deixaram, de modo geral, poucos vestígios sobre suas vidas, os processos judiciais – ainda que escritos pelo filtro de funcionários do Estado – podem nos apresentar muitos indícios sobre as percepções e interpretações dos indivíduos sobre os eventos e pessoas. Além disso, como afirma Karl Monsma, “as interpretações de crimes produzidas por réus, vítimas, testemunhas, promotores, advogados e juízes, também fornecem evidências sobre o uso retórico dos estereótipos raciais, étnicos e nacionais.”⁷

Em adendo às considerações de Monsma sobre a importância dos processos judiciais como fontes históricas, a análise de Foucault sobre o poder e a manifestação dele na sociedade também reafirma a validade desse tipo de documento. De acordo com Truzzi e Monsma os processos judiciais como fontes históricas, “dão voz, ainda que obliquamente, às camadas mais populares. O conflito ocorrido, agora tratado como crime potencial, é narrado por pessoas comuns, e em seguida registrado e interpretado pela justiça, com base nos depoimentos dos implicados no caso: réu, vítimas e testemunhas.”⁸

Utilizando a fala de Sidney Chalhoub, ainda para justificar o uso de processos judiciais nesse nosso trabalho, “o fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ (...), e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso.”⁹ Em nosso trabalho o que vale muito são as formas de representação que os indivíduos fazem uns dos outros em situações de conflito ou não. Por mais que sejam questionadas as veracidades dos relatos, se o que os indivíduos estão depondo, aconteceu ou não, tal relato, ainda que filtrado por um agente oficial, representa, de algum modo, uma imagem sobre o outro e sobre si.

⁶ MONSMA, K. *Histórias de Violência: inquérios policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas*. In: **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas**. DEMARTINI, Z. De B. F., TRUZZI, O. M. S. (orgs), São Carlos, EDUFSCar, 2005, p. 160.

⁷ Idem, p. 164.

⁸ TRUZZI, O. e MONSMA, K. Cotidiano e Violência: crimes e identidades étnicas entre imigrantes italianos no meio rural paulista. In: *Travessia: revista do migrante*. Cotidiano, ano XVI, número 47, setembro-dezembro 2003, p. 38.

⁹ CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Editora da UNICAMP, 2001, p. 81.

O fato de ser uma situação de conflito pode caracterizar ainda melhor a imagem inconsciente que os personagens têm uns dos outros, pois faz parte de uma situação em que a razão do agente em questão pode ser dominada pelos sentimentos de raiva, rancor, ódio. Ao mesmo tempo em que o indivíduo pode utilizar da racionalidade para ofender, descaracterizar, inferiorizar e deixar seu desafeto em situações desconfortáveis e frágeis, ele enaltece e qualifica positivamente a si, ou ao seu protegido.

Nos processos judiciais, podemos resgatar a fala de pobres e pessoas de outras classes sociais que demonstraram suas visões, valores e interpretações sobre os indivíduos em questão nos julgamentos. Essas descrições são importantes instrumentos para a formação de identidades, já que o poder discursivo não se encontra somente em instituições, mas está dissolvido em todos os setores e instituições da sociedade. Por isso Foucault afirma que o poder é microfísico.

Dentro da análise do que Michel Foucault considera como instrumentos de poder, os testemunhos, os relatórios, as descrições de promotores e advogados, as falas de jornais, assim como as narrativas de obras acadêmicas ou de literaturas são mecanismos dos jogos de poder que permeiam os discursos identitários. De acordo com Foucault,

a análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. (...) O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.¹⁰

Sendo assim, o poder pode se consolidar em algumas instituições e formas de dominação, mas ele está presente em vários âmbitos da organização social e entre nossos próprios discursos. Por isso, a fala desses indivíduos, que tentarei resgatar aqui, é importante, porque apresentam a disputa de poder entre as visões que a sociedade tem dos imigrantes sírios e

¹⁰ FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro. Edições Graal, 17ª ed., 1988, p. 103.

libaneses que imigraram para o Brasil na transição do século XIX até meados do século XX.

Ambiciono propor um estudo que vá além da reconstrução dos cotidianos de sírios e libaneses no Brasil para interpretar as relações de poder discursivo que permearam o processo de construção do estereótipo elaborado por estudos acadêmicos e relativos à colônia sobre o árabe no Brasil. Nesse jogo de poder vamos observar como jornais, testemunhas em processos e promotores de Justiça retratavam o imigrante sírio e libanês, e como os trabalhos acadêmicos e literários representavam o mesmo sujeito.

O interesse por estas trajetórias de sírios e libaneses surgiu a partir de leituras sobre a imigração árabe para saciar a curiosidade quanto às origens de minha família (sendo eu um ascendente libanês), os motivos que os levaram a escolher o Brasil e as trajetórias cotidianas de vida no novo país. Essas leituras, contudo, constantemente traziam as seguintes perguntas em minha mente: “Será que não houve sírios e libaneses que não conseguiram se enriquecer, ou formar filhos doutores? Não houve sírios e libaneses corruptos, ladrões, bandidos, pobres, estelionatários, enfim, sírios e libaneses com problemas com a justiça?” Com essas interrogações segui ao Instituto Histórico e Cultural Martha Whattz em Piracicaba, um centro com um grande acervo de processos jurídicos da comarca de Piracicaba, e comecei a procurar por processos judiciais que pudessem apresentar evidências diferentes das propagadas.

Os processos selecionados para este estudo requereram um grande esforço de levantamento de dados e de análise, visto a dificuldade em selecionar processos por nacionalidade. Os processos judiciais no Instituto Martha Wattz estão disponíveis para consulta, ainda em seu aspecto físico. Esses arquivos ficam guardados em caixas numeradas. Para facilitar as buscas por processos, estes foram fichados em um banco de dados em dois computadores que ficam disponíveis aos pesquisadores. Nos computadores, o programa de banco de dados disponibiliza pesquisas a partir do tipo de crime, como furtos, desordens, roubo, assassinato, defloramento, cobrança de dívida, estupro, atentado ao pudor, entre outros. É possível pesquisar também por

nomes de requeridos ou requerentes e pela data, ou seja, ano em que o inquérito e os tramites legais foram tomados.

Diante desse quadro, para encontrar os sírios e libaneses recorri a pesquisas em relação aos tipos, ao que elaborei, diante de uma imensa quantidade de nomes, uma lista com os que me pareceram de imigrantes de sírios e libaneses. Portando a lista, passei a conferir nome por nome, através da leitura dos processos judiciais, trabalho esse que levou um bom tempo. Depois de verificados os nomes, cheguei a uma lista final com 28 processos (que podem ser verificados no anexo 1), passei a lê-los para selecionar aqueles que considere mais relevantes e selecionei apenas 7. Espero ainda poder analisar os outros processos que também apresentam informações muito importantes e válidas para este estudo e outros tipos de análise.

Juntamente com esses processos, prossegui uma investigação ao periódico Gazeta de Piracicaba (o mais antigo do município), preservado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, a fim de observar se o jornal descrevia os eventos judiciais selecionados, de que maneira ele os apresentava e para encontrar qualquer tipo de informações em que os árabes, ou “turcos” – como apareciam em muitas notícias – fossem retratados. É importante ressaltar que o periódico em questão foi fundado em finais do século XIX, aproximadamente na década de 1880, pelos irmãos Manuel e Prudente de Moraes Barros, com o objetivo de fazer campanha abolicionista e defesa do ideal republicano, atendendo aos interesses da oligarquia piracicabana e paulista, de forma geral. Com amplos elogios ao seu fundador e também ex-presidente Prudente de Moraes, que nascido em Itu foi radicado em Piracicaba, o jornal defendia o governo republicano e liberal instaurado em 1894, bem como a adoção de políticas públicas para o desenvolvimento do setor agrário paulista, como a proteção do café e da introdução de mão de obra europeia nas lavouras do município e região.

É possível considerar que a análise de processos judiciais para a reconstrução do passado é uma metodologia relativamente nova no Brasil, pois, de acordo com Sidney Chalhoub, “é coisa que vem desde a década de

1960 e com grande intensidade a partir dos anos 70 do século XX.”¹¹ Ainda assim, é um documento fundamental para chegar à fala dos indivíduos que não eram reproduzidas pelos veículos de comunicação existentes, bem como porque retratam eventos que esses mesmos meios podiam não relatar.

Os tipos de processos judiciais que serão levantados no presente projeto são de natureza diversa, nos quais os sírios e os libaneses foram arrolados tanto como vítimas, quanto como réus. Vadiagem, cobranças, roubo, agressões entre familiares e também entre sírio-libaneses e brasileiros e outros imigrantes, acusações de estupro e de atentado ao pudor integram os casos a serem analisados. A ideia foi recuperar as relações sociais que os sírios e libaneses tiveram no Brasil e observar a interação com outros grupos e as que existiram entre eles, personagens cujas condutas a colônia preferiu não mencionar. Para chegar perto desse objetivo, a proposta foi analisar em profundidade por volta de sete processos de diversos tipos, de um total de vinte e oito documentos já levantados, que podem ser observados no anexo 1. Esses documentos foram fichados e transcritos em formulários propostos por Karl Monsma¹² para melhor aproveitar e organizar as informações provenientes da fonte.

Com os processos em mãos e o fichamento realizado, uma nova revisão dos processos foi elaborada com o intuito de filtrar ainda mais as descrições consideradas mais importantes e os relatos que pudessem apresentar representações e imagens sobre os indivíduos que se enquadrassem na proposta desse trabalho. Assim, consegui encontrar pontos de semelhança entre processos de naturezas distintas e de períodos distintos que são de suma importância para compreender o estereótipo negativo, a moral valorizada no período e as variadas distinções entre os imigrantes sírios e libaneses retratados nesse trabalho.

¹¹ CHALOUB, S. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. Texto produzido a partir da palestra proferida no TRT 4ª Região, por ocasião do Curso de formação de multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”, no dia 03 de junho de 2005. A Palestra recebeu o título “A importância do processo judicial para a memória de uma Nação moderna.” p. 2.

¹² MONSMA, K. *Histórias de Violência: inquérios policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas*. In: **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas**. DEMARTINI, Z. De B. F., TRUZZI, O. M. S. (orgs), São Carlos, EDUFSCar, 2005.

2.) A imigração sírio-libanesa e o município de Piracicaba:

Nesse capítulo serão abordadas as características da imigração sírio-libanesa para o Brasil e do município em questão para contextualizar o período, o grupo e o local em que estamos trabalhando. As informações aqui descritas serviram como base para o entendimento das identidades elaboradas sobre os imigrantes e pelos imigrantes. Ao mesmo tempo, o município de Piracicaba também oferece um quadro que o alinha, de certo modo, às demais preocupações do cenário político-econômico do Brasil no período.

Foi a partir de finais do século XIX até meados do século XX que a imigração sírio-libanesa passou a ter um grande destaque. Os estudos sobre o tema demonstram que esse fluxo migratório possui algumas características singulares, como o fato de não ter sido subsidiada, ou seja, esses indivíduos deixaram seus lares e se arriscaram em um mundo completamente diferente por conta própria. Tais trajetórias são diferentes dos principais grupos de imigrantes que povoaram São Paulo nesse mesmo período (italianos, portugueses, espanhóis e japoneses). Eles se diferenciaram também em relação a sua inserção no mercado de trabalho, já que alguns dados e autores demonstram que essa inserção foi marcadamente urbana, e, especializada na área comercial, enquanto que grande parte de italianos, portugueses, espanhóis e japoneses que imigraram para o Brasil se inseriram nas áreas rurais, sendo utilizados como mão-de-obra das lavouras de café, ou nas atividades industriais.

O trabalho de Clark Knowlton, *Sírios e Libaneses: mobilidade social e espacial*,¹³ nos oferece importantes descrições e informações sobre esse fluxo migratório. De acordo com o autor, da segunda metade do século XIX até, aproximadamente a década de 1930, muitos sírios e libaneses de maioria cristã, emigraram para o continente americano, para a Europa, partes da Ásia central e para partes da África. Em concordância com o recorte temporal do fluxo emigratório de sírios e libaneses de suas terras para outras partes do mundo, assinalado por Knowlton, fechei o recorte temporal desse trabalho. Da mesma forma, quando caracterizei os imigrantes de árabes, me referi a uma

¹³ KNOWLTON, Clark S. *Libaneses no Brasil: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhembi, 1960.

especificidade entre os povos árabes: a dos sírios e dos libaneses, visto que esses, em sua maioria cristã, figuraram, entre os povos árabes que migraram para o Brasil, o maior contingente.

Diante desse quadro de grande emigração dos sírios e libaneses para boa parte do mundo, é interessante questionarmos sobre os motivos que os levaram a essas jornadas. Conforme Clark Knowlton, para que seja possível a emigração, algumas condições devem existir, como a liberdade pessoal, já que o indivíduo não pode emigrar se não estiver livre de laços e obrigações feudais que o prendam a determinada localidade; o conhecimento do emigrante da terra a que pretende se destinar; a presença de vantagens conhecidas ou supostas da terra destinada sobre a pátria natal; o descontentamento do indivíduo com a sua situação na vida e o desejo de mudanças; e, por fim, deve haver facilidade de transportes adequados.¹⁴

Existe uma multiplicidade de fatores que podem levar os indivíduos a deixarem seus lares e a se “aventurarem em outros locais”, mas, de forma geral, podemos considerar a busca por melhores condições de vida (conceito abrangente que considero aqui como a busca por regiões menos violentas, a procura por desenvolvimento econômico e por uma vida mais calma), o espírito aventureiro e o descontentamento com a terra natal apresentam-se como motivos que pesam muito nas decisões dos migrantes.

Sendo assim, podemos nos perguntar quais foram as agruras que passaram os sujeitos árabes e seus motivos para emigrarem para a América, um continente de costumes ocidentalizados em seus discursos e de características culturais bem diferentes?

As obras do tema apresentam motivos variados, como as perseguições religiosas de islâmicos a cristãos (a Síria e o Líbano, principalmente o Líbano, eram, no período, países com uma grande concentração de cristãos, mas dominados pelo Império Turco-Otomano, cuja religião oficial era maometana), o aumento demográfico, a crise econômica, os valores familiares, entre outros.

¹⁴ KNOWLTON, C. 1960, p. 17.

Clark Knowlton aponta três fatores fundamentais para explicar a emigração dos sírios e libaneses: político-religiosos, fatores econômicos e fatores mistos. Segundo ele, a Síria e o Líbano (regiões que no período possuíam um número expressivo de cristãos) permaneceram por muito tempo sob o jugo do Império Turco-Otomano e durante esse domínio aconteceram alguns massacres e diversas extorsões aos cristãos pelos muçulmanos e drusos.

Antes do século XX, os cristãos (em suas mais variadas seitas: católicos, ortodoxos, maronitas, protestantes, entre outras) ocupavam uma posição social e política inferior no Império Turco Otomano, sendo sujeitos a restrições e exações. “Em tempos de paixão política ou religiosa, eram, geralmente vítimas de ofensas e massacres.” Sendo assim, alguns autores concordam com essa parte da teorização de Knowlton e afirmam que a imigração dos sírios e libaneses para a América ocorreu em razão das perseguições religiosas que os cristãos, em seus territórios, sofriam: massacres, extorsões e explorações, o que os manteve em constante temor pela sua vida. Assim que uma possibilidade se tornou real – no caso, Knowlton destaca ter sido o contato com protestantes norte-americanos no Líbano e na Síria que tornaram a América uma possibilidade, ao aproximarem culturalmente os sírios e os libaneses dos chamados ocidentais – os cristãos fugiram de seus países em busca de um novo futuro.

O fato dos cristãos do Líbano e da Síria¹⁵ estarem sob o domínio dos islâmicos propiciou uma série de massacres e extorsões legitimadas pelo princípio político-religioso. Assim, o Império Turco-Otomano, garantia postos de comando e administração aos islâmicos locais e estes ficavam responsáveis por recolher e pagar os impostos e taxas impostas pelo império. Entretanto, as taxas que o território sob o jugo turco deveria pagar era uma e as taxas que os administradores cobravam da população era outra. Dessa soma, os administradores recolhiam, geralmente dos habitantes cristãos, uma parcela bem superior ao que deveriam pagar ao império e ficavam com elas.

¹⁵ É importante ressaltar que o Líbano era uma província vinculada à Síria, sendo parte da chamada Grande Síria e sua independência só ocorreu em 1946, quando as tropas francesas se retiraram do território.

Esse *status quo* de privilégios intocáveis de islâmicos foi abalado quando a Síria e conseqüentemente o Líbano foram invadidos pelo Egito de Ibrahim Pachá em 1830. Sob o domínio egípcio, a região passou a ser controlada por um governo centralizador e forte que limitou severamente os poderes da nobreza local e instituiu certa liberdade religiosa. Foi aí que os missionários protestantes norte-americanos entraram no país e disseminaram as imagens da América e possibilitaram esse estreitamento cultural entre a América e a Síria e o Líbano. Tal governo egípcio, ainda que islâmico, por ser centralizador, restringiu o poder da nobreza local que explorava os habitantes e igualou juridicamente os maometanos e a minoria cristã. Assim “começa a surgir um sentimento de hostilidade entre os maronitas (montanhas setentrionais ao norte do Líbano) e os drusos ao sul, em menos de um ano da retirada das tropas egípcias,”¹⁶ o que propiciou diversos dos conflitos e massacres dos islâmicos contra os cristãos.

Clark Knowlton destacou outro evento importante que levou os sírios e libaneses cristãos a emigrarem. A partir de meados do século XIX, os lavradores maronitas lentamente se espalharam para o sul, em território druso, substituindo os lavradores nativos. Os proprietários cristãos e drusos preferiam a mão-de-obra maronita (seita cristã que cultua um santo da região, São Maron, não reconhecido pela Igreja Católica) por considerar suas técnicas agrícolas superiores. Esse evento acabou forçando alguns dos drusos, que perderam seus empregos para os maronitas, a emigrar para a Síria, enquanto os que ficaram estiveram em condições de instabilidade econômica, religiosas e política. A situação se torna intolerável o que causou conflitos em 1940-41 entre drusos e maronitas e em 1960 entre os mesmos. O conflito de 1960 se generalizou entre os camponeses maronitas contra os senhores drusos. Como esses islâmicos possuíam melhores armas e maior organização e contavam com a conveniência turca, realizaram “um massacre geral dos cristãos em toda a Síria e Líbano.”¹⁷

Assim, Clark Knowlton procura demonstrar que os conflitos e massacres, não são de todo por motivos puramente religiosos. Os fatores políticos e

¹⁶ KNOWLTON, C. 1960, p. 20.

¹⁷ KNOWLTON, C. 1960, p. 21.

econômicos fizeram com que os indivíduos se agrupassem ao redor de suas crenças religiosas e se organizassem para lutar pelas suas necessidades.

Oswaldo Truzzi, em complemento a ideia de Clark Knowlton, rechaça a perspectiva religiosa como categoria primordial para a emigração dos sírios e libaneses ao afirmar que o último grande massacre ocorreu em aproximadamente 1860 e o grande fluxo de migrantes sírios e libaneses cristãos para a América se inicia em 1880. Para Truzzi ¹⁸, são combinações de fatores que promoveram essa migração, destacando-se os problemas econômicos enfrentados pelos sírios e libaneses com a introdução capitalista dos impérios franceses e ingleses na região. Com a presença dos produtos europeus no mercado libanês e sírio, os produtores artesanais e familiares começam a perder a concorrência e entrar em falência.

Na Itália, de forma semelhante (mas não igual) foi a expansão das relações capitalistas no meio rural italiano o elemento responsável pela emigração em massa para o Brasil, como indica Zuleika Alvim, ao analisar a imigração italiana para o estado de São Paulo, durante 50 anos, mais precisamente entre 1870 e 1920. Segundo ela, a

concentração da propriedade; altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao consequente endividamento; oferta, pela grande propriedade, de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e, finalmente, a sua transformação em mão-de-obra para a indústria nascente¹⁹.

Tal processo não ocorreu de maneira uniforme em toda Itália, contudo, conforme se implantava, ia liberando um excedente de mão-de-obra que o próprio país não conseguia absorver. Essas podem ser consideradas as condições particulares do caso italiano, quanto a sua inserção no crescimento mundial do capitalismo, que fazem desse país um dos maiores fornecedores de mão-de-obra barata no período anunciado.

No caso dos sírios e libaneses, a situação foi um pouco diferente, visto que o Líbano e a Síria não possuíam um parque industrial como o da Itália. A

¹⁸ TRUZZI, O. M. S. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*, São Paulo: Editora Unesp, 2009.

¹⁹ ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente: Os italianos em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 22

mão-de-obra livre e desocupada que vinha das zonas rurais era ainda maior nas cidades. Assim, muitas famílias árabes foram sendo desmanteladas e a grande esperança de uma vida melhor era investir o pouco que tinham numa arriscada América, local cuja ideia de possibilidades infindáveis parecia seduzir a mente das famílias árabes. Essa sedução se torna ainda mais forte quando alguns que vieram para a América e foram “bem sucedidos” mandavam remessas de dinheiro para suas famílias que ficavam.

Somado a essa questão econômica, Oswaldo Truzzi ainda levanta outra questão: o aumento demográfico e a pouca quantidade de terras. Pela tradição familiar dos sírios e libaneses, as propriedades de uma família eram distribuídas entre os filhos após a morte dos pais. Contudo, como a população aumentou, esse momento de partilha de propriedades se tornou um grande problema quando os herdeiros viram que suas heranças representavam fatias cada vez menores das propriedades.

Esse fato isolado pode não apresentar uma hipótese estruturada da motivação, só que devido ao reduzido tamanho dos sítios a produção também reduzia, o que fazia diminuir a arrecadação e problematizava a competição comercial com produtos estrangeiros que invadiam cada vez mais a produção artesanal das famílias. Para piorar ainda mais a situação, pestes devastaram a terra, expulsando muitos de seus lares, e erosões nos solos também massacraram a pequena produção agrária do país. Dessa forma, muitas famílias também se desmantelaram, perderam suas propriedades e foram buscar refúgio no crescimento econômico de outro país.

Os imigrantes da Síria e do Líbano, quando no Brasil, tiveram por preferência os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. São Paulo e Rio de Janeiro foram alvos em razão do desenvolvimento econômico que viviam pelo surto do café, enquanto a região do Amazonas prosperava com a extração do látex. Apesar de se situarem, inicialmente, nas capitais, esses imigrantes, gradualmente, foram percorrendo o interior e se alocando em várias cidades e vilas.

Os estudos do tema revelam que a maioria dos sírios e dos libaneses que chegaram ao Brasil inseriu-se no mercado comercial urbano. Entre as explicações para esse fenômeno, vale destacar a experiência negativa de alguns árabes que tentaram se inserir no meio rural, visto que o estilo de produção que encontraram no Brasil era muito diferente do que estavam habituados em seus países de origem. A partir dessas experiências negativas e das cartas que mandavam para seus parentes e amigos que haviam ficado na terra natal, impeliavam outros que vinham a fugir das grandes lavouras paulistas e buscavam refúgio nos negócios de seus patrícios inseridos no comércio. De acordo com Oswaldo Truzzi, a migração dos sírios e dos libaneses para o Brasil também foi influenciada pela rede social, os migrantes pioneiros que conseguiram estabelecer uma propriedade após passarem pela experiência de mascate, chamavam outros e os inseriam no mercado como mascates de suas pequenas lojas, assim como fizeram quando aqui chegaram. Em outros casos, chamavam seus parentes para ajudarem no trabalho de mascates e com a união de seus capitais, montavam um negócio em sociedade.

Essas análises que trabalham a inserção econômica dos sírios e libaneses no Brasil reforçam a ideia de que os árabes foram muito importantes pela contribuição que deram ao desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo ao identificar que, na maioria dos casos, eles começaram suas atividades econômicas atuando como mascates, levando o comércio e produtos, de forma geral, de armarinhos e fazendas, para grande parte do interior paulista. Assim, ao levar diversos objetos que conseguiam de seus conterrâneos revendedores a crédito facilitado, da capital para o interior, eles abasteciam um crescente mercado consumidor e diminuía a dependência que muitos imigrantes europeus tinham com a venda das fazendas onde trabalhavam como colonos. Acrescente-se também que algumas pequenas indústrias da cidade de São Paulo, principalmente no setor têxtil, surgiram com o crescimento econômico desses sírios e libaneses.

De acordo com Oswaldo Truzzi, a introdução dos sírios e libaneses pelo interior do Estado de São Paulo acompanhou a expansão do café e das ferrovias e para demonstrar tal apontamento ele utilizou o Recenseamento de

1920 ²⁰ que segue na tabela abaixo. A cidade de Piracicaba, segundo a fonte de Oswaldo Truzzi, abrigava aproximadamente 287 imigrantes sírios e libaneses, sendo a quinta cidade que mais recebeu esses sujeitos, além da capital. Entretanto, o município em questão não compartilhava, como as outras, da expansão específica do café. Apesar de ser uma das cidades contempladas com estações de trem, o município em estudo teve, tradicionalmente (desde sua fundação em finais do século XVIII até o século XX), como base econômica a produção canavieira. Mesmo com a crise mundial do açúcar e a ascensão do café em meados do século XIX, a cidade, diferentemente da maioria dos municípios do Estado de São Paulo que substituiu completamente a cultura canavieira pela cafeeira, passou a produzir os dois gêneros. No início do século XX, Piracicaba chegou a ser uma das principais cidades produtoras de açúcar do Brasil.

A economia do açúcar, que entrou em crise no mercado mundial a partir de meados do século XIX, se desenvolveu muito no mercado interno de São Paulo, graças ao desenvolvimento das lavouras cafeeiras. Com o grande número de imigrantes que vieram trabalhar nas lavouras de café do interior paulista, o mercado consumidor interno de açúcar, conseqüentemente, também se desenvolveu.

A grande produção de açúcar não era a única fonte de renda da cidade. Como o município possuía diversas lavouras de cana de açúcar, com o aumento significativo da imigração europeia destinada às lavouras de café da região e do Estado de São Paulo, se desenvolveram, também, diversas engenhocas especializadas na produção de álcool e aguardente. Vemos, portanto, como o desenvolvimento do café impulsionou o desenvolvimento econômico da cidade de Piracicaba, a partir da cultura canavieira.

Mesmo tendo uma economia majoritariamente agrícola, a cidade, no final do século XIX e começo do XX já apresentava sinais de desenvolvimento urbano, nas esferas comerciais e industriais. O Engenho Central foi um exemplo de um grande complexo agroindustrial que envolvia o trabalho de uma diversidade de fornecedores e trabalhadores. Assim, tal complexo dependia da

²⁰ Recenseamento de 1920 APUD, TRUZZI, O. M. S. 2009, p. 48.

produção de cana-de-açúcar de pequenos fazendeiros, bem como da força de trabalho para as atividades fabris dentro do Engenho. Além do Engenho Central, principal produtor de açúcar da cidade e da região, a cidade contava também com outro complexo produtor de açúcar, o Engenho da Fazenda Monte Alegre. O local é hoje um bairro histórico da cidade e possui, ainda hoje, as residências dos operários do engenho e dos administradores. O Engenho Monte Alegre funcionava da mesma maneira que o Engenho Central, entretanto, sua produção era um pouco menor que a do outro.

Dessa forma, a cidade de Piracicaba, uma das maiores produtoras de açúcar e aguardente da região, apresentava circunstâncias que permitiam a chegada de grupos que não necessariamente queriam se dedicar às lavouras, mas sim às atividades urbanas, principalmente ao comércio. Essa explicação preliminar é importante, para caracterizar uma das premissas que atraiu o imigrante dedicado à mascateação.

O município em questão aparece como uma prova para desmistificar a ideia amplamente difundida de que houve uma substituição por completo da economia canavieira pela cafeeira no Estado de São Paulo. Não há dúvida de que a economia açucareira perdeu espaço para a economia cafeeira, mas o que se pretende mostrar é que mesmo tendo o açúcar perdido não só a liderança nas exportações paulistas, como também o mercado mundial, essa economia não deixou de existir, na medida em que seus gêneros passaram a visar um novo mercado que se abria, o abastecimento do mercado interno regional, alargado pelo complexo cafeeiro.²¹

O que explica a sobrevivência da cultura canavieira em São Paulo foi o crescimento do mercado interno de bens de consumo proporcionados pela proibição do trabalho escravo e as iniciativas da implementação do trabalhador livre. Dessa forma, o açúcar, um dos bens de consumo, passa a ganhar espaço dentro do mercado nacional. O próprio avanço do café, em finais do século XIX, proporcionou a manutenção da produção de açúcar e aguardente, já que “as principais áreas consumidoras do açúcar paulista, nessa época, eram:

²¹ MELO, J. E. V., 2009, p. 90

parte da mata mineira; as populações fluminenses do Vale do Paraíba e do quadrilátero envolvidas com a cafeicultura.”²²

Ainda outro autor, destaca que a economia açucareira possibilitou o grande desenvolvimento do café na medida em que lhe cedeu terras já desbravadas, forneceu capitais e escravos já concentrados e criou um sistema comercial e de transporte, com seus caminhos e tropas de mulas, tropeiros e comerciantes, para a exportação dos produtos da Província. Ou seja, o sistema de produção canavieira elaborou uma estrutura base no território paulista que facilitou o desenvolvimento e a expansão da cultura cafeeira. Em contrapartida, o desenvolvimento e expansão do complexo cafeeiro garantiu a manutenção da agromanufatura açucareira, na medida em que ele “retribuiu o complexo açucareiro com capitais, estradas de ferro, imigrantes e um amplo mercado consumidor de açúcar, aguardente e álcool.”²³

Além do fato de ter crescido no Brasil um mercado consumidor de gêneros derivados da cana, outro fator importante para entender a sobrevivência da economia canavieira em Piracicaba e municípios próximos foi a “resistência de uma estrutura de produção recentemente instalada (...). Assim tratava-se de buscar o retorno dos investimentos (...) feitos fazia pouco tempo na formação dos canaviais, na construção dos engenhos e na contratação de escravos e mão de obra especializada na obtenção de açúcar e de aguardente.”²⁴

Em Piracicaba, houve uma exploração de diversas atividades econômicas, sendo o café voltado para a exportação, e a produção de cana e seus derivados para o consumo interno. Quando estoura a Guerra Civil norte-americana, o município inclui mais um gênero em sua diversidade agrícola, pois além da tradicional plantação de açúcar, voltou a cultivar com mais vigor o algodão (que havia perdido importância em virtude da emergência no cenário mundial do café e do reflorescimento do açúcar), emergindo assim no cenário provincial a partir de uma diversificação econômica. O problema foi que a partir de 1870, com a reorganização da produção do Sul dos Estados Unidos, o

²² BRAY, 1989, APUD, RAMOS, P. 2001, p. 70.

²³ MELO, J. E. V, 2009, p. 90.

²⁴ RAMOS, P. 2001, pp. 70 – 71.

preço do algodão despencou no cenário mundial, o que levou ao abandono da lavoura algodoeira por vários lavradores, que a substituíram por outra cultura, no caso a da cana-de-açúcar.

O crescimento do mercado consumidor de São Paulo era tão grande, que a produção de açúcar da Província não era suficiente para abastecer o seu crescente mercado consumidor, já que a Província no início da década de 1880 importava cerca de 15.00 toneladas de açúcar, por cabotagem, vindos de Pernambuco e Rio de Janeiro. A fim de aumentar a produção e competir com outras Províncias pelo abastecimento do mercado paulista, foram implantados novos engenhos centrais destinados a produção do açúcar em cidades como Piracicaba, Capivari e Lorena. A entrada desses engenhos proporcionou uma queda na importação da Província de “16.765 toneladas no ano de 1883-84 para 11.369, em 1884-85, e para 5.285, no ano seguinte, justamente durante as primeiras safras desses três novos engenhos centrais.”²⁵ Esses produtores paulistas tinham a vantagem da proximidade com o mercado, o que garantia menores gastos com o transporte das mercadorias e conseqüentemente um barateamento do produto para os consumidores, além disso, o açúcar dessas “modernas fábricas” era de qualidade bem superior, com alto índice de polarização, pronto para o consumo direto.²⁶

Enquanto a crise de superprodução do café fez diminuir o ímpeto da expansão cafeeira, na primeira década do século, a lavoura canavieira continuava crescendo dentro desse complexo. Engenhos de açúcar, engenhocas de aguardente e alguns engenhos centrais produtores de açúcar, aguardente e álcool se espalhavam pelo Estado. Produção, mercado consumidor e importação se expandiram simultaneamente, apesar do crescimento do mercado consumidor ter diminuído na primeira década do século XX em decorrência da diminuição da imigração. Piracicaba, nesse contexto, possuía dois grandes engenhos centrais e tinha uma das maiores produções de açúcar do Estado de São Paulo.

²⁵ MELO, J. E. V., 2009, p. 107.

²⁶ Idem, p. 107.

A produção paulista de açúcar crescia de acordo com o desenvolvimento de novos engenhos centrais e com a expansão de engenhos semimecanizados, que passaram a operar, a partir de 1886, com mão-de-obra assalariada e se beneficiavam do enorme crescimento demográfico do interior do Estado, durante a ampliação do complexo cafeeiro.²⁷

Dessa forma, o desenvolvimento da economia açucareira foi tanto, que “a indústria do açúcar mostrava-se tão vantajosa economicamente que atraiu o capital de uma empresa francesa, a *Société de Sucrieries Brésiliennes*.”²⁸ Essa empresa francesa entre 1899 e 1901 comprou os quatro primeiros engenhos centrais instalados em São Paulo, sendo um deles o Engenho Central de Piracicaba, e reorganizou as produções das unidades de Piracicaba, Porto Feliz, Itu e Rafard.

É importante entender que a cidade de Piracicaba era uma das quatro grandes produtoras de açúcar e aguardente do Estado de São Paulo e apesar do comércio mundial de açúcar ter entrado em crise, o que procuramos demonstrar até o presente momento foi uma mostra de como a economia canavieira estava em amplo desenvolvimento no mercado interno brasileiro, principalmente no Estado de São Paulo, graças à economia cafeeira voltada para a exportação.

É válido lembrar também que a “crise da superprodução do café fez diminuir o ímpeto da expansão cafeeira, na primeira metade do século [XX], mas a lavoura canavieira continuava crescendo dentro desse complexo.”²⁹ Com isso, o município de Piracicaba acumulava capitais e voltava a sua atenção à economia canavieira em detrimento da do café, já que até o começo do século XX elas existiam conjuntas, tendo ainda o café uma produção em arrobas que superava a do açúcar.

A partir dessa diversidade econômica, Piracicaba se manteve entre os dez municípios com maior arrecadação de capitais da Província/Estado de São

²⁷ MELO, J. E. V., 2009, p. 109.

²⁸ OLIVER, G. T. de S. e SZMRECSÁNYI, T. A estação experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920-1940). In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, p. 38.

²⁹ MELO, J. E. V., 2009, p. 114.

Paulo no período de 1873 a 1895, conforme publicação da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo de janeiro de 1935 ³⁰. Maria Celestina Mendes Torres afirma que a segunda metade do século XIX foi caracterizada por uma crescente urbanização, com um comércio cada vez mais intenso, com desenvolvimento de certas atividades industriais.

Os imigrantes sírios e libaneses alvos desse trabalho tiveram que enfrentar a concorrência com muitos brasileiros e portugueses no comércio piracicabano. De acordo com o Almanak 1900, feito pelo ex-presidente do Brasil, Dr. Prudente de Moraes, Piracicaba possuía aproximadamente 50 comerciantes especializados em armazéns e fazendas (ramo em que os sírios e libaneses, de acordo com estudiosos do tema, se especializaram) e até 1900, somente um deles era sírio ou libanês.

Os recursos advindos do desenvolvimento canavieiro e cafeicultor foram investidos em algumas obras de estrutura para a cidade, tais como a criação de uma das primeiras usinas geradoras de energia elétrica do Estado de São Paulo, sendo Piracicaba, como afirma Cecílio Elias Neto, “a segunda cidade da América do Sul a ter energia elétrica, [e] pioneira em serviço de água e esgoto.” ³¹ Além disso, como também nos afirma Cecílio Elias, soma-se o desenvolvimento de uma das primeiras metalurgias do Estado de São Paulo de propriedade da família de alemães imigrantes, os Krähenbühl, que também investiram capitais na fabricação de carroças e troleis. ³²

A isso, é interessante acrescentar que o mercado consumidor interno, proporcionado pelo desenvolvimento da economia cafeeira, também apareceu de maneira efetiva no município de Piracicaba, pois, quando em 1848, foi sancionada uma lei que ordenava que em cada Província deveria ter um espaço de seis léguas reservadas exclusivamente para a colonização, Piracicaba já se iniciava com o trabalho assalariado de imigrantes europeus. Nesse município, como afirma Maria Celestina, “havia duas colônias de imigrantes suíços e alemães, a maior na fazenda São Lourenço, do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros, em que predominava o elemento

³⁰ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ano I, janeiro de 1935, São Paulo, vol. VIII PP. 39-50.

³¹ NETO, C. E. Almanaque 2000: memorial de Piracicaba, século XX. IHGP, Piracicaba, 2000, p. 50.

³² Idem.

alemão, e outra bem menor, de Elias Silveira Leite, na fazenda Santo Antônio.”

33

Muitos desses alemães deixaram a zona rural e foram viver na cidade, abastecendo-a de produtos hortigranjeiros, produzidos nos quintais de suas residências, além de introduzirem e difundirem com sucesso o uso do trole e da carroça de quatro rodas.³⁴ Entre esses alemães, a família Krähenbühl, obteve sucesso inquestionável, como já apresentado acima, ao desenvolver uma metalurgia e uma fábrica de trols e carroças, a João Kräenbühl & Irmãos, que vendiam seus produtos em agências nas cidades de Jaú, Ribeirão Preto e São Manoel.³⁵

Apesar de a cidade possuir algumas estruturas básicas de desenvolvimento urbano, tais serviços constantemente geravam a revolta da população pelo seu mau funcionamento, como a energia elétrica, o sistema de transporte fluvial que, em outros tempos havia sido o orgulho dos piracicabanos entrara em crise, pois apesar de terem criado uma conexão entre os embarques dos vapores fluviais e as saídas de trem, as diversas pessoas que vinham, tanto para cuidar de seus negócios, como para viajar, tinham seus planos arruinados, visto que o sistema não funcionava. E “inevitavelmente a ira do povo contra os serviços públicos e o comércio varejista, de alguma forma acabaria repercutindo sobre negros, italianos, espanhóis e árabes que começavam a ganhar um espaço em Piracicaba.”³⁶

Essa ira, de que nos fala Cecílio Neto, pode ser observada em uma matéria do periódico Gazeta de Piracicaba, que passa a considerar os árabes como bandidos, comedores de crianças e corruptores de menores, visto o relato de um caso ocorrido no município de Campinas de que um suposto árabe teria seguido uma menina e seu irmão. A solução para o “problema” do árabe, recomendada pelo jornalista ao delegado de polícia, foi que banissem

³³ TORRES, M. C. T. M. **Um lavrador paulista no tempo do império** – RAM, CL. XXII. I Hélio Morato Kräenbühl: **Suíços e Alemães em Piracicaba**. In: **Almanaque de Piracicaba**, 1955. Apud. TORRES, M. C. T. M. **Piracicaba no século XIX**, DEGASPARI, Piracicaba, 2003, p. 116.

³⁴ VEIGA, J. T. **Uma pousada na História**, In: **Diário de Piracicaba**, 1-3-1965 e, Kräenbühl, Op. Cit. Apud. TORRES, M. C. T. M. 2003, p. 116.

³⁵ Almanak 1900, p. 33. Eu sou muito chato bobo burru e feio

³⁶ NETO, C. E. 2000, p. 51.

da cidade todos esses imigrantes, assim como estava sendo feito em Campinas.³⁷

Apesar do receio e ira com que os piracicabanos dispensavam aos novos imigrantes que começavam a vida na cidade, esses novos personagens trouxeram significativas contribuições, como o caso dos alemães, como já foi dito, e, também dos imigrantes norte-americanos, que além da economia algodoeira em que se destinaram a trabalhar, também foram responsáveis por criarem uma Igreja Metodista e, principalmente, por construírem um “Colégio de alto nível, introduzindo novas normas de ensino,”³⁸ que com seus educadores modernos, logo obteve o apoio do Dr. Prudente de Moraes, que matriculou seu filho.

A imigração e a economia do café, do algodão, e do açúcar, proporcionaram a Piracicaba um desenvolvimento cultural, político e econômico, passando o município a ter indústrias, comércio, uma vida urbana, estruturas de melhoramento da vida pública, como luz elétrica, sistema de água, escolas de qualidade, um novo matadouro, entre outras. Conforme Maria Teixeira Mendes Torres, “a política econômica das cidades está ligada ao controle de seus mercados, de seu abastecimento, de seus preços, do lucro do comércio. Os grandes negociantes não se utilizam apenas do seu próprio capital, e tanto eles, como os industriais recorrem ao crédito, isto é, ao *dinheiro dos outros*.”³⁹

O desenvolvimento do município também pode ser observado pelo aumento demográfico expressivo que ocorreu em menos de um século. O município, no ano de 1900 possuía aproximadamente vinte mil, trezentos e dezessete habitantes e em 1950, passou a ter mais de oitenta e sete mil, conforme anexo 4. Isso significa que a cidade passou a oferecer uma maior demanda de consumo que era atendida pelos comerciantes locais, entre os quais, sírios e libaneses. Dessa forma, o grupo de imigrantes em análise pode encontrar um fértil campo de desenvolvimento econômico no município de Piracicaba. Entretanto, nem todos conseguiram desenvolver grandes fortunas

³⁷ Periódico Gazeta de Piracicaba, 17/04/1888.

³⁸ TORRES, M. C. T. M. 2003, p. 119.

³⁹ TORRES, M. C. T. M. 2003, p. 271.

ou capitais, como a bibliografia do tema e que reforça um determinado estereótipo do grupo procura reforçar.

Sendo assim, Piracicaba, possuía alguns bancos, fundamentais para o seu desenvolvimento econômico e estrutural, sendo um Banco de Crédito, criado pelo Governo Imperial para incentivar a economia açucareira; já na década de 1890 surgiu o pequeno Banco Local, com sede em oito municípios do interior; e, em “25 de janeiro 1899, foi fundado o Banco de Indústria e Comércio. Também entre as casas bancárias ligadas à imigração europeia, em Piracicaba foi fundado o Banco di Sconti.”⁴⁰

Ainda de acordo com Maria Teixeira Mendes, a cidade de Piracicaba, na segunda metade do século XIX, não seria mais caracterizada, tipicamente, pelo latifúndio. A cidade não era um centro de barões do café e nem mesmo o novo surto do açúcar alterou, no conjunto, a tendência à divisão de propriedade. Até mesmo os títulos nobiliárquicos distribuídos entre os grandes proprietários piracicabanos foram muito menores se comparados com as zonas tipicamente cafeeiras de São Paulo. Portanto, a autora chega a concluir que Piracicaba seria uma cidade onde predominava a classe média.⁴¹

Sendo assim, relacionando o explicitado por Oswaldo Truzzi – sobre a inserção no mercado de trabalho urbano dos sírios e libaneses no Brasil e sua importância em desenvolver as atividades comerciais pelo interior do Estado de São Paulo – com as características da cidade de Piracicaba na virada do século XIX para o XX, podemos concluir que o município em questão apresentava condições favoráveis ao estabelecimento das atividades comerciais ao apontarmos a crescente demanda da classe média e também ao desenvolvimento das atividades canavieiras que proporcionaram uma condição econômica favorável ao município.

⁴⁰ Idem, p. 272.

⁴¹ Idem, p. 276.

3.) As identidades dos sírios e libaneses no Brasil e os estereótipos:

Nesse momento será discutida a importância e funcionalidade dos discursos identitários e a necessidade do estereótipo para tanto. Foco os momentos em que emergem as classificações sobre os imigrantes sírios e libaneses e de que maneira eles foram identificados por brasileiros e outros imigrantes. Jeffrey Lesser constatou em sua obra que as imagens projetadas sobre esses imigrantes foram contraditórias, sendo considerados por alguns membros da sociedade brasileira e outros grupos de imigrantes, como indivíduos perigosos, de má índole, seres degenerados, que deveriam ser evitados em qualquer parte do país. Ao mesmo tempo, alguns autores, como Ellis Jr., Taufik Duoun, Gabriel Marques, entre outros, procuraram ressaltar aspectos positivos em relação à esses indivíduos para desenvolver políticas integracionistas.

Alguns autores do início do século XX, entre eles, Teófilo Braga, atribuiu o atraso do Brasil à influência muçulmana que os portugueses que colonizaram o país herdaram e nos transmitiram. Da mesma forma, muitos pensadores, na tentativa de elaborar os elementos da identidade brasileira, olhavam para o passado português como meio de desenvolver os atributos culturais nacionais. A influência moura que sempre esteve presente nos territórios ibéricos foi responsabilizada pelas características negativas do Brasil. Ao mesmo tempo, outros autores, como Ellis Jr., mesmo mantendo um olhar orientalista para a imigração árabe, procurava ressaltar nas supostas “características” desses povos, elementos que positivassem a identidade brasileira. Entre esses povos árabes, era destacada a imigração de sírios e libaneses cristãos. O aspecto religioso serviu como umas das formas de aproximação entre os princípios ideológicos defendidos pela elite brasileira e os valores culturais dos sírios e libaneses.

Diante desse quadro contraditório, apresento as razões para essa visão negativa tendo como base o projeto da elite brasileira no período de construção da identidade cultural do país. Em relação a esse discurso identitários nacional argumento a importância dos estereótipos do cidadão brasileiro e dos

imigrantes sírios e libaneses. Para compreender a construção do estereótipo busco contextualizar a preocupação da elite brasileira em relação ao desenvolvimento econômico e cultural do país, atentando para as questões de trabalho, ociosidade e vadiagem. Essas questões são centrais para compreendermos o estereótipo negativo associado aos sírios e libaneses, e também para compreendermos a positivação feita pela colônia e por alguns autores já mencionados.

A partir dessas questões, inicio a análise dos usos do termo turco como forma de representar o estereótipo negativo dos sírios e libaneses com três publicações no periódico Gazeta de Piracicaba em 1887 e 1888. Relaciono, para embasar minhas constatações, essas notícias com os resgates dos pronunciamentos de cônsules brasileiros no Oriente Médio e do periódico *Jornal Mariannense* resgatados no trabalho de Jeffrey Lesser.

Esses apontamentos negativos em relação aos sírios e libaneses serão explorados de modo a justificar a elaboração de uma identidade cultural brasileira, tendo os sírios e libaneses como o outro a serem projetadas as perspectivas negativas que omitiriam as diferenças dentro da sociedade brasileira. Busco articular, então, de que modo os discursos de identificação tem um papel essencial no sistema político de representação e o seu funcionamento a partir do binário eu/outro.

Diante da análise das caracterizações negativas e das objetivações do estereótipo elaborado aos sírios e libaneses, atendido pelo termo “turco”, passo a levantar os depoimentos de processos judiciais em que essa terminologia aparece para observar o contexto em que são evocadas e de que forma os sírios e libaneses foram representados. Esse resgate dos depoimentos servirá para entendermos a funcionalidade do estereótipo e de que maneira essa imagem negativa foi incorporada pelos brasileiros ou outros indivíduos. Em seguida, resgatarei a obra de Jeffrey Lesser, Oswaldo Truzzi, Ellis Jr, o artigo de Maria Cabreira, e outros autores para demonstrar a positivação do estereótipo atribuído aos sírios e libaneses para integrá-los ao projeto de identidade brasileira, ao mesmo tempo em que foi uma resposta às caracterizações negativas. Nesse momento articularei o funcionamento do

discurso identitários e seu sistema de exclusão para poder questionar essa identidade positiva com trajetórias recolhidas em processos judiciais que não se enquadram no estereótipo do mascate.

Nesse sentido, o estereótipo tem o papel fundamental de centralizar os membros dos grupos ao redor de um conjunto de características que procuram integrar de maneira representacional, todos os seus membros. Isso quer dizer que o estereótipo tem uma função política de representar o grupo perante o sistema jurídico de direitos que rege e regia a nossa sociedade.

O estereótipo é, dessa maneira, o anseio pela unificação e fixidez, ou seja, ele ambiciona, constantemente, atribuir características aos membros do grupo que serão identificados com ele de modo a parecer ser atemporal e único, não dando oportunidade para que seja questionado e para que os membros dos grupos possam ser identificados de outras maneiras. Essas caracterizações do estereótipo são sempre elaboradas em relação ao outro. Todas as características dos membros do grupo e dos outros grupos são constantemente registradas pela mente, entretanto, são sempre atribuídas aos outros as características negativas de seus próprios membros, para que assim, possam ser realçadas apenas as trajetórias que interessam.

Os estereótipos negativos atribuídos aos outros são espelhos de elementos mascarados daqueles que os evocam. Sendo assim, o grupo que atribui ao outro características negativas está, na verdade, atribuindo as suas próprias características, que necessitam do esquecimento, ao outro, para que possa ser considerado superior. Sendo assim, o estereótipo é um conceito complexo, pois serve para representar um grupo frente ao sistema social representacional no qual nossa sociedade é estruturada e atribuir ao outro suas próprias falhas, para assim mascarar em seus membros as condutas não desejáveis. O grande problema que acontece nesse mecanismo é que a todo o momento são colhidas informações que podem ameaçar a validade do estereótipo e para que o discurso mantenha a sua força de verdade, essas diferenças registradas são mascaradas, esquecidas ou excluídas.

Os valores atribuídos aos outros e a si variam conforme o contexto histórico em que os grupos estão inseridos, mas, de modo geral, os discursos identitários, por meio do estereótipo, excluem, ou mascaram as trajetórias de membros que não se enquadram nos interesses preconizados pela ordem sócio-econômico-cultural da conjuntura histórica na qual se encontram inseridos.

No presente caso, a sociedade brasileira no período em questão, estava inserida na ótica capitalista que preconizava o trabalho como o único meio para o desenvolvimento moral, ético e econômico dos indivíduos e da nação. O trabalho era, nesse sistema, considerado o elemento mais significativo da chamada “vida civilizada”⁴². Entretanto, no caso do município piracicabano e do Estado de São Paulo, de forma geral, o tipo de trabalho valorizado era o trabalho agrícola. Não foi à toa que a imigração subsidiada pelo Estado buscava braços europeus das regiões centrais de desenvolvimento capitalista, para substituir o trabalhador liberto na lavoura, mais especificamente na lavoura de café. Com esse tipo de imigração, o Estado buscava inundar o mercado de trabalho com mão de obra, barateando os custos e garantindo para si o controle dos contratos e, principalmente, baseando-se em teorias raciais, branquear a população brasileira para proporcionar ao Brasil um acesso às “sociedades civilizadas”. “Como mostra José de Souza Martins, as classes dominantes pensavam que o imigrante deveria ser ‘morigerado, sóbrio, laborioso, isto é, ao cultivar as principais virtudes consagradas na ética capitalista, o imigrante deveria servir de exemplo ao trabalhador nacional.”⁴³

De acordo com Sidney Chalhoub, “era preciso incutir nos cidadãos o hábito do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos – indivíduos sem nenhum senso de moralidade.”⁴⁴

A contrapartida ao trabalho era a ociosidade, considerada pela elite parlamentar brasileira como uma grande ameaça a ordem. De acordo com a lógica de pensamento dos indivíduos do período, a ociosidade poderia conduzir

⁴² CHALHOUB, S. 2001, p. 69.

⁴³ Idem, p. 77.

⁴⁴ Idem, p. 71.

os indivíduos ao furto e à rapinagem, portanto, à desordem moral e cívica. Entretanto, a ociosidade era apenas uma ameaça quando se tratava de indivíduos despossuídos, não sendo considerada da mesma maneira aos sujeitos de posse. “O ocioso é um pervertido, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. (...) A ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual.”⁴⁵

O ocioso era considerado um criminoso, porque, partindo dos princípios iluministas de cidadania, os indivíduos que vivem em sociedade precisam pagar com seu trabalho e esforço todo o dispêndio do Estado para garantir a segurança, a liberdade e a igualdade dos indivíduos. Nessa lógica, o espaço e os interesses coletivos devem se sobressair sobre a vontade individual.

Dessa forma, os ociosos eram aqueles que não partilhavam do trabalho considerado no período produtivo, como o trabalho fabril e o agrícola. A consideração de produtividade aqui não se trata apenas em valores econômicos, mas são baseados, muito mais, em valores morais. Eram trabalhos que atendiam aos interesses da elite, porque mantinham os indivíduos dependentes da venda de sua força de trabalho e, assim, dependentes dos meios de produção de seus patrões. Dessa maneira, a moral que a elite afirma ter em determinados tipos de trabalho, são, na verdade, formas de alienação e domínio da elite sobre as classes mais baixas. Sendo assim, todos aqueles que não partilhavam desses tipos de trabalho eram considerados parasitas que só consumiam e nada produziam, enfraquecendo e empobrecendo, portanto, a sociedade. A preocupação era tanta, que os imigrantes reincidentes no crime de vadiagem eram deportados para sua pátria, já que, como foi dito, seu único objetivo (no caso dos imigrantes europeus) era o de servir de exemplo aos trabalhadores nacionais sobre a moral do trabalho.

Temos aqui uma projeção elaborada pelos deputados da recém-criada República oligárquica brasileira sobre como deveria ser o cidadão ideal e de que forma os outros tipos de trabalho deveriam ser evitados e punidos. A elite,

⁴⁵ CHALHOUB, S. 2001, p. 74.

dessa forma, projeta a todos um código de conduta que deveria ser seguido para que os indivíduos pudessem ser considerados cidadãos brasileiros. Entretanto, essa lógica era ameaçada pelo medo da ociosidade. Os diversos crimes contra a propriedade eram relacionados à ociosidade e à moral pervertida das classes populares consideradas avessas ao trabalho.

A sociedade brasileira, de acordo com Sidney Chalhoub foi hierarquizada tendo como base o trabalho, então, os indivíduos que estavam no topo eram sempre considerados os mais ordeiros, mais dedicados ao trabalho e com mais moral do que os membros da parte inferior. Estes, por sua vez, eram considerados os de moral depravada, com tendência à desordem “pois estes indivíduos não respeitam a lei suprema da sociedade – o trabalho.”

46

Esse longo comentário sobre a importância dada ao conceito de trabalho pela sociedade brasileira do período em estudo foi feito para demonstrar a projeção feita pela elite nacional do período sobre os indivíduos moralmente aceitos e os que não poderiam ser aceitos. Essa imagem do trabalho, do trabalhador e do cidadão foi, por diversas vezes, em diversos âmbitos e de maneiras ambíguas, atribuídas aos imigrantes sírios e libaneses.

O conceito de trabalho e sua importância no contexto em questão também servem para elucidar os estereótipos da própria sociedade brasileira. Em um extremo, foi colocada a elite branca, detentora dos capitais e proprietária dos meios de produção sob um estereótipo cujos valores são exatamente aqueles preconizados pela ética capitalista, ou seja, de moral e índole inquestionáveis, trabalhadores, honestos, ordeiros, etc. No outro extremo, em oposição a esses, foram colocados os libertos e os pobres de forma geral, vistos como seres degenerados, preguiçosos, avessos ao trabalho e, por isso, desordeiros, pervertidos e depravados. Ao fazer essas distinções, a elite procurou atribuir aos outros, no caso a classe pobre, as condutas de seus próprios membros que não partilhavam das características estereotipadas, para que pudesse aparentar, então, como um grupo coeso e fixo. Da mesma maneira, esse discurso acaba por mascarar condutas de membros da classe

⁴⁶ CHALHOUB, 2001, p. 79.

baixa que não se igualam ao estereótipo criado sobre eles. Essa prática tende a querer apresentar os grupos de acordo com seus estereótipos, entretanto, as diferenças que existem entre os membros e o estereótipo a ser seguido são mascaradas.

Diante desse quadro de valorização do trabalho como o mundo da ordem, todos aqueles que não seguiam os tipos de trabalho preconizados eram considerados ociosos e, por consequência, desordeiros, já que estavam a mercê do roubo, furto e de cometer delitos, em geral.

Os sírios e libaneses, nesse caso foram inicialmente encarados pela sociedade brasileira como indivíduos ociosos e desordeiros por não seguirem os interesses da elite brasileira do período. Como já foi demonstrado no capítulo anterior, boa parte dos imigrantes sírios e libaneses foi incorporada, por escolha ou pela rede social, no meio urbano, com destaque nas atividades comerciais. Contudo, esse tipo de ocupação não era valorizado pela elite brasileira do período, principalmente se esse era realizado por imigrantes que não haviam contribuído com a produção agrícola. Podemos observar esse aspecto na notícia publicada no periódico *Gazeta de Piracicaba* no dia 31 de agosto de 1887 intitulada ***INSOLENTES***, que dizia:

Chamo a atenção de quem competir para o procedimento pouco regular **dos turcos** que ultimamente **tem infestado a cidade**, penetrando em todas as casa, mesmo sem o consentimento de seus donos e sob o pretexto de impingirem as suas bugigangas.

Ora haverá, cousa mais desaforada que ser uma casa de família assim desrespeitada por esses marmanjos e mulheres **sem ocupação séria?**⁴⁷

O indivíduo que escreveu essa notícia reclama especificamente do trabalho do sírio e do libanês no Brasil. Para os brasileiros com certo grau socioeconômico, a mascateação não era considerada uma atividade digna, porque não produziam nada e também porque não pagavam impostos. Portanto, como afirmou Sidney Chalhoub, eles não devolviam à sociedade os

⁴⁷ Periódico *Gazeta de Piracicaba*, 31/08/1887.

gastos que ela tinha com eles. Além disso, os “turcos”, como são chamados os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes, são comparados a pragas, que infestam e espalham doenças, sendo, portanto, considerados indivíduos inferiores, sem a moral do trabalho preconizado. As doenças nesse caso são as degenerações morais, já que tais indivíduos de costumes distintos se sujeitam a um exercício como meio de sobrevivência, visto com desconfiança e preconceito. O termo turco, como verificado na notícia, foi usado de modo pejorativo para caracterizar os “maus costumes” e a degeneração moral desses imigrantes.

É importante ter claro que o projeto da elite para imigração era que esse fluxo de indivíduos deveria ser utilizado especificamente na lavoura e todo braço que não passasse por esse caminho era considerado braço desperdiçado, não sendo, portanto, necessário ao país. Assim, aos sírios e libaneses que não seguiram esse caminho, foi atribuída, inicialmente, uma visão muito negativa, que geralmente atendia à designação de “turcos” e servia para caracterizá-los como indivíduos degenerados.

De acordo com Oswaldo Truzzi, os sírios e libaneses e seus descendentes são nomeados e marcados pelo termo turco, pois como “até o final da Primeira Guerra Mundial quase a totalidade dos imigrantes da colônia veio ao Brasil com passaportes turcos, eles foram identificados com o seu dominador, o que lhes causou imenso dissabor.”⁴⁸ Apesar do incômodo que causava aos imigrantes a marca se fixou e até hoje é comum que imigrantes e descendentes sejam chamados de turcos. O que se tem que levar em consideração é que algumas vezes essa designação é feita com o propósito de ferir, humilhar, “fazendo com que os imigrantes se sentissem ofendidos e envergonhados ao serem confundidos com os turcos que os oprimiram a ponto de obrigá-los a abandonar o seu país.”⁴⁹ Além desse constrangimento em relacioná-los com o Império Turco, um dos causadores dos dissabores desses imigrantes, o termo também poderia ser utilizado para caracterizar indivíduos suspeitos, desordeiros, degenerados, imorais, enfim, sujeitos com todas as

⁴⁸ TRUZZI, O. M. S. 2009, pp. 82-83.

⁴⁹ TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 83.

características negativas que a sociedade brasileira procurava exorcizar de seus próprios membros.

Essa imagem atribuída aos sírios e libaneses sob o termo turco aparece de forma característica na notícia *Simplesmente Infame* publicada no periódico Gazeta de Piracicaba, retirada do Correio de Campinas cujo teor é o seguinte:

‘uma menina de nome Elvira, de sete annos de idade, seguia a rua do General Osório dirigindo-se à escola da 3ª cadeira, e ao chegar ao largo *Carlos Gomes* foi perseguida por **um desses turcos** que aí andam vendendo imagens e quinquilharias.

A princípio o homem chamou a menina, depois cercou-a, convidou-a a acompanhá-lo, mas esta como se viu perseguida, deitou a correr para salvar-se daquelle homem que lhe fazia propostas infames.

Como na occasião se dirigisse a mesma escola um menino, o turco cercou-o igualmente; assustado, o pequeno fugiu também. (...)

Pela nossa parte juntamos voz à daquelle cidadão.

Seria um bom serviço expulsar desta cidade essa gente imunda, ladra e immoral, cujos instinctos péssimos já se têm acentuado sobre nós.’

Piracicaba também está infestada por esses perigosos personagens.

Cautela, pois, com elles!⁵⁰

Essa notícia de Campinas, repetida em Piracicaba, demonstra que os sírios e libaneses eram indesejados na sociedade paulista, sendo representados a partir do termo turco, como indivíduos degenerados. Além dessa, ainda na Gazeta de Piracicaba, poucos dias depois, foi veiculada a notícia *Será exacto?* que reafirma a mesma imagem apresentada anteriormente ao dizer que

Uma pessoa contou nos hontem de modo muito vago que tendo sumido uma creança, d’esta cidade, o seu pae suppunha ter sido ella **consumida por um turco**.

Nada afiançamos d’esta notícia, mas **estes turcos têm levado a sua brutalidade e atrevimento a ponto de comerem creança assada, que d’elles póde se esperar tudo.**

⁵⁰ Periódico *Gazeta de Piracicaba*, 12/04/1888.

Depois de composta esta notícia, pessoa muito séria informou-nos que esse **turco** não consumiu a creança, mas foi encontrado levando-a roubada.

O sr. Delegado de polícia alferes Paula Eduardo mandou-o recolher à cadêa.

Esse procedimento é bastante louvável e confiamos nas providencias que o sr. Delegado dará sobre **essa gente**, para quem todo o rigor é pouco.

Infelizmente esses **turcos** affluem para a nossa cidade durante as festas de S. Cruz, justamente quando há maior número de creanças desgarradas.⁵¹

Nessa notícia, os sírios e libaneses são comparados à selvagens canibais, irracionais e imorais como mostra reportagem anterior. Tais notícias espalham uma visão de terror para a população piracicabana em relação a esses imigrantes, favorecendo o preconceito e o ódio da população local.

Poucos dias depois, outra notícia, *Os turcos*, relata o preconceito em relação à ocupação profissional desses indivíduos e a preferência, como já afirmei, pelo trabalho agrário, base da economia brasileira e piracicabana. Dessa forma,

Consta-nos que o sr. Delegado de polícia, alferes Paula Eduardo, tem tratado de pôr para fora da cidade uns **turcos que a infestam**, occupando-se unicamente no ocioso officio de impingir *bugigangas*, o que é mais, em perseguir creanças e roubá-las como o têm feito em Campinas e outros pontos.

Si esses turcos fossem homens trabalhadores e de ocupação séria, não seria justificável a sua expulsão, mas, no caso contrário, o acto do Sr. Delegado de polícia é digno de elogios, pois presta com elle um relevante serviço á tranquillidade das famílias que estão sujeitas a verem um bello dia seus filhinhos roubados e quem sabe mesmo si comido por esses **antropophagos**.

Precisamos de gente para a lavoura e não de vendedores de bugiganga e comedores de carne humana.⁵²

Provavelmente essas notícias fizeram parte de uma campanha dos comerciantes estabelecidos na cidade que pretendiam eliminar os novos concorrentes. De acordo com o *Almanak 1900*, como já foi citado, existiam, até o ano de 1900, doze negociantes de fazendas e armarinhos, entretanto,

⁵¹ Periódico *Gazeta de Piracicaba*, 14/04/1888.

⁵² Idem, 17/04/1888.

desses, apenas dois eram sírios ou libaneses, como podemos no anexo 1. Como mascates, esses imigrantes estavam isentos de taxas de impostos mais abusivos, isso quando as pagavam, o que, mediante a concorrência, lhes dava relativa vantagem e causava o medo em seus concorrentes.

Entretanto, vale destacar que a imagem negativa e antropofágica atribuída aos imigrantes se relaciona diretamente com a diferenciação dos sujeitos que se pretende atrair para cidade e dos que não se quer nela. Os hábitos e costumes dos sírios e libaneses como o de comer carne crua (kibe cru) causavam e ainda causam muito estranhamento em partes da população, que os associavam a canibais. Numa sociedade onde o poder religioso era vigoroso, associar os sírios e libaneses a canibais, espalhava entre os habitantes um imenso terror contra os sírios e libaneses além de fortalecer um pensamento fantasioso negativo em relação a eles. Essa prática tinha como objetivo evitar a incorporação destes indivíduos à cultura e sociedade nacional e procurar impedi-los de permanecer fisicamente no espaço territorial brasileiro, como o próprio periódico de Campinas e de Piracicaba sugerem.

O trabalho de Jeffrey Lesser demonstra que essa tentativa de expulsar os imigrantes sírios e libaneses do território não foi prática restrita à Piracicaba e Campinas, o mesmo conteúdo foi veiculado no periódico mineiro de Marianna, o jornal *Mariannense*, que reclamava de “multidões de ‘vagabundos turcos’ (...) que atrasavam o desenvolvimento econômico do Brasil usando métodos agrícolas desatualizados. A solução era simples: ‘Que a esses trancassem as portas, para que não se infiltrassem em nosso organismo, em vez de sangue forte, o vírus maléfico de um povo indolente’.”⁵³

Vale lembrar que a comunicação é um importante meio de representar a realidade e expressar sua visão sobre as coisas, sendo assim, “a comunicação é duplamente poderosa: tanto pode criar realidades, como pode deixar que existam pelo fato de serem silenciadas (...). Quem detém a comunicação, detém o poder. Se é a comunicação que constrói a realidade, quem detém a

⁵³ LESSER, J. 2001, p. 100.

construção dessa realidade, detém também o poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das ideias.”⁵⁴

Os periódicos espalham os valores e interesses da oligarquia agrária que “necessitava” de força de trabalho para as fazendas e não de indivíduos que poderiam ser os “donos” de seus próprios negócios, ou seja, que não se submetessem aos interesses dessa elite. De certo modo, a prática dos mascates ajudava a diminuir a dependência que os colonos das fazendas tinham com a loja de seus patrões, o que era mais um ponto de conflito. Mas inegavelmente, os jornais demarcam a fronteira entre os civilizados e os degenerados, sendo no caso, os imigrantes sírios e libaneses retratados como bestas selvagens, degenerados, imorais, parasitas que sugam as riquezas do país e nada retribuem e que, portanto, não deveriam ser incorporados na sociedade brasileira, dados os costumes grotescos e a profissão sem valor.

Os discursos dos periódicos elaboram um estereótipo sobre os imigrantes sírios e libaneses que se relacionam aos próprios brasileiros. Visando impedir a entrada desses sujeitos que não fazem parte do projeto desejado pela elite, é criada uma imagem negativa dos sírios e libaneses que refletem todas as características de seus próprios membros que o país procura eliminar. Dessa forma, aos sírios e libaneses foram atribuídos os papéis de inferiores, imorais e vadios, como forma de projetar uma ideia de que os brasileiros eram diferentes e superiores. Essa diferenciação se baseava na projeção das próprias contradições dos brasileiros aos imigrantes sírios e libaneses.

Essa forma de construção discursiva parece se assemelhar com o que Edward Said afirma sobre as construções Ocidentais do chamado Oriente. De acordo com o autor, “os valores bons ou ruins, imputados ao Oriente, pareciam ser uma função de um interesse ocidental altamente especializado pelo Oriente.”⁵⁵ Em relação à essa pesquisa, entendo que o estereótipo atribuído aos imigrantes sírios e libaneses por membros da sociedade brasileira é uma prática que tem como fundamento positivar a cultura brasileira. Essas

⁵⁴ GUARESCHI, P. A. *Comunicação Social e Controle social*. Editora Vozes, São Paulo, p. 14.

⁵⁵ SAID, E. 2007, p. 89.

atribuições negativas aos sírios e libaneses, procuram, na verdade afirmar que os brasileiros são justamente a oposição desses imigrantes. Dessa forma, os periódicos, atendendo aos interesses da elite nacional, projetam sobre os imigrantes em questão as vicissitudes de seus membros, para forjar neles, a partir de um estereótipo, o sentimento de povo moralizado, trabalhador e honesto em oposição ao imigrante “turco”.

Ao atribuir esse caráter animalesco e negativo aos sírios e libaneses, a elite e seus agentes esperavam não incorporar esses indivíduos à sociedade brasileira e elucidar para seus próprios membros quais deveriam ser as características a serem seguidas e as que deveriam ser evitadas. Não importava se os sírios e libaneses fossem realmente aquilo que se projetava sobre eles, bastava que fossem assim representados.

Ainda tendo como base o trabalho de Edward Said, a interpretação que ele faz sobre a chamada ciência do concreto de Claude Levi-Strauss parece ser fundamental para relacionar essas caracterizações negativas aos sírios e libaneses com o projeto de identidade brasileira. Segundo o trabalho de Levi-Strauss, há uma ação inerte à razão humana que é a de identificar e registrar tudo que lhe interessa. As identificações podem, contudo, apresentar distinções valorativas que dependem de vários fatores, como o meio social no qual o indivíduo está inserido, os interesses pessoais, o momento histórico, entre outros.

Desse modo, sobrepondo as imagens negativas atribuídas aos sírios e libaneses com o contexto histórico e interesses da elite brasileira e piracicabana, podemos compreender que mediante a grande preocupação em inserir imigrantes europeus para branquear e “moralizar” a população, os sírios e libaneses compreendiam um grupo indesejável, sofrendo por isso certa desconfiança. A situação piora para eles perante os olhos da elite oligárquica, dada a inserção econômica comercial. Como já foi discutido, o interesse era o trabalho agrícola e a dependência dos trabalhadores em relação aos proprietários, mas, boa parte dos sírios e libaneses se insere no mercado comercial urbano, uma atividade em que a dependência é diferente e a necessidade de venda da força de trabalho não é certeza. Diante desse

cenário, os discursos negativos, principalmente dos periódicos resgatados, passam a ser mais compreensíveis.

O trabalho comercial do mascate consistia em comprar produtos a crédito de seus fornecedores (que geralmente eram seus patrícios) e revendê-los pelas cidades. Essa prática mantinha um elo de certa dependência entre o fornecedor e o revendedor, entretanto, o revendedor não era um empregado, ou seja, não vendia a sua força de trabalho. Na verdade ele depende de seu esforço, das condições do mercado e das formas de crédito concedidas. Como esse vínculo entre fornecedor-revendedor era geralmente entre os próprios imigrantes, o descontentamento das elites agrárias aumentava ainda mais.

Desse modo, o projeto de criar uma identidade cultural brasileira pressupunha a necessidade em designar quais comportamentos e práticas deveriam ser exaltadas e quais deveriam ser excluídas. Para podermos compreender o funcionamento desse mecanismo, é importante termos em vista que o conceito de identidade, “opera por meio da *‘differance’*, que envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’. Para consolidar o processo de identificação, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui.”⁵⁶ Nesse sentido, as culturas nacionais tentam apresentar-se como unificadas, mas as diferenças de seus membros procuram ser minimizadas e mascaradas, atribuindo-as aos outros.

Nesse caso, diante das preocupações com o mundo do trabalho e mais especificamente em tornar os libertos e os imigrantes europeus em trabalhadores que vendam sua força de trabalho, são atribuídas aos sírios e libaneses as características que se pretendem evitar entre os seus. Portanto, todos aqueles brasileiros ou imigrantes que não fossem sírios ou libaneses ao adotarem algumas de suas características estariam se igualando a esses povos “degenerados”. É por isso que as notícias falam dos imigrantes sírios e libaneses como “vírus” ou “pragas”, que “infestam a cidade” ou que “se infiltram em nosso organismo”, e cujos “instintos já se acentuam entre nós”. Os costumes dos sírios e libaneses, cuja inserção era contrária aos interesses da

⁵⁶ HALL, S. 2000, p. 109.

elite oligárquica, estavam se propagando e “contaminando” os cidadãos brasileiros. Dessa maneira, a culpa das diferenças entre o estereótipo do cidadão brasileiro e as trajetórias de seus membros, é atribuída a um terceiro, exterior, que “contamina” a população e, por isso, esses indivíduos deveriam ser evitados e barrados.

Complementando essa ideia, Jeffrey Lesser resgatou a fala de alguns políticos e pensadores brasileiros em relação a imigração árabe de forma geral. O membro da Sociedade Central da Imigração, Alfredo d’Escragnolle de Taunay que teria proferido no Senado um discurso antiárabe, defendendo a adoção de medidas legislativas para “impedir a entrada dessa gente que traz hábitos de vagabundagem e ociosidade.”⁵⁷ Além disso, assim que os árabes⁵⁸ inundaram as cidades, a elite consultou os cônsules que serviam no Oriente Médio à procura de informações e, ao que resgatou Jeffrey Lesser, “esses cônsules e adidos não viam com agrado a ideia de árabes se estabelecendo em sua terra natal, e consideravam o Oriente Médio ‘inacreditavelmente atrasado, inculto, e desprovido tanto de administração quanto de forças de trabalho organizadas.”⁵⁹

Essa foi uma representação extremamente preconceituosa e se enquadra no conceito de orientalismo defendido por Edward Said. Foi uma imagem representada ao Oriente, cujos fins foram os de justificar uma superioridade moral, econômica, política e cultural do chamado Ocidente. Nesse contexto, os políticos brasileiros, de acordo com a trajetória histórica do país (país colonizado por portugueses e com uma profunda influência intelectual francesa à elite política e pensante do país), se colocavam como ocidentais, ou seja, próximos aos costumes europeus, visto que, como ex-colônia, esse era o exemplo a ser seguido, o espelho que sempre pretenderam ser.

⁵⁷ *A Imigração – Órgão da Sociedade central da imigração*, Rio de Janeiro, 5:43, março 1888. APUD. LESSER, J. 2001, p. 100.

⁵⁸ Entendidos, de modo geral, como todos os indivíduos provenientes da região do Oriente Médio e da África Saariana que tinham como língua principal a árabe, ou melhor, a raiz linguística semítica além dos costumes.

⁵⁹ José Daniel Colaco (cônsul) a João de M. Machado (ministro das Relações Exteriores), 20 de agosto de 1884, 02 – Repartições Consulares Brasileiras, Tânger-Ofícios-1876-1890-265/1/10, AHI-R. APUD, LESSER, J. 2001, p. 92.

Como uma questão política, a identificação dos sírios e libaneses por parte da elite brasileira com indivíduos degenerados servia para projetar uma imagem positiva do Brasil e servir como exemplo de conduta que não deveria ser seguida. O projeto político dessa identidade era mascarar as diferenças entre os cidadãos brasileiros e atribuir a outro, no caso os imigrantes sírios e libaneses as trajetórias que ameaçassem a integridade do discurso identitário brasileiro. No caso, a elite brasileira estava constantemente reconhecendo e registrando as profundas diferenças existentes entre o estereótipo elaborado para o cidadão brasileiro e as condutas reais de membros. Essas diferenças são necessárias para que se possa caracterizar o que deve ser e o que não deve e, para isso, as características negativas de seus membros são mascaradas ao serem atribuídas aos outros. Desse modo, a identidade cultural procura formular-se como um todo unificado e fixo ao redor de seu estereótipo que mascara e exclui as diferenças, por isso, Stuart Hall afirma que

em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo 'unificadas' apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto – como nas fantasias do eu 'inteiro' de que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como *unificadas*.⁶⁰

Essas divisões existentes entre os membros da sociedade brasileira precisavam ser mascaradas, excluídas, e para isso foi criado um estereótipo que procura integrar todos os indivíduos às características desejáveis, atribuindo a um outro, estrangeiro, as diferenças existentes em seus próprios membros.

Temos, então, que o termo turco foi utilizado para representar esse estereótipo negativo associado aos sírios e libaneses. O interesse da elite, era, como já foi discutido, apresentar esses imigrantes como o contraponto às práticas e costumes que deveriam ser incorporadas pelos seus próprios membros, além de projetar sobre si uma imagem positiva, de povo civilizado. Esse uso do estereótipo é então, um uso político. Dessa forma, como afirma Stuart Hall, a identidade e o sentido de política.

⁶⁰ HALL, S. 1996. pp. 61-62

O sentido político se refere às políticas de identificação e representação, pois, Judith Butler ao falar das questões de gênero, considera que o sistema jurídico exige que os indivíduos sejam representados, para assim terem seus direitos preservados ou adquiridos. A construção política do “sujeito” deriva de uma prática de exclusão e legitimação que normalizam e ocultam com base nas estruturas jurídicas da política. “A lei produz e depois oculta a noção de sujeito perante a lei.”⁶¹ No caso em questão, articulamos que a sociedade em seus vários âmbitos de poder exige a representação para que os interesses dos grupos sejam defendidos ou adquiridos. Entretanto, a representação do grupo acaba por mascarar as diferenças e representar um estereótipo fixo e unificado.

De qualquer forma, é certo que o município, por mais que tivesse um desenvolvimento urbano e um grupo de classe média estabelecido, ainda preservava os interesses agrários e, dada a sua inserção econômica no mercado de trabalho, esses imigrantes sírios e libaneses não eram desejados. Além disso, eles não faziam parte da tríade do projeto de nação brasileira, formada por europeus, índios e negros. Isso produziu sentimentos ambíguos na sociedade brasileira por não serem os indesejáveis negros, ao mesmo tempo, que também não eram os desejáveis europeus.

Essas imagens relacionadas aos imigrantes sírios e libaneses sempre obedeceram à designação de “turcos”. Esse termo tinha o intuito de ofender e generalizar todos os imigrantes vindos da Síria e do Líbano como iguais, independentemente da trajetória de cada um. Emil Farhat, um imigrante libanês que escreveu um livro a partir das cartas trocadas com sua mãe que ficara na pátria, nos apresenta, em uma das passagens, essa forma de preconceito, quando sua mãe diz que

Houve um, o Chafik Mitlen, de Chuaifêt, que me descreveu tudo por que passou. A humilhação de não entender nada da língua, e ver o pessoal da terra à sua frente, rindo às gargalhadas com as palhaçadas que ele devia estar fazendo quando tentava pronunciar as palavras que maldosamente lhe ensinavam. E era tudo coisa suja, baixa mesmo. Ele tomava conta da venda de um primo que às vezes viajava. Aí, vinha todo mundo do lugarejo, fingindo querer comprar. E

⁶¹ BUTLER, J. 2003, p. 19.

pediam coisas, designando tudo com palavras feias. Cada uma que saía, o coro se reventava de rir da **estupidez do "turquinho" atarantado**, que não entendia nada das porcarias que despejavam em cima dele. Durante meses foi o palhaço de todos. E ainda por cima se queixavam ao primo, dono da loja, quando Chafik rosnava, ensaiando reagir. Isto me fez lembrar de uma das suas primeiras cartas, enviada logo que aí chegou, e na qual explicava que o nome Brasil vem de uma árvore espinhenta "tão diferente", dissera você, "do povo da terra".

Mas não é o que fala Chafik. Segundo ele, **o pessoal daí não gosta de turco. E, para eles, vocês são "turcos"**.⁶²

O testemunho do tal Chafik Mitlen, descrito na obra de Emil Farhat, nos aponta a visão que os sírios e libaneses tiveram dos brasileiros, rompendo, de certo modo, com os discursos hegemônicos – utilizados por Emil Farhat, ao dizer que os brasileiros não são espinhentos como a árvore que nomeia o país – de que o povo brasileiro recebeu bem os imigrantes sírios e libaneses, com exceção das piadas feitas em decorrência da diferença linguística. Partindo do pressuposto, de que os sírios e libaneses não eram bem vistos, e a imagem negativa atribuída a eles respondia à designação “turco”, como temos visto, articulo a ideia de que esse exercício faz parte do mecanismo discursivo de identidade, que necessita unificar todos os indivíduos considerados degenerados em um estereótipo, para que, dessa forma, quem os designe, possa ser considerado o civilizado. Sendo assim, essas imagens permearam a mente dos brasileiros e de outros imigrantes visto que o termo foi evocado no relato de diversas pessoas, em variadas situações, principalmente de conflito, cujo uso era sempre o de ressaltar uma condição negativa aos imigrantes sírios e libaneses.

Como os processos levantados foram de situações de conflito, durante a década de 1920, pude evidenciar alguns relatos em que o termo turco emergiu para caracterizar os imigrantes sírios e libaneses que estiveram em conflito com brasileiros ou outros imigrantes. Esse termo resgatava a estereotípia negativa, descrita até aqui, anunciada tempos antes pelos periódicos. Então, procuro traçar agora, situações em que os indivíduos evocaram o termo como forma de caracterizar negativamente e inferiorizar os imigrantes sírios e libaneses envolvidos nos conflitos. Essa perspectiva tem o intuito de averiguar

⁶² FARHAT, E. *Dinheiro na Estrada: uma saga de imigrantes*. T.A Queiroz, São Paulo, 1986, p. 42.

a subjetivação da imagem negativa propagada pelos meios de comunicação do período influenciados pela elite agrária.

As análises de Homi Bhabha sobre o discurso colonial e a função do estereótipo são muito relevantes para nos guiar na análise dos relatos. O autor sugere que o discurso colonial depende exclusivamente do conceito de fixidez para a construção ideológica da alteridade. Fixidez, no caso, designa tanto o conceito de rigidez e ordem imutável, como também desordem, degeneração e repetição demoníaca, pois, o estereótipo, que é a principal estratégia discursiva do colonialismo, sempre oscila entre o que está dito, o que está sempre no lugar, o que já se conhece e o que precisa ser ansiosamente repetido.⁶³

Ao mesmo tempo, Homi Bhabha propõe a leitura do estereótipo em função do conceito fetichista. Dessa maneira, o autor explica que a produção relacional do mito de origem histórica com o estereótipo colonial tem como função normalizar as crenças múltiplas e os sujeitos divididos que constituem o discurso colonial como consequência do seu processo de recusa. Homi Bhabha explica que o fetichismo é o “jogo” de afirmação e recusa, ou seja, é a vacilação constante entre a afirmação de uma totalidade/similaridade, com a ansiedade causada pela ausência e pela diferença.

Nesse sentido, vamos averiguar que o termo turco, como já foi demonstrado até aqui, foi difundido por meios de comunicação de massa com o intuito de fixar negativamente o imigrante sírio e libanês no subjetivo dos indivíduos brasileiros e dos próprios imigrantes. Tal efeito tem o propósito de criar uma identidade para quem significa e para quem é significado, a partir da construção de estereótipos. Estes, entretanto, são elaborados partindo do reconhecimento e repúdio das diferenças. Dessa maneira, o estereótipo se encontra envolto no conceito de fixidez, pois ele é sempre o ser degenerado, que precisa ser incessantemente repetido, na medida em que sua estrutura fixa é constantemente ameaçada por novas diferenças descobertas. Assim, “é a força da ambivalência que dá ao estereótipo colonial sua validade: ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa estratégias de individuação e marginalização; produz aquele efeito de verdade

⁶³ BHABHA, H. *A Outra Questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo*. In: **O local da Cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998, p. 105.

propabilística e predictibilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente.”⁶⁴

Nesse sentido, o caso do imigrante libanês Benjamim Zeitum pode nos ajudar a compreender essas formas de subjetivação do estereótipo sobre esses imigrantes.

Benjamim Zeitum foi um imigrante proveniente de Beirute, atual Líbano, mas, no período, parte da Grande Síria, que enfrentou diversos problemas com a Justiça brasileira. De acordo com sua ficha criminal de 1921, ele foi detido por volta de seis vezes, sendo algumas dessas na capital, São Paulo, e outras em Piracicaba, conforme anexo 3. Os motivos variaram em vadiagem, desordens e furto. Em Piracicaba, encontramos três processos em que Benjamim Zeitum participou como vítima e como réu. Em um deles, o delito ocorreu, no ano de 1914, em decorrência de uma cobrança de dívida. Neste caso, Benjamim estava sendo acusado de agressão, assim como o indivíduo com o qual ele tinha entrado em conflito.

A briga se iniciou quando Benjamim Zeitum foi ao bordel de Brigida cobrar uma dívida de aproximadamente seis mil réis da prostituta (sua conhecida e que em outro processo movido contra Benjamim Zeitum em 1920, aparece como testemunha por trabalhar no bordel explorado por ele e pela amante dele) Maria da Silva. Esta, que estava acompanhada de um amante, o brasileiro e lavrador, João Estanislau, de aproximadamente cinquenta anos, lhe pediu emprestado uma nota de alto valor para quitar sua dívida. De acordo com o depoimento de João Estanislau, este lhe mostrou sua carteira que continha notas de dez e vinte mil réis, mas Maria pediu uma nota de alto valor, sendo assim atendida por ele com uma nota de quinhentos mil réis. De acordo com o Promotor Público, “Quando Maria entregou a quantia para Benjamim, lhe disse que, na terra dele, nunca havia visto uma nota daquele valor.”⁶⁵ Nesse momento, Benjamim a ofendeu e foi agredido com um soco na cara por João Estanislau. Foi então que a luta passou a ser travada.

⁶⁴ BHABHA, H. 1998, p. 106.

⁶⁵ Processo Crime: *A Justiça x João Estanislau e Benjamim Elias Zeitum*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1914, fls. 5.

É interessante observar os relatos dados por João Estanislau no inquérito e no julgamento, porque quando ele contou o que aconteceu para a polícia, ele se refere ao árabe pelo nome. Entretanto, quando ele está na sala de audiências em frente ao juiz, ele utiliza o termo turco para designar o libanês Benjamim Zeitum.

De acordo com o relato dado por João Estanislau em Inquérito Policial, ele estava no quarto de Maria da Silva, quando esta apareceu lhe pedindo uma quantia de dinheiro emprestada para quitar uma dívida, ao passo que João lhe entregou uma nota de quinhentos mil réis. Como Maria, de acordo com Estanislau, se ausentou por muito tempo, ele foi até a varanda para verificar o que acontecia, “aí chegando Benjamim lhe disse que limpasse a bunda com aquela nota” ⁶⁶ ao que Estanislau deu um soco na cara de Benjamim e a confusão foi criada. De acordo com o relato, Benjamim teria pegado uma faca e como resposta, João teria sacado seu revólver e dado “um tiro para o ar em direção a janella.” ⁶⁷

No testemunho dado por Estanislau na sala de audiências do julgamento do processo, diante do júri e do juiz, alguns detalhamentos são muito relevantes para nós aqui. De acordo com tal relato, Estanislau afirma que estava no quarto da meretriz Maria da Silva, quando esta foi “avisada de que **ali se achava um turco**, que vinha procurá-la; que Maria da Silva, depois de ter conversado com o **referido turco**, veio ao quarto” ⁶⁸ e pediu um dinheiro para pagar uma dívida de seis ou oito contos de réis. De acordo com Estanislau, a meretriz havia pedido uma nota grande para poder fazer o pagamento e depois de mostrar para ela que tinha notas de dez e vinte mil réis com as quais ela poderia fazer o pagamento, ele deu à ela uma nota de quinhentos mil réis. Como Maria demorou, Estanislau saiu em sua busca **e viu que o “turco** era o denunciado Benjamim Zeitum; que este, dirigindo-se ao interrogado, disse que já havia visto muitas notas de quinhentos mil réis e que era capaz de limpar a bunda com aquela e em seguida esfregá-la na cara do

⁶⁶ ⁶⁶ Processo Crime: *A Justiça x João Estanislau e Benjamim Elias Zeitum*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1914, fls. 16.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

interrogado.”⁶⁹ Nesse momento, Estanislau deu um soco na cara de Benjamim e, como resposta o imigrante sacou de uma faca para agredir Estanislau que se protegeu atirando para o lado a fim de intimidar Benjamim. Estanislau, de acordo com o relato, preocupado com Maria, saiu para a rua atrás dela, mas foi agarrado por Emílio, irmão de Benjamim e pelo próprio Benjamim, que tomaram-lhe o revólver e o dinheiro que trazia consigo. Na delegacia, ao ter seu dinheiro ressarcido, Estanislau deu por falta de uma nota de quinhentos mil réis.

Vemos aqui, de que forma as imagens negativas e tipicamente orientalistas foram subjetivadas pelos indivíduos em conflito. Maria da Silva, a prostituta que foi cobrada da dívida, procura utilizar uma nota de valor bem superior ao da dívida para ofender o libanês Benjamim. De acordo com os relatos dos envolvidos no conflito, ela teria entregado a nota e afirmado que tal valor não existia na terra natal do imigrante. Essa afirmação, evocada provavelmente em um momento de raiva, evidencia a imagem estereotipada do Líbano, como sendo um local extremamente pobre. Tal acusação servia para elucidar que o Brasil era o oposto: um país rico e civilizado e que aquele valor era ínfimo para ela.

Essa questão se relaciona com as formas de transmitir o Oriente ao Ocidente, assinalado por Edward Said. De acordo com o autor, havia dois métodos principais de transmitir o Oriente ao Ocidente no início do século XX. O primeiro era através da disseminação dos conhecimentos dos eruditos orientalistas em universidades, livros, organizações exploratórias e geográficas. Esses saberes, difundidos, adquiriam o status de verdades incontestáveis, por meio da repetição e disseminação. Produziram uma manifestação doutrinária do Oriente, que foi chamada por Said de Orientalismo Latente. Assim, quando qualquer pessoa “desejasse fazer uma afirmação de alguma importância sobre o Oriente, o Orientalismo latente lhe fornecia uma capacidade enunciativa que podia ser usada, ou antes, mobilizada, e transformada num discurso sensato para a ocasião concreta do momento.”⁷⁰

⁶⁹ Processo Crime: *A Justiça x João Estanislau e Benjamim Elias Zeitum*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1914, fls. 16.

⁷⁰ SAID, E. 2006, p. 294.

O segundo meio que o Orientalismo tinha para transmitir o Oriente ao Ocidente era resultado da convergência entre o Orientalismo latente e o Orientalismo manifesto. Said explica que, por muito tempo, os orientalistas realizaram diversos tipos de estudos sobre o Oriente para dividir entre seus compatriotas, mas que essas pesquisas eram feitas de maneira hermenêutica, ou seja, o estudioso se colocava fora da esfera do seu campo de análise, e, de longe, reduzia a obscuridade que se colocava o Oriente ao entendimento do Ocidente, por meio de suas tradições e recodificações. Mas nunca poderia acabar com essas brumas que rodeavam seu campo, dada a distância existente entre eles. Por conseguinte, suas explicações e saberes propagados eram imagens do que se esperava ser o Oriente.

Dessa forma, podemos notar que as imagens negativas em relação ao chamado Oriente, que foram amplamente difundidas pelos países considerados Ocidentais – países de capitalismo desenvolvido e imperialistas, como Alemanha, Inglaterra e França, tendo estes dois últimos, exercido uma ampla influência ideológica na elite brasileira – foram subjetivadas no inconsciente dos indivíduos. Essas projeções emergem em diversas situações, principalmente em situações de conflito, quando o intuito é o de ofender o outro.

As imagens negativas, difundidas pelos periódicos e comentados entre muitos cidadãos, foram incorporadas por Maria da Silva e João Estanislau, que no momento de raiva, projetaram-nas ao imigrante Benjamim Zeitum de modo a inferiorizá-lo. Esse interesse fica explícito quando Maria, tendo ao seu dispor notas de valor mais condizente com o da dívida, escolheu uma nota de valor muito superior. Diante da circunstância em que Maria, uma brasileira, era devedora de um imigrante libanês, descrito por vários periódicos e outros indivíduos como um ser degenerado, imoral e inferior, ela procura enaltecer sua condição de brasileira como ocidental e superior em relação ao imigrante Benjamim, minimizando a terra natal dele. Além da diferenciação étnica, Maria da Silva procura afirmar seu valor, mostrando que a dívida que tinha com o outro não representava nada, por isso usar uma nota bem maior. Desse modo, Maria se auto afirma e inferioriza seu credor.

João Estanislau, amante da meretriz, também brasileiro, se mete na situação em clara demonstração de afirmação da masculinidade, ao entrar em

conflito com um indivíduo pela defesa de sua amante. Mas, além disso, como justificar ter ele, em seu depoimento na delegacia, se referido ao imigrante pelo nome e na sala de audiências ter usado da terminologia “turco”?

Especulo que o objetivo desse uso, por parte de João, foi constranger Benjamim Zeitum e apresenta-lo, perante o júri como um indivíduo degenerado. O uso do termo, nesse contexto, buscava evocar todas as caracterizações negativas atribuídas aos sírios e libaneses pelos periódicos e pela elite brasileira, como vimos até então. Desse modo, João Estanislau, reforçava a imagem de indivíduos imorais, vadios, desordeiros e socialmente e moralmente inferiores aos cidadãos brasileiros, para, assim, se aproximar do júri, formado por brasileiros e se inocentar dos tiros dados contra Benjamim.

Em outro processo, o termo turco também foi evocado numa situação de conflito com o interesse de resgatar essas caracterizações negativas e inferiorizar o imigrante perante os brasileiros. Mais uma vez o imaginário emerge, numa situação conflitante, para descaracterizar o outro e reforçar o estereótipo de tipos degenerados. Assim, temos o caso de Jamil José, que pretendia se casar com uma filha de espanhóis, Maria de Godoy, mas, depois de deflorá-la, acabou se recusando. O irmão da garota, Francisco de Godoy, visando recuperar a honra que havia sido manchada, entra em conflito armado contra Jamil e sai ferido com um tiro na boca, vindo a falecer pouco tempo depois.

Jamil José se dizia negociante e havia pedido Maria de Godoy em noivado, ficando o casamento para ser marcado. Durante os tempos de noivado, a família da moça dizia considerar Jamil José como um membro da família, visto que estava sempre visitando a casa deles. Entretanto, Jamil, em uma das visitas, desflorou Maria, prometendo-a em casamento, mas, depois desse dia passou a ficar mais distante e esguio. Maria de Godoy estranhando o comportamento do imigrante libanês, contou a sua mãe o que aconteceu e elas, então, chamaram Jamil José para conversar. Na conversa, o imigrante teria afirmado que até poderia se casar, mas logo depois se divorciava, justificando que ela recebia homens em casa durante a noite. Dada a ofensa proferida à Maria, seu irmão, Francisco, toma as dores e procura recuperar a honra da família obrigando, pela força, Jamil a se casar. Diante desse quadro,

foi formada uma confusão em que Jamil toma uma faca e um revolver e acaba machucando com a faca a mãe de Maria e matando o irmão desta com um tiro.

O episódio é trágico e Jamil José, no final do processo, é condenado a alguns anos de prisão celular. Podemos especular sobre o defloramento como um ato de masculinidade de Jamil, querendo provar para si e para a sociedade, inclusive seus membros de convívio, a sua hombridade e comentar seus feitos sexuais para que ninguém pudesse associá-lo a feminilidade.

É interessante notar como a família se responsabiliza por zelar pela castidade das mulheres solteiras. Tal zelo é importante, pois o casamento representa um pacto/aliança realizado entre famílias, por meio da concessão da mulher. No caso do contexto brasileiro do início do século XX, as mulheres cuja virgindade fosse preservada tinham mais prestígio nas negociações “amorosas”, do que as que já haviam sido defloradas. Essas negociações não envolviam, diretamente, a escolha do noivo ou da noiva pelas famílias, mas remetem à aceitação ou não do homem sobre as condições de sua futura noiva. Sendo assim, a família interferia nos interesses de seus filhos amantes para tentar conservar o prestígio e nome que ela poderia figurar nos meios sociais.

No momento, o que o processo traz de muito relevante, quanto aos usos do termo turco, foi que em todos os relatos sobre o imigrante libanês ele sempre foi descrito como sírio ou pelo nome. Apenas no relato do vizinho de Maria de Godoy, o termo turco emerge.

Segundo esse vizinho, Joaquim Firmino Paiva, brasileiro, afirma que Francisco havia sido

‘ferido por um **“turco”** na casa da mãe deste Francisco de Godoy (...) que só mais tarde é que veio a saber por Emília Castro que Godoy fora assim ferido em uma luta que se empenhou em casa de Adelina Godoy com um **“turco”**, (?) pelo fato de ter esse **turco** desonestado a irmã de Francisco; que alvou os tiros que este **turco** disparou contra Francisco de Godoy que caindo apunhalado este não mais o fez porque ela Emília segurou o braço do mesmo **turco** nessa ocasião.’⁷¹

Fiz questão de grafar em negrito a palavra “turco” utilizada no relato da testemunha acima, que supostamente teria sido informado a ele pela esposa

⁷¹ Processo Crime: *A Justiça x João Estanislau e Benjamim Elias Zeitum*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1914, fls. 24.

do falecido Francisco. Tive como objetivo fazer isso, para destacar a quantidade de vezes que o termo foi repetido no relato, e poder explicar sobre a carga pejorativa e negativa que está associada à palavra. Todos os relatos que retratavam Jamil José, o designavam como “o sírio”, entretanto, Emília Castro, esposa do falecido Francisco de Godoy, muito provavelmente em profunda resignação, raiva e tristeza denominou Jamil José como “turco”. O que pode nos apresentar essa diferença?

Para tentar responder essa questão, é interessante notarmos que Emília estava em uma situação emocional de consternação, sendo assim, nesse momento de raiva e fúria em relação ao imigrante ela evoca o termo “turco” para caracterizá-lo. Parece óbvio que a adoção de tal termo tem o intuito de atribuir qualificações ofensivas e degenerativas à imagem de Jamil José. Isso significa que o termo em questão era utilizado pela sociedade brasileira e por imigrantes de outras nacionalidades, (como temos visto até aqui), com propósito de denegrir a imagem do imigrante árabe, de ofender esse indivíduo e de atribuir a essas pessoas qualificações pejorativas e inferiorizantes, cujo objetivo é marcar uma diferenciação dos indivíduos através de um enaltecimento/desprezo de quem classifica e de quem é classificado.

O uso do termo turco tem também outro aspecto interessante que é o de retirar a identidade do indivíduo enquanto um sujeito com dignidade, pois, a terminologia “turco”, da forma como foi usada, denomina o outro como uma coisa, descaracterizando-o de sua trajetória histórica, pessoal e sociocultural, como o nome pode representar. Como era sabido que o termo era ofensivo, seu uso tinha o claro intuito de desfigurar os indivíduos e retirar deles o respeito devido, já que são apenas turcos e não sujeitos com direitos, história e dignidade. Ou seja, os “turcos” eram aqueles indivíduos cuja imagem estava vinculada a aspectos pejorativos, negativos e inferiorizantes, muito próximo dos negros.

Da mesma forma, em outro processo, agora movido contra o imigrante libanês João Antônio Haddad, é possível observar os usos do termo turco e a aparente coisificação dos indivíduos retratados dessa maneira em oposição a quem os denomina.

Nesse caso, que aconteceu também em 1921, João Antonio Haddad é acusado de matar seu tio e ao mesmo tempo protetor, com tiros, visando roubá-lo. Entretanto, a acusação não consegue incriminar o imigrante e este acaba sendo solto. O interessante aqui são, também, as formas de representação dos envolvidos no caso e a subjetivação do termo turco como negativo e ofensivo por parte do próprio imigrante suspeito.

João Antonio Haddad era sócio de seu tio e seu irmão de uma loja de fazendas e armarinhos. No momento do crime ele estava acompanhando seu tio para irem ao município de Serra Negra pedir uma moça em casamento para João. No entanto, a viagem foi interrompida por, de acordo com o relato de João Haddad, dois caboclos que teriam gritado: “Para aí turco desgraçado, filho da puta!”⁷² Diante dessa situação, João tentou dar a volta com o trolley, mas um dos caboclos teria dado um tiro de garrucha contra o seu tio que, então, caíra ao chão sem dizer uma única palavra. Temendo por sua vida, João saiu correndo pela estrada para buscar auxílio no local mais próximo. Nessa corrida, João teria desferido quatro tiros com sua arma Browning contra os assaltantes, mas não acertou nenhum, em resposta, os assaltantes atiraram contra ele e teriam acertado a aba de seu casaco que se abria durante a corrida.

Esse relato de João Antonio foi muito contestado pelo Promotor Público que afirmou que “a narrativa de João Antônio é mentirosa e mal fantasiada, gerando-se para logo em nosso espírito a convicção segura, inabalável de que foi o próprio denunciado quem assassinou, para roubar, o seu desventurado tio e protetor Issa Macdasse!”⁷³ Ele baseia sua afirmação em algumas contradições do relato de João em relação às evidências encontradas no corpo da vítima e no paletó do suspeito. Entre as contradições que o delegado de polícia aponta e que foram reafirmadas pelo Promotor, estão

‘como se explica o fato de terem as balas penetrado pelas costas e saído pela frente? Se os tiros foram dados a distancia como é que se explica que o paletó de Macdasse apresenta partículas de pólvora deflagrada ao redor dos orifícios de entrada? Se um dos assaltantes desfechou, a distancia e pelas costas, um tiro contra João Antônio, que na ocasião corria, como se explica o fato de ter a bala

⁷² Processo Crime: *A Justiça x João Antonio Haddad*, 1921, fls. 20.

⁷³ Idem.

penetrado pelo forro do paletó e saído pelo seu lado exterior, junto ao meio da aba (resguardo) do bolso esquerdo? Se esse tiro foi dado a distancia como é que o forro do paletó apresenta sinais de queimadura e os característicos todos de um tiro a queima roupa? Se o tiro foi dado nessas condições como é que a bala não feriu a João Antônio, ou pelo menos, não atingiu o colete? Se os tiros dados pelos assaltantes o foram com garrucha, como é que as balas que vitimaram Macdasse são de pistola Browning?⁷⁴

Diante dessas perspectivas, é possível afirmar que os indícios estão realmente contra João Haddad, mas, independentemente se ele é o assassino de seu tio ou não, o que é muito importante nesse caso é a afirmação que ele faz da abordagem dos assaltantes. João, em seu relato, evidencia uma diferenciação racial feita aos assaltantes, porque, segundo ele, “os dois caboclos eram amulutados”⁷⁵ e ainda remete à agressão étnica que teriam feito os assaltantes ao chamá-los de “turcos filhos da puta”. É importante que consideremos as duas acusações, tendo em vista que mesmo se o relato fosse falso, ele representa a emersão de uma consideração ideológica, o preconceito racial existente no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, em relação aos negros e mulatos, e também a depreciação aos imigrantes sírios e libaneses, comumente chamados de turcos, principalmente quando o objetivo de quem pronuncia o termo é o de ofender, ironizar ou ridicularizar o imigrante.

Vemos aí, mais uma vez, a exaltação do termo turco como forma de ofender esses imigrantes. No caso, se os assaltantes eram desconhecidos de João e Issa Macdasse, como relatado, como eles saberiam distinguir a “nacionalidade” dos dois em viagem? Diante disso, interrogo a forma como foi subjetivada e compreendida por João Antonio Haddad o estereótipo negativo atribuído à eles, visto que ele mesmo o exaltou para justificar o suposto assalto.

Mais uma vez a designação foi utilizada de forma pejorativa e agressiva, com o intuito de ofender e distinguir os indivíduos em questão. No caso, os agressores, detentores do poder no momento por estarem armados e surpreenderem seus alvos, procura subjugar-los com a ofensa que o termo turco carrega. Dessa forma eles distinguem os detentores do poder e os que

⁷⁴ Processo Crime: *A Justiça x João Antonio Haddad*, 1921, fls. 20.

⁷⁵ *Idem*, fls. 15.

devem ser subjugados por serem inferiores e “frágeis”. Falando assim, estamos supondo que o relato de João Haddad é verdadeiro. Se não for, é também relevante como Haddad percebe o estereótipo do imigrante sírio elaborado pelos brasileiros e imigrantes de outras etnias e a forma como ele se coloca em relação a essa imagem.

Caso a estória de Haddad não seja verdadeira, é possível afirmar que ele - diante dos confrontos entre a representação que faz de si com o estereótipo elaborado pela sociedade receptora que procura marcá-lo e fixá-lo com vários atributos negativos embutidos no termo turco - percebe que os imigrantes sírios e libaneses são representados de maneira inferiorizante e pejorativa. Em todo caso, Haddad, assim como outros imigrantes sírios e libaneses estiveram, a todo o momento, confrontando a identidade criada pelos brasileiros para caracterizá-los e, ao mesmo tempo, sendo confrontados sobre a identidade que eles próprios criaram.

Ao mesmo tempo, quando João descreve seus supostos agressores como caboclos amulatados ele está, também, projetando a imagem constantemente reproduzida pelos meios de comunicação e, de forma indireta e direta, pelos próprios habitantes, de que os negros e mulatos eram indivíduos inferiores e degenerados. Tal caracterização de seus supostos assaltantes, parece se relacionar com o que Oswaldo Truzzi afirmou sobre os comportamentos dos imigrantes, de forma geral, em relação aos negros e mulatos.

Os sírios e libaneses acompanharam a tendência geral de outros grupos de imigrantes que aprenderam rapidamente que a pior coisa com a qual poderia ser identificados nesta Terra Prometida era com os negros, tratando assim de se distanciar desse grupo.⁷⁶

Essa prática descrita por Oswaldo Truzzi e comprovada pelo relato de João Antonio Haddad, demonstra a clara intenção de atribuir ao outro as caracterizações negativas projetadas sobre ele, para assim, se diferenciar e se autoafirmar como diferente e superior. A diferenciação, nesse sentido, não acontece por uma ordem horizontal, ela respeita o contexto cultural brasileiro que estigmatiza o negro, obedecendo, então, a uma perspectiva vertical. Nesse

⁷⁶ TRUZZI, O.M.S. 2009, p. 92.

sentido, João Antonio Haddad estava tentando se aproximar da identidade cultural brasileira, que excluía os negros e mulatos como membros da sociedade, ao procurar se diferenciar desses indivíduos.

Além disso, em outros relatos desse mesmo processo, verificamos a emergência do termo turco. João Pedro Albino, administrador da fazenda Pau D'Alho, conta que “estava em casa quando foi chamado por um colega, o sapateiro Anacleto Perazzo que lhe contou que em sua casa **havia chegado um turco**, referindo que um seu companheiro havia sido atirado na estrada.”⁷⁷

Do mesmo modo como já foi explicitada, a terminologia parece retirar de quem é significado o sentido de cidadão igual, sendo, então, associado a uma coisa, um ser, que não se coloca como igual, mas antes, como inferior. Outros dois brasileiros que testemunharam nesse caso, também reforçam essa imagem. João Rensi relatou que veio a saber de “Quinsinho Marçal, que próximo a venda do Pau D'Alho haviam assassinado um turco.”⁷⁸ Marcos Correa relatou que quando chegou “ao negócio do Rosário, aí encontrou um turco.”⁷⁹

Tal prática, como todas as que temos visto até aqui de caracterizar os imigrantes como turcos, se apresenta na ótica declarada por Homi Bhabha do funcionamento dos discursos identitários. Assim, é por meio da ambivalência, do reconhecimento e repúdio do outro que o estereótipo tem a sua função estratégica de marcar, diferenciar, subjulgar e fixar o outro. O intuito é apagar as possibilidades para que esse outro tenha representação própria, independente se ele se considera aquilo que lhe é atribuído. Como afirmou Edward Said, basta que assim o representem para que ele se torne a projeção na mente de quem significa. Essa projeção ao ser subjetivada pelos indivíduos passa a funcionar como uma lente que apresenta a realidade de acordo com aquelas características inconscientemente armazenadas e expressadas.

Utilizando os conceitos de orientalismo manifesto e orientalismo latente, podemos compreender que as imagens negativas em relação aos imigrantes indesejados sírios e libaneses, diante da propagação e de um preconceito ainda anterior, herdado da própria lógica ocidental orientalista, de que fala

⁷⁷ Processo Crime: *A Justiça x João Antonio Haddad*, 1921, fls. 24

⁷⁸ Idem, fls. 65.

⁷⁹ Idem, fls. 34.

Edward Said, foi assimilado de maneira inconsciente pelos indivíduos que se remetem à eles. Justamente por ser uma perspectiva inconsciente, todo o conhecimento, relato ou atribuições aos sírios e libaneses respeitaram essa ótica. Dentro dessa perspectiva, a ótica inconsciente de que falo se assemelha ao conceito de orientalismo latente, enquanto as atribuições aos sírios e libaneses e conhecimentos elaborados sobre eles, correspondem ao conceito de orientalismo manifesto.⁸⁰

O termo “turco” foi, portanto, utilizado até então como o significante da estereotipia negativa atribuída aos sírios e libaneses. O termo tem sua origem desde o início da imigração e introdução desses indivíduos na sociedade brasileira. Em decorrência das diferenças culturais, de certo imaginário negativo em relação ao chamado Oriente e, principalmente, da inserção socioeconômica desses indivíduos, a elite brasileira propaga diversas imagens negativas em relação aos sírios e libaneses, utilizando o termo turco como o catalisador dessas significações. Assim, cada vez que o termo era utilizado, ele evocava uma série de características negativas atribuídas a ele anteriormente.

Considero então, que o uso do termo “turco” se relaciona com uma questão política, pois ele não é um mero termo descritivo. Na verdade, ao ser utilizado, ele carrega um conjunto de signos e significados que atendem aos interesses de uma elite oligárquica preocupada em desenvolver uma identidade nacional brasileira e para isso definir quem deve participar e quem não deve, e, quais as características que seus membros devem ter e quais não devem.

De acordo com Jeffrey Lesser, existia, na década de 1910 e 1920, um forte preconceito quanto a entrada dos sírios e libaneses e todos aqueles que não fossem considerados brancos na sociedade brasileira.

Tanto Neiva (Arthur Neiva, parlamentar) como Xavier de Oliveira insistia em que os imigrantes fossem ‘os elementos julgados preferíveis, os brancos civilizados da Europa Central e Setentrional’, rejeitando assim todos os ‘árabes’, em termos tanto raciais (eles não eram brancos) quanto geográficos (nem da Europa Central ou Setentrional).⁸¹

⁸⁰ SAID, E. 2007, p. 280.

⁸¹ LESSER, J. 2001, p. 124.

Nessa perspectiva, Avta Brah em sua obra, *Diferença, diversidade, diferenciação*,⁸² analisa o uso do termo negro em prol de políticas públicas para os grupos de imigrantes africano-caribenhos e sul asiáticos na Inglaterra. De acordo com ela, esses indivíduos eram simplesmente descritos como “pessoas de cor” e, da mesma forma como temos analisado aqui, “O termo não era um simples termo descritivo. Tinha sido o código colonial para uma relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado.”⁸³ Assim, a designação dos africano-caribenhos e sul asiáticos da Inglaterra como “pessoas de cor” os fazia experimentar uma racialização de sua condição de gênero e classe através de sua “não-brancura”. Ou seja, o primeiro elemento de representação dos indivíduos era a tonalidade da pele.

No caso em estudo, ao classificarem os sírios e libaneses como “turcos”, os discursos remetem a esses imigrantes uma classificação que se relaciona com quem é brasileiro e quem não é, ou seja, aqueles que tem direito de participação e usufruto da vida política e pública do Brasil e quem deve ser marginalizado. Assim, os “turcos” são os outros que devem ser marginalizados, dado a sua degeneração que poderia “contaminar” a sociedade brasileira inteira. Além disso, o termo também remete ao domínio imperial dos Turcos-otomanos ao território da Síria. Essa perspectiva também os apresenta como inferiorizados, colonizados e degenerados que não sabem viver sem o julgo de um dominador.

Ainda de acordo com Avta Brah, o uso do termo “negro”, proposto pelos britânicos, serve para ocultar as necessidades culturais de outros grupos que não são aqueles de origem africano-caribenha. Essa questão se refere ao conceito de etnicismo, que ela explica como sendo a definição da

experiência de grupos racializados principalmente em termos ‘culturais’: isto é, postula ‘diferença étnica’ como modalidade principal em torno da qual a vida social é constituída e experimentada (...). Em outras palavras, discursos etnicistas procuram impor noções estereotipadas de ‘necessidade cultural comum’ sobre grupos heterogêneos com aspirações e interesses sociais diversos.⁸⁴

⁸² BRAH, A. *Diferença, Diversidade, Diferenciação*. 1996. (disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>)

⁸³ Idem, p. 333.

⁸⁴ BRAH, A. 1996, p. 336.

Sendo assim, o discurso identitário funciona a partir da representação de características que objetivam unificar e fixar o grupo que é fracionado. Tal unificação procura expor determinadas características aos seus membros, em oposição ou conformidade com as projeções feitas pelo outro (no caso, a sociedade brasileira). Dessa forma, para tentar unificar grupos heterogêneos a diferença étnica é reforçada e são atribuídos ao outro as características negativas que esperam mascarar entre seus próprios membros. Assim, elaboram dois estereótipos, um positivo cujo objetivo é unificar os membros do grupo a partir de perspectivas consideradas adequadas e ao outro estereótipo, são atribuídas todas as perspectivas negativas que se buscam mascarar. Como já foi apontado aqui em relação ao trabalho de Edward Said, não interessa se os grupos denominados partilham de realmente todas as características que lhes são atribuídas, na verdade, a intenção não é compreender a realidade como ela é, mas sim projetar ao outro o que se espera. Essas projeções tem o objetivo claro de elaborar uma imagem de grupo unido.

Os estereótipos podem ser representados por um termo específico. O termo tem, então, a função de unificar o grupo designado em torno de todas as caracterizações desejadas. O termo turco, como observamos, foi utilizado pela elite brasileira para unificar todos os imigrantes sírios e libaneses em uma perspectiva negativa. Entretanto, a imagem negativa relacionada à esses imigrantes nem sempre foi significada pelo termo turco, em alguns casos, a imagem foi associada diretamente a nacionalidade ou aos próprios indivíduos. O caso de Jorge Bittar é um desses exemplos. Ele foi acusado de ter assassinado um espanhol em parceria com Firmino Dias Lopes, também espanhol. No caso presente, Jorge Bittar é caracterizado de maneira bestializada e brutalizada. Além disso, o caso também nos dá informações preciosas sobre o cotidiano desse imigrante libanês, sua profissão e sua condição econômica.

Jorge Bittar é acusado de um latrocínio, hipoteticamente feito em parceria com Firmino Dias Lopes, contra João Garcia em fevereiro de 1923. A acusação recai sobre o libanês em decorrência dos depoimentos dados por Firmino à polícia. No caso, Firmino teria prestado três depoimentos diferentes aos policiais.

No primeiro relatório do inquérito prestado no dia 20 de fevereiro, o dia em que foi autuado, Firmino afirma que quem cometeu o crime foi “um moço cujo nome ele declarante não sabe, mas a quem conhece e com quem esteve”⁸⁵, na manhã da autuação, num botequim próximo à estação da Paulista. Firmino, diz ainda, ter notado que o mesmo indivíduo que o nome ele não sabe, tinha a camisa manchada de sangue.

No segundo depoimento, prestado no dia 21 de fevereiro, Firmino altera sua história e procura afirmar sua inocência, acusando Jorge Bittar como o autor do crime. De acordo com esse relato, Firmino disse que se encontrou na noite de 19 de fevereiro com Jorge Bittar na praça da matriz. Jorge e Firmino se conheciam de um período em que estiveram hospedados no hotel Bargas. Segundo esse relato, Jorge Bittar teria pedido uma navalha emprestada à Firmino e convidado este e seu colega espanhol para passearem. No dito passeio, Jorge teria se encontrado no meio do caminho com os dois espanhóis e, com a navalha emprestada de Firmino, teria degolado João Garcia. Quando este caiu morto no chão, Firmino teria ajudado Jorge Bittar a puxar o corpo para um declive próximo de onde caiu o corpo. Nesse momento, Jorge teria retirado do bolso do morto uma carteira e, em seguida, ido lavar as mãos no rio que corria a alguns passos de onde estavam. De acordo com a declaração de Firmino, após lavar as mãos, Jorge retirou a camisa manchada de sangue, embrulhou-a numa pedra e atirou-a no rio. Foi então que Jorge ofereceu dinheiro para Firmino e os dois se separaram, encontrando-se apenas no dia seguinte no botequim próximo à estação para embarcarem para São Paulo, conforme o combinado.

Por esse segundo depoimento, Firmino Dias Lopes se isenta da culpa do assassinato, colocando-se de forma ingênua às intenções de Jorge Bittar, que de acordo com o relato, teria sido o grande culpado e teria levado, contra sua vontade, o espanhol Firmino ao assassinato de seu compatriota João Garcia. Levado por Jorge, sob o pressuposto de passearem para encontrarem garotas, Firmino, após o crime acabou auxiliando o libanês para dar fim ao corpo após receber uma quantia deste para não denunciar.

⁸⁵ Processo nº 11.859, fls. 23.

Na última declaração, no mesmo dia 21 de fevereiro, Firmino muda mais uma vez suas declarações e agora afirmara que o libanês o questionou se o espanhol João Garcia tinha dinheiro, e se Firmino teria coragem de matá-lo, ao que Firmino, de acordo com o relato, diz que para cometer o crime sozinho não tinha, mas poderia auxiliar no crime, arrumando a arma e avisando o libanês do retorno de João Garcia de suas viagens de negócios para tratarem do assassinato. Quando João voltou, eles teriam combinado o crime e foi o próprio João que convidou Firmino para passear. Nesse momento, o crime entrou em ação e nada difere do relato anterior.

Neste depoimento, Firmino já confirma a sua participação no crime, mas ainda, coloca a autoria do crime sob a responsabilidade de Jorge Bittar, sendo ele apenas o cúmplice e colaborador. Esses relatos tão distintos uns dos outros em tempo tão pequeno, devem ter sido orientados pelo seu advogado em virtude das várias provas contra Firmino que a polícia teria encontrado, mas mesmo assim, em todos eles, Firmino afirma apenas a sua coautoria, a sua cumplicidade, deixando a culpa para o libanês Jorge. Entretanto, no terceiro depoimento concedido à Polícia no dia 23 de fevereiro, Firmino muda mais uma vez sua versão e afirma que toda a cena descrita anteriormente era verdadeira, exceto quando havia afirmado que Jorge teria navalhado João e que o libanês teria retirado a carteira do bolso do morto, pois estes atos foram feitos por ele. Segundo Firmino, quando combinavam o roubo, Jorge teria ficado responsável pelo golpe de navalha, mas o libanês teria afirmado ter medo de errar o golpe e ser agarrado por João Garcia, ao que, então, Firmino decidiu ele mesmo dar fim no seu conterrâneo e, finalmente, afirma ter sido ele, Firmino, o autor e o libanês Jorge Bittar o seu auxiliar, inclusive no auto de acareação.

É interessante notar que Firmino altera seu relato por três vezes, e em cada uma ele vai livrando cada vez mais a culpa que o libanês Jorge Bittar teria tido na participação do crime. Estas afirmações devem ter sido influenciadas pelas provas que os policiais foram encontrando, como a carteira dentro do terreno de uma casa, a navalha em poder de Firmino, quando este foi revistado, a camisa suja de sangue que vestia no momento da apreensão e os relatos de testemunhas que apresentavam diversas informações que colocavam Firmino em situação delicada. Assim, é provável que o delegado o

tenha pressionado e o advogado do espanhol o tenha orientado para reconhecer o crime. Mas, de qualquer forma, a culpa recaiu inicialmente no libanês Jorge Bittar e ele continuou como participante do crime.

Além dos fatos esclarecidos pelos relatos prestados na Delegacia de Polícia pelos acusados, o periódico A Gazeta de Piracicaba também apresentou informações muito importantes para compreendermos a forma como os imigrantes sírios e libaneses foram retratados. O periódico, descrevendo o crime, aponta o espanhol Firmino Dias Lopes e Jorge Bittar como seus autores e procura informar os leitores sobre quem eram os dois personagens dizendo que “o primeiro [**Firmino Dias Lopes**] que reside em São Paulo, achava-se há dias nessa cidade, como **vendedor de romances baratos**, estando hospedado na mesma estalagem em que se encontrava a vítima João Garcia. **Jorge Bittar é vagabundo e jogador**, diz ser morador em Araguay, no Estado de Minas Geraes.”⁸⁶ No periódico do dia primeiro de março de mil novecentos e vinte e três, sob o título *Horrível Assassinato*, foi descrito no auto de acareação da seguinte maneira:

Firmino, que se achava em perfeita presença de espírito, diante das peremptórias negativas de Jorge Bittar, passou a descrever-lhe minuciosamente o crime e os seus antecedentes, fazendo-o lembrar-se que o projetaram no largo da Matriz, a tal dia e hora, recordando-o dos lugares onde estiveram, onde travaram conhecimento, etc.

Em dado momento, Jorge Bittar *piscou* os olhos a Firmino, como si lhe ordenasse silencio; então, Firmino recordou-o de sua ameaça de morte, se ele Firmino revelasse a quem quer que fosse pormenores do hediondo crime. **Jorge Bittar, possuído de grande ódio, revelado por suas maneiras e olhares, disse que seria o seu maior prazer, si pudesse assassinar Firmino àquela hora e beber-lhe o sangue, mesmo que fosse incontinentemente fuzilado.**⁸⁷

As descrições do periódico da acareação e do crime são muito importantes porque nos apresentam uma imagem bestializada e degenerada dos sírios e dos libaneses. Diante da qualificação dos suspeitos do crime, o jornal apresenta a profissão do espanhol Firmino Dias Lopes como “vendedor de romances baratos”, mas não faz o mesmo com o libanês Jorge Bittar. Esse é caracterizado como “vagabundo e jogador”, enquanto que o espanhol é

⁸⁶ Periódico *Gazeta de Piracicaba*, 22/02/1923.

⁸⁷ Periódico *Gazeta de Piracicaba*, 01/03/1923.

trabalhador, mas criminoso. O periódico procura descrever no libanês um indivíduo animalesco, instintivo e brutal quando diz que Jorge Bittar, em decorrência dos depoimentos de Firmino Dias Lopes, teria um grande prazer em matá-lo e ainda “beber-lhe o sangue, mesmo que fosse incontinentemente fuzilado.”⁸⁸

No documento judicial, no auto de acareação, só aparece que Jorge Bittar teria afirmado “que não conhece Firmino Dias Lopes”,⁸⁹ e que Firmino teria dito que “sustentava em todos os seus termos as suas declarações já prestadas no inquérito policial afirmando mais uma vez, perante todas as testemunhas presentes a verdade das confissões já feitas e sustentando mais uma vez ter sido ele e Jorge Bittar os autores do roubo e do homicídio de João Garcia.”⁹⁰

Podemos observar aqui, diante dessas variadas informações, principalmente em relação à descrição do jornal sobre o momento do auto de acareação, a maneira estereotipada que o imigrante libanês é representado. É importante ressaltar, mais uma vez, que essa imagem negativa, que atribui ao imigrante um aspecto de selvageria, brutalidade e bestialidade, está intimamente relacionada com a descrição do mesmo periódico em 1888. Apenas para lembrar e comparar, o periódico afirmava serem os “turcos” **“antropofagos”** e **“comedores de carne humana”**. No caso presente, o periódico afirma que Jorge Bittar teria dito que **“seria o seu maior prazer, si pudesse assassinar Firmino àquela hora e beber-lhe o sangue”**.

Essa representação bestial, repetida em relação ao imigrante libanês, corresponde ao que foi explicitado sobre a necessidade de unificar o outro sob significantes pejorativos, degenerados e inferiores para elaborar uma própria identidade. Além desses relatos, a imagem negativa estereotipada vinculada a nacionalidade também se apresentou no relato do italiano Paulo Oliveto. Dessa forma, o italiano afirma que “viu indivíduo alto, mal encarado, **parecendo sírio.**”

91

⁸⁸ Idem, 01/03/1923.

⁸⁹ Processo nº 11.859, fls. 75.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Processo nº 11.859, fls.64

Interpreto essas caracterizações como uma estratégia discursiva que atenderam ao princípio de um grupo de brasileiros que pretenderam elaborar a identidade nacional tendo como princípio norteador inculcar nos indivíduos o sentido do trabalho e da moral capitalista. A moral capitalista requerida era a de impingir nos indivíduos a venda de sua força de trabalho aos donos dos meios de produção, como os industriais e latifundiários. De certo modo, o interesse era manter os trabalhadores vinculados a vontade da elite brasileira, principalmente se os trabalhadores eram imigrantes. Sidney Chalhoub retrata bem essa preocupação da elite quando afirma que

com a libertação dos escravos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento de força de trabalho aos seus empreendimentos econômicos por meio da propriedade de trabalhadores escravos. O problema que se coloca, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Por um lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam constituir uma nova ética do trabalho.⁹²

Nesse projeto, o imigrante sírio-libanês se insere em outra atividade econômica, cuja dependência em relação ao “patrão” é muito diferente. Na atividade da mascateação, como já explorei no início desse capítulo, o trabalhador é o “dono” de seus produtos, portanto, ele é o seu próprio patrão. Em certa medida, a dependência dos mascates é com seus fornecedores, que em geral, eram imigrantes sírios e libaneses já estabelecidos. A dependência em relação a eles se dava pelas mobilidades de linhas de crédito e do tempo para serem quitadas. Tal atividade causava mais desconforto ainda nessa elite oligárquica, pois a “dependência” era com outro imigrante e não com um brasileiro. Corroborando com essa hipótese, Oswaldo Truzzi afirma que “a atividade de mascateação oferecia, assim, uma enorme vantagem em relação a outros tipos de inserção ocupacional mais diretamente submetidos às camadas proprietárias, como o colonato ou a proletarização na cidade.”⁹³

Os imigrantes sírios e libaneses, como Jeffrey Lesser afirma, responderam a essas caracterizações de modos distintos. Alguns procuraram minimizar o reconhecimento público de sua identidade alterando o nome

⁹² CHALHOUB, S. 2001, p. 65.

⁹³ TRUZZI, O. M. S. 2009, p. 123.

originário árabe para uma variação próxima no português. Entretanto, “essas tentativas de integração raramente conseguiam mudar as atitudes preconceituosas. Um autor acusou os sírios de assumirem nomes ‘brasileiros’ para mascarar sua presença em áreas urbanas prósperas.”⁹⁴

Outros procuraram afirmar publicamente que a etnicidade árabe-brasileira era um fator positivo. Esse grupo foi endossado por intelectuais brasileiros que, se preocupando com a identidade nacional e os vários contingentes imigratórios, passaram a estudar a possibilidade de integração desses indivíduos na sociedade brasileira.

É importante destacar que o objetivo do grupo era ser respeitado e integrado à cultura brasileira, mas para que isso fosse possível era necessário alterar a imagem negativa projetada sobre eles. Nesse sentido, os sírios e libaneses e os intelectuais brasileiros projetaram um estereótipo para o grupo com o intuito de elaborar uma imagem que representasse todos os seus membros a partir dos valores preconizados pela sociedade brasileira. Dessa forma, o estereótipo do grupo excluía as trajetórias de seus membros consideradas impróprias para o projeto de integração nacional e, em contrapartida, exaltaram as trajetórias de sucesso com o intuito de representar todos os indivíduos.

Vemos, mais uma vez, o discurso identitário e o processo de identificação atuando como uma estratégia política de incorporação no sistema de representação da sociedade brasileira, para adquirir benefícios, respeito e garantias. A identidade coletiva elaborada pelos sírios e libaneses, a partir de um estereótipo, pode ser considerada como

o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares. Nesse sentido, uma dada identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. Isso quer dizer que uma consciência expandida de uma construção de identidade num dado momento sempre requer uma supressão parcial da memória ou senso subjetivo da heterogeneidade interna de um grupo.⁹⁵

Ao afirmar que a identidade é um processo político, Avta Brah está interrogando as noções que propõe reduzir a identidade como um processo na

⁹⁴ LESSER, J. 2001, p. 103.

⁹⁵ BRAH, A. 1996, pp. 371-372.

e da subjetividade. De acordo com ela, o processo político de proclamação e divulgação de uma identidade coletiva específica envolve a criação de uma identidade coletiva formada a partir de uma miríade de fragmentos da mente. Esses fragmentos são relacionais às conjunturas históricas e contextuais dos indivíduos ativos nesse processo. Dessa forma, a força de mobilização e representação política a que a identidade coletiva pretender ter, diz respeito centralmente às tentativas de re-inscrever a subjetividade através de apelos à experiência coletiva. Dessa maneira, as trajetórias individuais e a subjetividade individual são influenciadas e transtornadas pelo discurso coletivo que se impõe como regra.⁹⁶

Seguindo esse princípio, Oswaldo Truzzi afirma que o grupo dos sírios e libaneses procurou projetar sobre a figura do mascate os elementos apreciados e valorizados pela sociedade de adoção, “reunidos, sobretudo, ao redor da ética do trabalho, ao mesmo tempo em que buscava dissipar dúvidas ou desconfianças em relação a traços culturais oblíquos remanescentes, comportamentos exóticos ou outros valores não coadunantes com o novo ambiente.”⁹⁷ O estereótipo positivo elaborado pelos membros do grupo com o intuito de mascarar as trajetória indesejáveis foi representado pela figura do mascate.

De acordo com a bibliografia do tema, os imigrantes sírios e libaneses, em sua maioria, iniciaram suas trajetórias no Brasil como mascates. E tal fato se deu em decorrência de alguns fatores, entre os quais a diferença do sistema de lavoura existente em seus países com o das grandes lavouras de café e de cana-de-açúcar de São Paulo; outra importante questão que pesou em suas decisões na escolha pela profissão, foi o tempo que teriam de dispor para adquirir as riquezas que lhes eram necessárias e queridas, tempo esse estimado em mais ou menos duas a três gerações. Além disso, entre os primeiros imigrantes, os que se estabeleceram como colonos teriam fugido para as cidades, desmotivados pelo excesso de exploração que sofriam nas fazendas e pela falta de perspectivas de vida. Diante desse quadro desmotivador, por meio de suas cartas e relatos, teriam mantido os outros que imigravam afastados do campo.

⁹⁶ BRAH, A. 1996, p. 372.

⁹⁷ TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 93.

Oswaldo Truzzi aponta que, como vinham

sempre com a determinação de voltar à terra de origem, depois de amealhar algum capital que os fizesse viabilizar a vida, a maior parte desses imigrantes não hesitou em optar por uma atividade que os mantivesse na condição de trabalharem para si próprios, escapando das agruras da condição de colonos ou operários.⁹⁸

Além desses fatores, Truzzi afirma que a escolha pela mascateação (já que boa parte dos imigrantes, em suas terras natais trabalhava como agricultores) tinha influência em suas raízes, como o fato de a Síria ser tradicionalmente uma rota de comércio no Oriente Médio, pode ter levado parte dos imigrantes a terem estabelecido algum tipo de contato com o comércio. Outra probabilidade era a atividade artesanal já desenvolvida na terra natal que os levava a comercializar suas obras; outra consideração é o fato de muitas famílias terem uma agricultura voltada para o comércio. A família Safady, tomada como exemplo por Oswaldo Truzzi, tinha produção de damascos, figos e uvas e os armazenava em seus porões para que, quando secas, alguns membros da família as acompanhassem até o Brasil para serem comercializadas. Dessa forma, o contato com a prática comercial não parecia ser algo totalmente novo, mesmo para a maioria dos imigrantes sírios e libaneses que em suas terras estavam inseridos na agricultura.

De acordo com Oswaldo Truzzi, a atividade da mascateação apresentava diversas vantagens para os imigrantes porque, inicialmente dispensava qualquer habilidade ou grande capital para ser investido em seu ponta-pé-inicial. Outro fator importante é que, de modo geral, eles começavam os trabalhos como ajudantes de outros já estabelecidos e, assim, iam aprendendo os macetes e as primeiras palavras em português. E por fim, ao que afirma Oswaldo Truzzi, “com ânimo e juventude, sempre esteve aberta a possibilidade de encher um tabuleiro ou mala de bugigangas variadas e vendê-las em bairros da capital, do interior ou nas zonas rurais carentes das novidades do comércio da capital.”⁹⁹

Essa possibilidade de amealhar um capital, de acordo com Oswaldo Truzzi, não significava que o trabalho não fosse árduo. Tal apontamento é

⁹⁸ TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 52.

⁹⁹ TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 54.

seguido, na obra do autor pelo resgate das descrições de Taufik Duoun sobre o ofício do mascate. De acordo com Duoun,

De manhã cedo saíam os mascates percorrendo as ruas e procurando as casas, suportando o calor, o frio e a chuva, levando o pão e qualquer coisa que pudessem adquirir, de preferência queijo e banana, para a única refeição diária. (...) O lucro diário apurado ia sendo gradualmente creditado ao vendedor, e muitos formavam assim o capital inicial, para tornarem-se por sua vez comerciantes e atacadistas. (...)

Houve mascates que empreendiam viagens com caixas nos ombros pesado de oitenta a cem quilos, esgotando o estoque entre ambas as capitais ida e volta e vice-versa. Na medida do crescimento do negócio e do poder de gastar, alugavam carregadores e mais tarde adquiriam burros de carga. ¹⁰⁰

Nesse sentido, vale destacar as afirmações do autor Alfredo Ellis Jr., em sua obra, *Populações Paulistas*¹⁰¹, que, procurando examinar os diversos tipos de imigrantes em São Paulo e a predisposição deles no processo de integração com a cultura brasileira, retrata os sírios e libaneses de modo dúbio. Ele representa o grupo como sendo inicialmente suspeito, dadas as características físicas: eram “homens trigueiros, altos, de aspecto forte, abundantemente servidos de pelos, falando idioma gutural e incompreensível (...); não poucos padres ortodoxos, muitos barbados, metidos em suas batinas pretas, com chapéus muito altos e de formato diferente e desusado (...)” ¹⁰² Contudo, em outros momentos ele exalta as ações dos sírios e libaneses ao dizer que:

Aqui ele é o mascate ambulante, o mascate que anda com sua mercadoria às costas a matraquear de porta em porta, com suas malas enormes de lata ou de couro.

Carregando pesos imensos, como o Atlas da lenda (...) são muito econômicos e magníficos negociantes, faziam-se insuperáveis nesse ramo de negócio. ¹⁰³

Oswaldo Truzzi, afirma ainda que o ofício, depois de não muito tempo de trabalho árduo, apresentava grandes possibilidades de acumulação de capital, ¹⁰⁴ dado que nunca foi seguro, na mesma proporção, para os operários e colonos. Além disso, de acordo com o autor, a teia social também favorecia essa inserção e a possibilidade de acumulação, já que os mascates

¹⁰⁰ DUOUN, 1944, p. 93-4, Apud, TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 55.

¹⁰¹ ELLIS Jr., A. *Populações Paulistas*. Editora Nacional, São Paulo, 1934.

¹⁰² Idem, pp. 198 – 199.

¹⁰³ ELLIS Jr., A. 1934, p. 198.

¹⁰⁴ TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 57.

trabalhavam para patrícios já estabelecidos, o que facilitava o relacionamento entre o fornecedor e o mascate. “Trabalhando duro e gastando o mínimo para sobreviver, era relativamente segura a possibilidade de se amealhar certo capital, sobretudo para os indivíduos solteiros.”

É interessante perceber como os mascates eram imaginados e descritos pelos escritores, para entender de que modo essa figura se enquadrava nos propósitos nacionais. Os mascates foram descritos, em vários trabalhos, como trabalhadores árdus, que economizavam o que podiam e realizam verdadeiros sacrifícios para acumular o primeiro capital e montar seu próprio negócio. Essas referências ao trabalho do mascate podem ser observadas na descrição anteriormente citada de Taufik Duoun sobre o ofício do mascate.

Podemos concluir que essa representação do trabalho do mascate fica estreitamente vinculada com os propósitos da elite nacional para o trabalho. Segundo Sidney Chalhoub, “quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais”¹⁰⁵ e em outra passagem, relacionando com o papel do imigrante na sociedade brasileira ele afirma que “o imigrante e sua família deveriam estar sempre dispostos ao trabalho árduo e às condições difíceis de vida, pelo menos nos primeiros tempos.”¹⁰⁶ O imigrante em questão era o italiano destinado às zonas cafeeiras, entretanto, os valores preconizados são muito próximos aos exaltados por Taufik Douon sobre a atividade do mascate. A tentativa do membro do grupo de imigrantes sírios e libaneses foi elaborar um estereótipo para o grupo que incorporasse os propósitos da elite nacional e assim, aproximasse os sírios e libaneses dos brasileiros. Essa aproximação é realizada ao demonstrar que os imigrantes em questão, partilhavam de todas as qualificações que a sociedade brasileira considerava apropriada.

Dessa maneira, ao projetar essa imagem dos sírios e libaneses como indivíduos trabalhadores, honestos e acumuladores que conseguiram fazer riquezas a partir do trabalho inicial da mascateação, Douon tenta inverter a identificação dada aos sírios e libaneses, exaltando as trajetórias de membros bem sucedidos e mascarando as trajetórias que se assemelhavam com as imagens negativas significadas com o termo “turco”. A imagem projetada pelo

¹⁰⁵ CHALHOUB, 2001, p. 70.

¹⁰⁶ Idem, p. 78.

autor é uma visão caricaturada, dados os exageros nas qualificações positivas em relação aos seus pares.

Em relação ao lucro quase certo de que fala Oswaldo Truzzi, ele aponta que ao longo dos anos trinta e quarenta do século vinte, “os sírios e libaneses consolidaram e ampliaram seus negócios, monopolizando praticamente o comércio varejista de tecidos e a pequena indústria de transformação ligada a esse setor.”¹⁰⁷ Esse apontamento do autor tem em vista o desenvolvimento econômico de parcela dos imigrantes sírios e libaneses. Tais trajetórias de sucesso foram utilizadas pela colônia e por autores brasileiros preocupados com a integração cultural, para qualificar o estereótipo do mascate, em relação às projeções morais da sociedade brasileira. Em complemento a essa informação, Oswaldo Truzzi afirma que

“ao serem bem sucedidos, os sírios e libaneses certamente contribuíram para a real mudança na apreciação social daqueles que se dedicavam ao comércio na sociedade paulistana, vistos anteriormente com certa suspeição, como praticantes de uma atividade pouco nobre ou adequada para homens com certa inteligência.”¹⁰⁸

Em outra referência aos sírios e libaneses, esse aspecto positivo é enaltecido na fala de Moura quando diz: “Pelas vias públicas, carregando como bois, ao sol, suarentos e tardos, (...) lá vão eles, **os esforçados cooperadores do nosso progresso**, decantando, na aspereza do idioma rude e desconexo, o seu reclame atraente.”¹⁰⁹

Tais visões dos mascates como homens determinados, trabalhadores árduos, que economizavam ao máximo para acumularem seu primeiro capital, - como retratado por Taufik Duoun que disse que “**os sírios e libaneses** adotaram desde o início o sistema de vender barato para vender muito e, por outro lado, **exerciam o máximo de economia, conseguindo assim acumular capitais apreciáveis**”¹¹⁰ - fizeram com que o mascate se tornasse o estereótipo projetado pela colônia e pelos autores brasileiros. Ao mesmo tempo, essa estereotipia do mascate representava a subjetivação e projeção dos valores preconizados pela elite brasileira.

¹⁰⁷ TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 63.

¹⁰⁸ TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 71

¹⁰⁹ MOURA, 1954, p. 138, Apud, TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 81.

¹¹⁰ DUOUN, 1944, p. 115, Apud, TRUZZI, O. M. S. 2006, p. 70.

Assim, membros do grupo assimilaram a imagem negativa atribuída a eles através do binário eu/outro, no qual os membros da sociedade brasileira procuraram, ao projetar tal imagem aos sírios e libaneses, se afirmarem como sendo a ausência dessas qualificações. Os brasileiros se identificavam como um grupo unificado em trajetórias que não se assemelhavam com as trajetórias negativas exaltadas de alguns dos sírios e libaneses. Desse modo, o discurso identitário brasileiro não integrava os sírios e libaneses e elaborava um estereótipo sobre eles com o intuito de se colocarem como diferentes. A diferença, nesse sentido considera esses imigrantes como sendo a condensação de todas as trajetórias e comportamentos negativos que se pretendiam mascarar. Isso significa que os discursos identitários e os estereótipos atribuídos aos outros representam também um espelho do próprio significante.

A figura do mascate se tornou o símbolo de indivíduos esforçados, trabalhadores, econômicos e que, através desse esforço, conseguiram estabelecer seus negócios e fazê-los prosperar com muita honestidade e boa vontade. Além dessas qualidades, Aziz Ab'Saber destaca que “o grande feito dos grupos sírio-libaneses no seio da sociedade brasileira está ligado à sua capacidade relativa de superação, perante essa atitude que a sociedade receptora do imigrante normalmente lhes poderia dedicar.”¹¹¹ A atitude que os imigrantes tinham que superar era a visão preconceituosa dos brasileiros em relação à inserção econômica dos árabes, já que essa contrastava com os interesses agrícolas dos brasileiros.

Oswaldo Truzzi ainda afirma que, “se o preconceito em relação a sírios e libaneses abrangia de fato todo um conjunto de imputações estereotipadas, variáveis ao longo de suas trajetórias, fica difícil, por outro lado, imaginar que ele assumiu uma consistência capaz de interpor barreiras ao sucesso econômico dos membros da colônia.”¹¹² As representações de Oswaldo Truzzi e Aziz Ab'Saber, acabam, de certo modo, reafirmando o estereótipo elaborado pela colônia para se representar diante dos propósitos da identidade nacional brasileira, já que exclui as trajetórias de insucesso e de outras inserções econômicas, como veremos logo adiante, como as trajetórias de Emílio Elias,

¹¹¹ AB'SABER, A. N. 2001, p. 29.

¹¹² TRUZZI, O. M. S., 2009, p. 123.

Zacharias Sarchis, Benjamim Zeitum e Jorge Bittar. Do mesmo modo Alfredo Ellis Jr. também ressalta o grande desenvolvimento de seus membros diante do esforço árduo de trabalho, quando afirma que “quase sempre o syrio aqui prospera. Sabe Deus, a custo de quanta energia despendida por ele! Ele se faz então proprietário de loja. Depois com o desenvolvimento da fortuna ele se faz industrial ou grande comerciante.”¹¹³

Esses comentários analisados aqui procuram elaborar um estereótipo sobre o grupo de imigrantes sírios e libaneses que se alinham às preocupações da elite brasileira em relação à ética capitalista e a moral do trabalho como já demonstrei através do trabalho de Sidney Chalhoub. Ao mesmo tempo, o estereótipo qualificado com trabalho árduo, ascensão socioeconômica, esforço indescritível, alto nível de disciplina para viver com o mínimo, objetivando a acumulação, exclui as trajetórias de seus membros que não se enquadram nesse princípio e procuram criar uma identificação que os aproxime da identidade nacional brasileira.

Nesse sentido de incorporação, no qual se baseia o estereótipo dos sírios e libaneses, Alfredo Ellis Jr. conclui sua análise dizendo: “Eis um magnífico elemento e por isso os paulistas o apreciam muito.”¹¹⁴ Entretanto, esse apreço não pareceu ser tão hospitaleiro assim quando resgatamos as notícias dos periódicos do final do século XIX, onde os imigrantes sírios e libaneses foram retratados de maneira negativa e depreciativa.

Apesar de Alfredo Ellis Jr. apresentar os sírios e libaneses, como sendo inicialmente suspeitos, ele busca reforçar as características positivas do grupo para justificar incorporação desses membros na cultura brasileira que então se formava. Diante desse objetivo, é necessário evidenciar dentro de um grupo as trajetórias e características que se assemelhavam com o esperado pelo grupo receptor. Nesse sentido, como se trata de um grupo, formado por indivíduos que são sempre diferentes (o que não exclui a possibilidade de possuírem semelhanças identitárias) algumas trajetórias que não se enquadram nessa proposta são excluídas.

O estereótipo faz aqui a função catalizadora dessa variedade de trajetórias e indivíduos, mascarando as diferenças e exaltando as

¹¹³ ELLIS Jr., A. 1934, p. 203.

¹¹⁴ ELLIS Jr., 1934, p. 205.

características esperadas em um discurso identitário. O discurso tem, então, a função de unir as diversas características, interesses e trajetórias de seus membros sob um estereótipo comum. Esse estereótipo, contudo, obedece a características preconizadas por um subgrupo hegemônico, dentro do próprio grupo, sendo os valores exaltados composto de uma variedade de tipificações de classe, raça e gênero.

Oswaldo Truzzi destacou em seu trabalho que a partir dos estereótipos era possível, para qualquer um de fora do grupo, afirmar serem “os sírios e libaneses como um conjunto uniforme, qualquer exame mais cuidadoso, interno ao grupo, seria capaz de revelá-lo estratificado, composto de frações em geral providas de recursos e habilidades desiguais, bem como de orientações diversas.”¹¹⁵

As diferenças do grupo podiam ser religiosas, de origens geográficas, interesses políticos, mas eram principalmente determinadas pelos desempenhos econômicos diferenciados das famílias no Brasil. Essa diferença de desempenhos econômicos se deve aos períodos e contextos dos momentos de imigração. Para Oswaldo Truzzi, “as grandes fortunas comerciais e industriais da colônia nos anos 1940 e 1950 saíram justamente das famílias que mais anteriormente trilharam a cadeira mascate-varejista-atacadista-industrial.”¹¹⁶ A riqueza desses indivíduos, consolidada no período destacado, foi fruto de um trabalho proveniente do final do século XIX e começo do XX, já que o mesmo não ocorreu com os que vieram a partir a década de 1920. Para esses, Oswaldo Truzzi afirma que “a maioria chegados nessa fase jamais sobrepujaria a condição de pequenos lojistas, pessoas para quem fazer a América e amearhar uma fortuna acabou não representando mais do que um sonho.”¹¹⁷

Diante de como o estereótipo se apresenta e é reforçado pelos vários autores sobre o tema e em relação a constatação de Oswaldo Truzzi, é possível afirmar que esse discurso identitário dos sírios e libaneses no Brasil representou o interesse dos homens mais ricos entre esses imigrantes, visto que o estereótipo é um sujeito masculino, o mascate, que por meio de muito

¹¹⁵ TRUZZI, O. M. S. 2009, p. 103.

¹¹⁶ TRUZZI, O.M.S. 2009, p. 103.

¹¹⁷ Idem, p. 109.

esforço e trabalho comercial conseguiu se desenvolver economicamente até se tornar um industrial ou grande comerciante. Essa perspectiva mascara a trajetória das mulheres desse grupo como personalidades ativas no processo de desenvolvimento e, também, exclui as trajetórias de membros que não conseguiram construir as mesmas fortunas, o mesmo sucesso ou seguir a mesma trajetória de inserção ocupacional.

O artigo de Maria Cabreira, *Cultura e Identidade em São Paulo: A imigração síria e libanesa*¹¹⁸, nos apresenta mais indícios do reforço desse estereótipo masculinista e elitista representado sob a figura do mascate. Quando a autora estava descrevendo seu estudo sobre a imigração dos sírios e libaneses, sua inserção econômica no Brasil e o processo de aculturação e (re)elaboração da identidade, ela resgatou um trecho muito relevante do autor Gabriel Marques que descreve a imigração árabe, de forma geral, da seguinte maneira:

‘Repare! Veja como é cheia de vida e possui os raros encantos da nossa raça! É bem a nossa Bagdá Paulistana, sem califa, é claro, e sem as águas rumorejantes do ‘Tigre!’ Aqui se concretiza a divina recompensa do trabalho honesto e sem tréguas, da força de vontade sem desânimo, da persistência sem temores, e sempre da segurança dos que caminham em linha reta – convictos do triunfo final: a riqueza ganha com o suor do rosto! Sim, o dinheiro! O Luxo!’¹¹⁹
(MARQUES, 1966: 82.)

Mais uma vez é destacada a figura do imigrante sírio e libanês como o trabalhador esforçado que é recompensado com fortunas e muito luxo pelo trabalho honesto, “força de vontade sem desânimo e persistência sem temores”. Essa imagem se aproxima muito, mais uma vez alertando, das preocupações da sociedade brasileira com a perspectiva do mundo do trabalho, ao qual Sidney Chalhoub tanto falou. Em consonância com essa perspectiva, Maria Cabreira, diante de sua pesquisa embasada com relatos orais, afirma que

¹¹⁸ CABREIRA, M. M. *Cultura e Identidade em São Paulo: A imigração síria e libanesa*. EccoS revista científica, junho, ano/vol. 3, número 001, jun. 2001. Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, Brasil.

¹¹⁹ MARQUES, 1966: 82, APUD, CABREIRA, M. M. *Cultura e Identidade em São Paulo: A imigração síria e libanesa*. EccoS revista científica, junho, ano/vol. 3, número 001, jun. 2001. Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, Brasil. pp. 95.

Apesar desse forte apelo econômico, o trabalho era visto não só como uma fonte de acumulação e enriquecimento, mas também como uma forma de dignidade e (re)construção da identidade na nova terra. A ideia de vencer vem articulada com o trabalho. (...)

A ideia de vencer pelo trabalho vem preenchida por um conteúdo moral, muito importante para a construção da dignidade. Existe uma ética do imigrante a ser seguida, isto é, ele vem para vencer por seu trabalho. A ideia de que nem todos, apesar do trabalho, conseguiram chegar aonde queriam e de que entre eles existiam patrícios pobres foi encontrada entre poucos entrevistados. Prevalece a imagem do homem sofrido, do trabalhador que deu o sangue, mas que acabou ficando bem de vida. (...)

É muito difícil encontrar relatos pessoais que falem dos imigrantes que não conseguiram 'se fazer'. as razões do insucesso são atribuídas a uma culpa individual: 'Fulano não deu certo porque alguma coisa errada ele tinha: era vagabundo, bebia, jogava, divertia-se com mulheres'.¹²⁰

Essa constatação da autora é muito importante porque demonstra a subjetivação e identificação de alguns membros desse grupo com o estereótipo criado, que atribui no trabalho honesto e árduo a característica de seus integrantes. No caso, as trajetórias que não se enquadraram nessa perspectiva foram excluídas, pois de acordo com o que a autora afirma, houve uma grande dificuldade em encontrá-las. Creio que a dificuldade em encontrar essas trajetórias não significa que elas não existiram, mas sim que os indivíduos buscaram mascará-las para reforçar o estereótipo, ou mesmo incorporaram o estereótipo de tal modo que não se reconhecem de modo diferente dele. Quando essas trajetórias negativas são reconhecidas, elas são justificadas como problemas biológicos individuais, não refletindo, nem ameaçando o estereótipo que é a todo o momento reforçado na fala e relato dos indivíduos. A diferença reconhecida fica restrita a indivíduos considerados degenerados biologicamente e moralmente e que não representam o grupo e nem mesmo fazem parte dele.

É possível articular, que esses relatos recolhidos por Maria Cabreira não apresentam as trajetórias negativas e diferentes da propaganda através do estereótipo, porque os entrevistados subjetivaram, de certo modo, o discurso identitário sob o símbolo do mascate. Dessa forma, o estereótipo cumpre a sua função na medida em que os indivíduos olham para si e para os membros de

¹²⁰ CABREIRA, M. M. Jun. 2001, p. 98.

seu grupo através das lentes dos discursos identitários nos quais estão inseridos.

Diante dessas perspectivas em que os sírios e libaneses procuraram exaltar as trajetórias de seus membros que convergiam com os valores preconizados pela sociedade brasileira envolta na valorização do mundo do trabalho, analiso agora algumas trajetórias de imigrantes sírios e libaneses que apresentam contrapontos ao estereótipo positivo exaltado pela colônia e outros autores, preocupados com a integração desse elemento imigrante na identidade cultural brasileira. O objetivo, nesse momento, é apresentar as trajetórias que não atendem aos princípios de trabalho árduo no comércio, da extrema habilidade em economizar o máximo que podiam para estabelecerem suas propriedades e das grandes fortunas amealhadas, como foram repetidas e demonstradas até aqui.

O libanês Benjamim Zeitum, como já foi analisado em outro momento nesse capítulo, se envolveu em diversos conflitos com os brasileiros e outros imigrantes, sendo sempre retratado de maneira negativa. Como a preocupação agora centra em torno das ocupações e preocupações cotidianas, resgatamos alguns depoimentos elaborados sobre ele que nos dão indícios de suas ocupações e de seu cotidiano.

No conflito que ocorreu em 1921, o Promotor Público descreve Benjamim Zeitum como “desordeiro costumaz e indivíduo cuja profissão única, definida e provada no presente inquérito, consiste em ser amasio teúdo e manteúdo por Clarisse Pinto, a dona da Pensão Royal.”¹²¹ A descrição do Promotor Público é ainda confirmada por outros depoentes, como o seu agressor, Luis Dias Gonzaga, que com o claro intuito de menosprezar o seu rival afirma que Benjamim Zeitum

que é amante da dona da referida pensão, sabendo também, como todo mundo sabe, que Benjamim é indivíduo desordeiro e que constantemente tem promovido desordens em diversas casas de tolerância desta cidade, não sendo por isso, um homem cuja companhia seja aceitável (...) que o declarante é homem ordeiro, de vida organizada e de nome na sociedade

¹²¹ Processo Crime: *A Justiça x Luis Dias Gonzaga e Benjamim Elias Zeitum*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1921, fls. 2

piracicabana, tendo no momento, por companheiros, três professores, solteiros e moços distintos.¹²²

Quando Luis Dias Gonzaga projeta em Benjamim Zeitum as características negativas de não ter uma ocupação, ser desordeiro e violento, por supostamente causar transtornos em outros prostíbulos, ele está procurando introjetar as caracterizações opostas. Tal é que pouco mais adiante, em seu depoimento, ele se qualifica como ordeiro, de vida organizada e ser de nome na sociedade piracicabana. O agressor tenta utilizar do moral do trabalho e do berço para tentar minimizar seus atos, mas, ao mesmo tempo, ele atribui os conceitos que já exaltamos sobre o termo turco para justificar seus atos perante um indivíduo desordeiro e degenerado.

Nesse sentido, é possível compreender a subjetivação do estereótipo negativo atribuído aos sírios e libaneses pelo termo turco, além da incorporação da identidade cultural nacional que entre suas características de miscigenação racial, sexual, procura exaltar também uma moral do trabalho e da ética capitalista. Essa imagem da moral do trabalho e da ética capitalista emerge na fala de Luis Dias Gonzaga ao se caracterizar como “homem ordeiro e de vida organizada.” O sentido de desordem e ordem estava vinculado aos tipos de trabalho praticados. Sendo considerada a ociosidade ou outros tipos de trabalho que não fossem o de colonos ou de proletários, como atividades que levariam a desordem, ou seja, aos vícios da bebida e do jogo, ao furto, roubo, entre outras ações caracterizadas como de indivíduos vadios. “A ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual”¹²³ A profissão de Benjamim, declarada por muitos dos depoentes, era a de explorar o bordel em companhia de sua amante, a portuguesa Clarisse Pinto. Dessa forma, Benjamim Zeitum se apresenta com uma trajetória que difere do estereótipo positivo elaborado pela colônia e estudiosos do tema ao se inserir num tipo de trabalho que não era nem reconhecido socialmente e que também não aparece nos descritos, como já vimos.

¹²² Idem, fls. 35.

¹²³ CHALHOUB, S. 2001, p. 75.

A respeito da profissão de Benjamim, que o coloca à margem do estereótipo do mascate, a testemunha Maria da Silva afirma que Benjamim é amante de Clarisse Pinto, frequenta sua casa assiduamente e se diz vendedor na praça, ao passo que ela disse ser inquilina da casa e que pagava à proprietária, Maria Clarisse Pinto, “seis mil réis diários pelo quarto e comida e exercendo ela depoente aí a prostituição, recebendo todos os homens que a procuram; que Maria Clarisse Pinto vive dos proventos do bordel que explora em companhia unicamente de Benjamim Zeitum.”¹²⁴

É importante ressaltar que Maria da Silva já esteve envolvida em outro confronto com Benjamim Zeitum, ocorrido em 1914, pela cobrança de uma dívida, como já foi apresentado o caso, de seis mil réis. Diante desse indício, fica muito difícil não considerar que a ocupação de Benjamim era a de auxiliar sua amante na administração do bordel e na exploração das mulheres, visto que o aluguel dos quartos era de seis mil réis, como dito no testemunho da prostituta e pelo valor cobrado por Benjamim de Maria da Silva no outro processo.

Palmyra Pinto, a irmã da proprietária também afirma que sua irmã vive dos proventos do bordel que explora e que é amante de Benjamim Zeitum, “que não tem profissão certa nem conhecida.”¹²⁵ O brasileiro José Pereira de Abreu reforça essas imagens e afirma que “sabe que a Pensão Royal é uma casa de prostituição explorada por Maria Clarisse Pinto e que o seu amaseo Benjamim é um (?) e sem profissão, vivendo às custas de Maria Clarisse Pinto.”¹²⁶ Mais uma vez a imagem de que Benjamim é ocioso foi reforçada, fazendo com que o analisemos como uma das trajetórias que não se enquadram no estereótipo representado pela figura do mascate elaborado pela colônia. Nesse sentido, Benjamim Zeitum pode ser considerado um sujeito que ameaça a estabilidade e unidade da colônia representada sob o estereótipo do mascate e, por isso, é uma das trajetórias mascaradas.

Em outro processo também é possível resgatar algumas evidências da vivência cotidiana de alguns imigrantes sírios e libaneses e das projeções

¹²⁴ Processo Crime: *A Justiça x Luis Dias Gonzaga e Benjamim Elias Zeitum*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1921, fls. 19.

¹²⁵ Processo Crime: *A Justiça x Luis Dias Gonzaga e Benjamim Elias Zeitum*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1921, fls. 43.

¹²⁶ Idem, fls. 60.

elaboradas sobre eles que contrastam com o projeto identitário da colônia e dos assimilacionistas. O caso a ser observado agora é de Emílio Elias Zeitum, irmão de Benjamim Zeitum. Nesse processo, Emílio e o brasileiro e lavrador ‘ Antonio Manuel foram acusados de agressão por um conflito que aconteceu entre eles, causado por uma aposta de jogo de bacará em um bar. Antonio Manuel, em seu relato, procura justificar sua agressão a Emilio, afirmando que este, muito embriagado, quis fazer uma aposta sem ter o dinheiro para tal e sem ter ninguém que a bancasse. Ao sair o resultado da aposta condizente com o que Emílio teria “apostado”, este, ao não receber o dinheiro, teria pegado um guarda-chuva com o qual bateu na mesa dizendo que ou pagavam ou ele arrebentaria tudo. Nesse momento começou a confusão, de onde Emílio saiu com um machucado na cabeça, provocado por uma porretada dada por Antonio.

Nesse evento, é interessante observar a alteração da história narrada por José Carmello de Almeida, brasileiro e os imigrantes libaneses José Salim Francez, Tuffi Salim Francez e Oman Tuffi Buclau. Entre as variações fica evidenciado, na narrativa do brasileiro, o intuito de incriminar Emílio Elias e nas narrativas dos imigrantes a busca em proteger seu compatriota. José Carmello de Almeida afirmara que Emílio Elias não havia posto dinheiro na mesa, mas para evitar o desgaste e brigas, foi feito esse pagamento. Emílio não se contentou e começou a bater na mesa com um guarda-chuva. Até aqui o relato não difere do que já foi narrado por Antônio, o fato interessante que vamos ressaltar se dá quando José Carmello de Almeida conta sobre a intervenção de Tuffi Francez para segurar Emílio. De acordo com ele, se não fosse Tuffi, Emílio teria dado uma facada em Antônio. Quando o imigrante libanês e Antonio Manuel caíram no chão brigando, “Emílio conseguiu tirar a faca de Antonio Manuel que estava na cava do colete deste e pretendia feri-lo quando intervindo diversas pessoas, entre as quais Tuffi sapateiro, este conseguiu com grande esforço tomar a faca de Emílio; que se não fosse a intervenção de Tuffi e outros Emílio teria esfaqueado a Antônio Manoel.”¹²⁷

¹²⁷ Processo Crime: *A Justiça x Emilio Elias Zeitum e Antonio Manuel*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1914, fls. 19.

O piracicabano José Carmello faz um relato acusatório contra Emílio, dizendo que o mesmo iria esfaquear o seu rival se não fosse a intervenção de Tuffi e finaliza seu relato introduzindo informações que não se referiam diretamente àquele processo, numa notória intenção de prejudicar o libanês Emílio Elias. Seu relato apresenta a forma como ele vê o imigrante, quando, no final do seu depoimento, diz que

‘Emílio Elias é acostumado a fazer desordens e não há muito tempo em companhia de outros no caminho de Limeira ou Rio Claro maltratou a um chouffer; que ouviu também dizer que Emílio fez também uma desordem em um bordel obrigando ou querendo obrigar um moço de nome Pradinho a beber cerveja contra a sua vontade; que ao que parece a ele depoente, Emílio não tem profissão, vivendo de favor em casa de um seu irmão.’¹²⁸

A partir do esclarecido acima, vemos mais uma vez o uso do termo “desordeiro” como meio de desqualificar o imigrante sírio ou libanês em momentos de confusão e conflitos entre os imigrantes e brasileiros. Isso pode evidenciar o receio que alguns membros da população tinham desses imigrantes. Essa representação também notifica a incorporação da ideologia do trabalho propagada pelo discurso identitário brasileiro, que atribuía aos sírios e libaneses, aos negros e outros imigrantes, o caráter degenerado da ociosidade, da inserção em ocupações consideradas indignas e menos importantes, de acordo com os interesses contextuais. Essa interpretação tem como base a consideração de Edward Said que afirmou que os tipos de conhecimentos degenerados eram atribuídos a tudo que fosse considerado oriental com o objetivo de enaltecer o que se supunha ser o ocidente. Dessa forma, o autor afirma que “o Oriente adquiriu, por assim dizer, representantes e representações, cada um mais concreto, mais internamente congruente com alguma exigência ocidental, do que os precedentes.”¹²⁹ Do mesmo modo, os imigrantes sírios e libaneses foram representados por cónsules, estudiosos e jornalistas (agentes identitários) que projetaram imagens sobre eles que atendiam aos interesses políticos de parte da elite agrária brasileira no período.

Outra vez a projeção do imigrante libanês toma o caráter que tenho exposto durante esse trabalho, ou seja, atribuir aos imigrantes as

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ SAID, E. 2009, p. 101.

caracterizações negativas e degeneradas com o intuito de fazer uma autoafirmação de superioridade. Dessa forma, caracterizar Emílio Elias como desordeiro e de tentar matar seu rival na luta, representa a subjetivação dos discursos propagados pelo periódico anos antes e a projeção negativa para que os brasileiros, que no caso estavam em conflito com os imigrantes, fossem caracterizados como superiores. Trata-se portanto, do uso do discurso identitário para justificar uma necessidade conjuntural, isso quer dizer que a identificação passa a ser evocada e utilizada nos momentos que podem ser convenientes para os sujeitos inseridos nela.

O conflito e os relatos ficam mais interessantes quando verificamos os depoimentos de Tuffi e seu irmão José Salim Francez. José Salim Francez, um libanês de Beirute que vivia em Piracicaba como hoteleiro, disse em depoimento prestado à Polícia que ele havia ido ao bilhar do Ribeiro em companhia de um viajante e estava jogando bilhar, quando ouviu um barulho vindo das salas do fundo. Ao chegar no local do barulho, viu que Emílio tinha em mãos um guarda-chuva quebrado e pretendia avançar contra uma outra pessoa. Nesse momento, ele interveio e, com muito esforço, conseguiu tirar Emílio e levá-lo para a sala de bilhar. Como ele havia machucado a boca para tirar seu colega de lá, quando a estava lavando, notou que Emílio tinha retornado para a sala do fundo e voltou atrás dele. Ao chegar na sala, “o encontrou no chão em luta com Antônio Manoel; que conseguiu retirar daí Emílio que estava com a cabeça ensanguentada e o levou para uma outra sala; que instantes depois chegaram dois soldados que tomaram conta de Emílio e então ele declarante deixando-os foi a farmácia.”¹³⁰

Já Tuffi Salim Francez, de vinte e seis anos, também de Beirute, disse que estava no bilhar do Ribeiro comendo uns doces quando ouviu uns barulhos na sala do fundo, “que entrando nessa sala do fundo aí encontrou Antônio Manoel não estando mais na sala Emílio Elias que já havia sido retirado para uma outra sala; que retirou-se do bilhar e só mais tarde é que soube que Emílio e Antônio tinham brigado.”¹³¹

¹³⁰ Processo Crime: *A Justiça x Emílio Elias Zeitum e Antonio Manuel*. fls. 20.

¹³¹ Idem, fls. 21.

Outro relato crucial para analisarmos o jogo de proteções/acusações entre os imigrantes árabes e os outros, foi dado pelo sírio de Oman Tuffi Buclau, chamado de “Tuffi sapateiro” no relato de José Carmello. De acordo com o sírio sapateiro, “quando chegou ao bilhar de Ribeiro estava em companhia de dois estudantes cujo nome ignora e nessa ocasião Emílio Elias já se achava entregue a dois soldados; que logo depois disto os dois soldados vinham trazendo Emílio e este em frente a casa Motton sentou-se na calçada e disse que teve a faca de seu inimigo mas que lha tinham tomado.”¹³²

Os relatos dos familiares Francez e de Buclau dão perspectivas dissonantes do que já havia sido declarado pelas outras testemunhas. Os relatos dos três têm o claro propósito de proteger seu compatriota Emílio Elias, já que de acordo com o relato de José Carmello, se Tuffi sapateiro não tivesse segurado Emílio, Antônio teria sido esfaqueado. Mas, como vimos, Tuffi diz que não viu briga alguma, só encontrou Emílio sendo guiado por dois praças. José Salim Francez, que afirma ter intervindo na briga e segurado Emílio, em nenhum momento se refere à suposta faca ou tentativa de Emílio de esfaquear Antônio Manoel.

Além da questão da projeção da imagem dos sírios e libaneses, da conjuntura de conflito entre grupos étnicos e a aliança entre os patrícios para se protegerem, o caso em questão também demonstra o uso do bar como local de lazer, descontração e afirmação da masculinidade, já que não se tem relatos de mulheres participando desse espaço. O uso desse espaço de apostas e jogos de azar por imigrantes sírios e libaneses, mais uma vez apresenta esses indivíduos como seres humanos comuns, diferentemente da projeção da colônia que os retratava como indivíduos que acumulavam o máximo para juntarem seus capitais. Se a ótica dada é de indivíduos sofrendores que economizam até na alimentação, comendo uma banana durante o dia inteiro, como afirmou, exageradamente, Taufik Duoun, como Emílio Elias e outros imigrantes sírios e libaneses estiveram em bares e casas de apostas, se embriagando e gastando suas economias, ao invés de fazerem as fortunas já mencionadas?

¹³² Idem, fls. 23.

Nessa perspectiva, o caso de Jorge Bittar, que como já vimos foi acusado de ter assassinado João Garcia em companhia do espanhol Firmino Dias Lopes, pode nos dar uma perspectiva ainda mais apurada de como o estereótipo propagado pela colônia não representava todos os integrantes do grupo e, dessa maneira, como o discurso identitário, que tem o intuito de unificar e fixar os sujeitos diante de um estereótipo, mascara e exclui trajetórias dissonantes da desejada.

Assim, vou demonstrar alguns relatos sobre Jorge Bittar que atestam sua fragilidade econômica e sua ocupação duvidosa, para demonstrar uma trajetória não reconhecida no estereótipo do mascate. A descrição de Jorge Bittar começa com o relato do Promotor Público que afirmou que “**Jorge Bittar levava a vida de jogador e errante**, mudando-se constantemente de pensão.”

¹³³ Essa suposta profissão de jogador se deve pelos depoimentos do próprio acusado e de outras testemunhas que vivenciaram o período do crime com o imigrante libanês. Jorge Bittar afirmou em inquérito que na noite do crime “esteve jogando na casa de Antonio Guedes e depois foi jogar na casa de Zacharias Antonio (...) [e] ter se escondido no trem por ter saído sem pagar a conta do hotel”. ¹³⁴ O relato do próprio libanês já nos mostra a sua condição econômica fragilizada e o seu gosto pelo jogo. Nesse sentido, o pouco que ele tinha, foi usado para jogar e tentar angariar mais renda, no entanto, acabou saindo da pensão sem pagá-la por falta de dinheiro.

A falta de renda de que fala Jorge Bittar também foi confirmada por duas outras testemunhas. O brasileiro Augusto Fonseca, de São Roque, interior de São Paulo, negociante de quarenta e um anos de idade, afirmou que Jorge Bittar lhe pediu empréstimo duas vezes e em outra ocasião crédito para um jogo. De acordo com o depoente, ele e Jorge Bittar se conheceram alguns meses antes do crime, quando Jorge foi lhe pedir um empréstimo de cinco mil réis, no que foi atendido. Alguns dias depois desse empréstimo, Jorge retornou pedindo mais uma quantia para viajar a Jaú, ao que Fonseca mais uma vez lhe concedeu. Depois de alguns dias, Augusto Fonseca estava jogando na casa de Antonio Guedes e quando estava para se retirar, Jorge Bittar apareceu e lhe

¹³³ Processo nº 11.859, fls. 2.

¹³⁴ Idem, fls. 73.

pediu “para fazer um ‘cacife’ num jogo de primeira para ele jogar [ao que Augusto Fonseca] disse a Bittar que as pessoas que ali se achavam não jogavam com ele.”¹³⁵ No dia vinte de fevereiro, o dia que se seguiu ao assassinato, Jorge Bittar, ao meio dia, procurou por Augusto para eliminar a dívida que havia contraído.

Do depoimento de Augusto Fonseca, podemos compreender a situação econômica frágil do imigrante libanês Jorge Bittar, essa condição se evidencia pelos empréstimos contraídos e pelas dívidas deixadas nos hotéis. Além disso, mais uma vez a condição de jogador é reforçada quando Jorge Bittar pede uma quantia em crédito para Augusto Fonseca, para poder apostar. Essa trajetória de Jorge Bittar, além das de Emilio e de Benjamim Zeitum demonstram que o estereótipo e a imagem retratada dos imigrantes sírios e libaneses foram e são mais complexas do que a imagem projetada sobre eles. O grupo não é unido e único como o discurso pretende apresentar. O imigrante espanhol João Vargas, proprietário de um “hotel” disse que Jorge Bittar hospedou-se em sua propriedade, “mas como não tinha dez mil réis para pagar a sua conta, ali deixou um pano verde de jogo de dados; que depois disso ainda Jorge tentou voltar ao seu hotel, mas o depoente não aceitou-o a não ser com pagamento adiantado.”¹³⁶

Da mesma forma, o imigrante italiano João Moretti, hoteleiro, afirmou que Jorge Bittar esteve hospedado em sua propriedade do dia dezessete ao dia trinta e um do mês de dezembro, deixando em sua propriedade uma mala como penhor por não ter dinheiro para pagar a conta. Segundo conta o relato, Moretti teria encontrado Jorge no mercado da cidade, por volta de quinze dias após seu cliente ter saído sem pagar a conta, e, ao ser cobrado, Jorge Bittar disse “estar muito envergonhado e sem dinheiro,”¹³⁷ e prometera pagar sua dívida até o dia quinze do próximo mês. Caso não conseguisse, teria ameaçado se suicidar.

Desse caso, vemos como a situação econômica do imigrante não era fácil e segura. O dado de que a mascateação sempre foi uma forma garantida

¹³⁵ Idem, fls. 65.

¹³⁶ Processo nº 11.859, fls. 25.

¹³⁷ Idem, fls. 61.

e segura de se angariar algum capital não parece ter acontecido da mesma maneira com Jorge Bittar. As diversas dívidas contraídas e não pagas e o gosto pelo jogo, podem ser características que não foram apresentadas nos discursos identitários da colônia e dos estudiosos que pretendiam integrá-los à cultura nacional. O objetivo de mostrar essas trajetórias é afirmar que o discurso identitário tem uma função política estratégica que é a de situar o grupo diante da sociedade e do discurso hegemônico. Essa demarcação de lugar depende da forma como o grupo obedece às normas e valores morais propagados pela sociedade receptora. Sendo assim, o mundo do trabalho e sua ética, sendo considerado pela sociedade brasileira como o valor maior a ser propagado e introjetado pelos cidadãos, foi incorporado pelos sírios e libaneses, que, como forma de serem reconhecidos e integrados socialmente, projetaram sobre eles e para eles uma imagem que os assemelhassem a esses valores. Ao fazer isso, o grupo selecionou as trajetórias de membros que mais pareciam com os valores preconizados e excluiu as trajetórias de seus membros que não seguiam esses princípios. Assim, o discurso, para cumprir essa sua função, ao exaltar algumas características através de um estereótipo, mascara todas as outras trajetórias que não se enquadram.

Agora demonstrarei só mais uma trajetória que corrobora com a afirmação feita acima e que demonstra a própria subjetivação dos membros do grupo de imigrantes sobre a valorização do trabalho propagada tanto pela sociedade brasileira como pelo próprio discurso identitário dos sírios e libaneses.

Veremos agora o caso do sírio Zacharias Sarchis que foi convocado pela Justiça Brasileira para se defender da acusação de agressão feita por sua nora Zaia Antônio. A imagem negativa associada ao imigrante começa com o relatório do Promotor Público que diz que Zacharias, “**é homem de maus precedentes, além de vagabundo**, conforme referem algumas testemunhas.”

¹³⁸ As testemunhas de que fala o Promotor foram outros imigrantes sírios e libaneses que conviviam com a agredida e com o agressor.

¹³⁸ Processo Crime: *A Justiça x Zacharias Sarchis*. Juízo de Direito de Piracicaba, 1920, fls. 2.

Uma dessas testemunhas foi João Antônio, de vinte e oito anos, casado, natural da Síria e negociante que disse em relato prestado à Polícia que, quando voltou do sítio, soube pela sua esposa Affif Sarchis, que o seu sogro, Zacharias Sarchis, apareceu em sua casa ao meio dia e agrediu a sua irmã Zaia Antônio e seu sobrinho David e depois ainda quebrou as louças da casa, arrancou as plantações, entre outras coisas. “Que esta não é a primeira vez que Sarchis comete esses desatinos; que **Sarchis não se ocupa de trabalhar vivendo somente de jogo** e de já dois anos a esta parte que tornou-se avalentado vivendo a ameaçar constantemente a sua nora.”¹³⁹

Elias Tacla, de vinte e seis anos de idade, casado, também natural da Síria e negociante, disse em depoimento à Polícia que soube que Sarchis foi até Zaia Antonio e lá a agrediu e ao filho dela. Depois, ainda cometeu diversos disparates. “Que sabe que já por diversas vezes, Sarchis tem praticado esses atos e ameaça continuar a fazer; que conhece a **Sarchis como indivíduo ruim e de péssimos costumes.**”

O depoimento do também imigrante sírio e negociante, Demétrio Salles de vinte e oito anos é instrutivo. Segundo o relato, ele soube que Zacharias Sarchis foi à casa da nora Zaia e lá ele quebrou louças, bateu em Zaia e no filho dela, arrancou plantas, entre outros desatinos. “Que o depoente conhece a Sarchis e sabe que o mesmo tem péssimo procedimento, **sendo vagabundo e desordeiro**, tendo por vezes praticado esses desatinos em casa de sua nora.”

140

O caso de Zacharias Sarchis, assim como todos os outros já mencionados, são importantes para questionarmos o conceito de identidade e interrogarmos os diversos trabalhos que apresentam uma visão muito simplista do grupo de imigrantes e de qualquer outro grupo de sujeitos. Nesse caso, Zacharias Sarchis é considerado vadio, no sentido de não ter a conduta moral e ética apropriada para a caracterização do grupo e da própria sociedade brasileira. Neste caso, os patrícios que acusam Zacharias Sarchis de vagabundo, desordeiro, viciado em jogos, relacionam a violência à falta de

¹³⁹ Processo Crime: *A Justiça x Zacharias Sarchis*. 1920, fls. 11.

¹⁴⁰ Processo Crime: *A Justiça x Zacharias Sarchis*. 1920, fls. 12.

trabalho, como se a condição de trabalhador fosse regeneradora e disciplinadora. Esse discurso e imagem projetada sobre Zacharias pelos seus conterrâneos se aproximam muito das imagens negativas feitas pelos brasileiros e também do discurso identitário brasileiro formulado pela elite agrária, que representava o trabalho como o condutor da civilidade e da moralidade dos indivíduos.

Essas trajetórias permitem analisar os discursos identitários como elaborações políticas estratégicas que respeitam os interesses conjunturais nos quais os grupos estão inseridos. Dessa forma, o discurso identitário se coloca como um conceito performativo, ou seja, que se altera conforme o período histórico e com os interesses dos sujeitos inseridos nesses contextos.

Nesse sentido, é possível pensar que os sírios e libaneses subjetivaram os valores negativos associados a eles pelo termo turco e procuraram inverter essa caracterização negativa exaltando as trajetórias de seus membros que se enquadrassem nos propósitos valorizados pela sociedade receptora. A percepção de que a ética e lógica do trabalho eram considerados os meios de formação da conduta considerada civilizada e aceita foram incorporadas por alguns membros do grupo, que os levaram a produzir obras literárias que exaltavam exatamente as trajetórias de seus membros que se assemelhavam com esses princípios. Essa exaltação de trajetórias que valorizava, como disse Maria Cabreira, a “imagem do homem sofrido, do trabalhador que deu o sangue e que acabou ficando bem de vida,” está muito próxima da moral do trabalho almejada por alguns parlamentares brasileiros do final do século XIX que, como afirmou Sidney Chaloub, a preocupação deles era educar o liberto no sentido de “transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida ‘civilizada’.”

141

A partir das projeções negativas atribuídas aos imigrantes sírios e libaneses, que atendiam ao termo turco, o grupo designado passa a elaborar uma nova projeção sobre eles como resposta. A nova projeção passa a ter a figura do mascate como seu referencial. O mascate em questão passa a ter

¹⁴¹ CHALOUB, S. 2001, p. 69.

algumas características supervalorizadas cujo intuito é exatamente o de unificar todos os membros às mesmas características, sendo essas as preconizadas pela sociedade receptora. Esse mecanismo funciona partindo da compreensão e do registro das diferenças entre seus membros e da necessidade de mascarar tais diferenças sob um estereótipo. Esse, contudo, dadas as diferenças e o registro delas, é constantemente ameaçado, o que faz com que o estereótipo e o discurso sejam constantemente repetidos para passar a impressão de verdade inquestionável e dissociar os valores socioculturais que construíram o mecanismo para relacioná-lo com princípios biológicos.

Nesse sentido, o caso de Zacharias Sarchis e o relato colhido por Maria Cabreira em que um imigrante associa o insucesso de alguns porque “alguma coisa errada ele[s] tinha[m]”¹⁴² é exemplar, visto que os membros do grupo de imigrantes classificam Zacharias como vagabundo, desordeiro e desocupado. Essas caracterizações se relacionam com os modelos de trabalho exaltados pelo estereótipo do mascate e do turco. Esses tipos de atribuições, bem como o relato colhido por Maria Cabreira, evidenciam a subjetivação dos discursos, na medida em que os próprios membros do grupo tem como parâmetros para se identificar e para identificar o outro, essa lógica do trabalho. Essa perspectiva de subjetivação do discurso é que permite que os indivíduos caracterizem aqueles que não conseguiram seguir as mesmas trajetórias exaltadas pelo estereótipo como seres degenerados, ou melhor, biologicamente inferiores.

Em relação a essa funcionalidade do estereótipo e do discurso identitário, Homi Bhabha, ao retratar o discurso colonial e o estereótipo vinculado ao conceito de fetichismo, afirma que dentro do discurso colonial, o conceito de fetichismo é expresso pela relação entre a metáfora como substituição (mascarando a ausência e a diferença) e a metonímia (que registra contiguamente a falta percebida). Dessa maneira, o discurso colonial procura estabelecer um estereótipo que unifique o sujeito colonial e o colonizador em uma única perspectiva, através do conceito fixador, mascarando, dessa

¹⁴² CABREIRA, M. jun. 2001, p. 98.

maneira, a diferença que é continuamente registrada e percebida. “O que se nega ao sujeito colonial, tanto como colonizador como colonizado, é aquela forma de negação que dá acesso ao reconhecimento da diferença. É aquela possibilidade de diferença e circulação que libera o significante de *pele/cultura* das fixações da tipologia racial e cultural ou da degeneração.”¹⁴³

Diante dessa concepção, entendo que o discurso identitário brasileiro, tanto quanto o discurso identitário dos sírios e libaneses no Brasil atende a esse princípio norteador do estereótipo enquanto meio de unificar os membros e impedir o reconhecimento da diferença. Essa tipologia inclusa nos discursos são os referenciais valorativos que os indivíduos subjetivam e utilizam para se compreenderem e compreenderem os outros. Dessa forma, os diversos trabalhos discursivos exaltam algumas trajetórias em detrimento de outras e propagam, a partir dos estereótipos, algumas imagens em detrimento de outras, com o fim de representar seus indivíduos sob o signo de um grupo hegemônico, para atender às necessidades conjunturais do espaço/tempo em que estão inseridos.

¹⁴³ BHABHA, H. 1998, p. 117.

4.) Conclusão:

Pretendo agora apresentar uma conclusão parcial que o estudo das fontes em questão me permitiu analisar, ambicionando, ainda, continuar com a investigação das representações identitárias através do uso de mais processos judiciais em consonância com outros tipos de documentos históricos, como a Ata da Sociedade Beneficente Sírio e Libanesa de Piracicaba, diários, cartas, periódicos do grupo imigrante e de brasileiros, entrevistas, entre outros. Este estudo almeja questionar os estereótipos identitários, bem como o próprio conceito de identidade. Esse questionamento possibilitou considerar as identidades nacionais como construções culturais que atendem às conjunturas históricas dos períodos em questão.

Almejei com este trabalho apresentar alguns indícios e afirmações sobre o funcionamento dos discursos identitários tendo como base de análise a imigração síria e libanesa para o Brasil, focando o município de Piracicaba. Demonstrei utilizando o trabalho de Sidney Chalhoub que a preocupação da elite agrária brasileira, em finais do século XIX e começo do século XX, era de fazer com que os indivíduos vendessem a sua força de trabalho sob a alegação de que o trabalho, principalmente o agrícola e fabril, era o principal meio de civilizar os indivíduos. Sob essa alegação e buscando elaborar um discurso que unisse as diversidades culturais, raciais e sexuais brasileiras, o imigrante sírio e libanês foi, inicialmente, o outro, o tipo degenerado, para que os brasileiros pudessem ser os civilizados e bons. Assim, os brasileiros projetaram nos imigrantes sírios e libaneses um estereótipo que canalizava as caracterizações e trajetórias consideradas inaceitáveis de seus próprios membros. Esse estereótipo respondia a denominação de “turco” e visava ofender quem era assim denominado. Dessa forma, o termo foi subjetivado por vários membros da população brasileira e por outros grupos de imigrantes e toda vez que ele foi evocado, ele trazia consigo as caracterizações negativas e pejorativas.

Observei através dos processos judiciais, que esse termo foi corriqueiramente utilizado em situações de conflito entre brasileiros e outros imigrantes contra os sírios e libaneses, o que demonstra que em momentos de

raiva, ódio, rancor e conflito o termo era evocado para inferiorizar e reforçar o estereótipo negativo atribuído aos sírios e libaneses. Em oposição, o termo era utilizado para valorizar quem o evocava.

Em resposta ao estereótipo negativo do “turco”, a colônia e alguns brasileiros que se preocupavam com a assimilação das várias correntes de imigração no país, procuraram projetar outra imagem dos sírios e libaneses. A imagem projetada por esses indivíduos buscava positivar a presença desse contingente imigratório à cultura nacional na medida em que foram exaltadas as aptidões e habilidades ao trabalho. Nesse contexto, a figura do mascate, anteriormente muito mal vista e considerada como atuação de indivíduos ociosos e, por isso, perigosos e de má índole, passa a ser pintada como o exemplo de trabalhador. Ao mascate ficam marcadas as imagens de trabalhador honesto, trabalhador árduo e incansável, econômico e que não se dava aos vícios da ociosidade.

Dessa forma, apresentei alguns discursos que evidenciaram essa projeção atribuída aos sírios e libaneses e cujo intuito era de propor uma identidade que unificasse esse grupo sob uma mesma imagem que exaltava as características preconizadas pela sociedade brasileira. Entretanto, o meu objetivo foi demonstrar que os discursos identitários, como esse, procuram unificar e fixar seus membros a partir de um estereótipo e, com isso, acabam mascarando e excluindo trajetórias que não se assemelham com essas. Assim, esses indivíduos mascarados, não podem ser representados e, por isso, não tem seus interesses defendidos. Afirmo que o discurso identitário funciona sob o interesse de um grupo hegemônico e esse poder depende de vários fatores, como a classe, a raça, a sexualidade, entre outros.

Diante dessa questão, demonstrei trajetórias de alguns imigrantes sírios e libaneses em Piracicaba, que enfrentaram diversos problemas econômicos e que, dadas as suas profissões ou condutas cotidianas, não se inseriam no estereótipo propagado pela colônia e pelos assimilacionistas.

Diante dessa preocupação vimos que Jorge Bittar, em sua curta passagem por Piracicaba e em decorrência de seu gosto pelo jogo adquiriu ‘amizades’ (se assim podemos considerar) e credores brasileiros que o

auxiliaram em momentos de dificuldade ao invés de ter sido socorrido financeiramente por conterrâneos organizados na Sociedade Beneficente Síria de Piracicaba que já estava constituída desde 1902. Além disso, tal caso também demonstrou o interesse pelo jogo e como os gastos com tal prazer minavam a economia e o “pecúlio” que Jorge Bittar poderia ter adquirido.

O mesmo pode ser constatado no caso de Emílio Elias que entrou em conflito com brasileiros em decorrência de uma aposta em um bar no município. Esse caso também foi interessante por ter inserido no conflito outros imigrantes árabes, que, presentes no bar, tentaram segurar Emílio e acalmar a situação. Tal episódio demonstra certa união dos imigrantes árabes ao protegerem um conterrâneo, inclusive com depoimentos vazios de descrições e conteúdos no inquérito policial e trâmites legais e também nos dá demonstrações de que os imigrantes sírios e libaneses, como boa parte dos indivíduos, frequentavam bares, se distraíam, gastavam dinheiro e necessitavam de lazer, esquecendo, ao menos em alguns momentos, o trabalho “árduo” a que se submetiam.

A propósito do trabalho dos imigrantes sírios e libaneses no Brasil, o caso de Benjamim Zeitum também nos foi importante por apresentar uma trajetória repleta de conflitos e passagens em delegacias, tanto de Piracicaba como de São Paulo, como também por demonstrar uma suposta profissão que o diferenciava do grupo de imigrantes (tal como foi descrito pelas pesquisas que apontaram que a maioria do grupo se inseriu como mascate). Em seu depoimento à justiça, Benjamim se disse negociante de roupas brancas, entretanto, muitas das testemunhas afirmaram desconhecer sua profissão e sabiam apenas dizer que ele vivia dos proventos obtidos com a exploração da “Pensão Royal”, casa de tolerância de propriedade de sua amante, a portuguesa Clarisse Pinto.

Jorge Bittar, cuja profissão descrita em auto de qualificação pela Polícia, foi de jogador, também reafirma essa consideração. Entre os relatos sobre ele, não encontramos nenhum que desse qualquer informação que negasse que ele seria um “jogador errante” como foi descrito pelo Dr. Promotor Público. Tal é o fato, que Bittar utiliza de sua condição de jogador como álibi. Entretanto, o

fato de estar constantemente viajando pode evidenciar a profissão de vendedor ambulante, fato que não foi considerado pelos seus testemunhos e de outras pessoas que o “conheciam”. Sendo assim, a condição de jogador e a profissão não exclamada, o deixava numa situação fragilizada em relação aos olhos e projeções da sociedade brasileira do período, pois ela considerava o jogo imoral, como prática que desvirtuava o trabalhador e o levava à degeneração da moral do trabalho.

Tal contexto moral expõe a projeção social de um ideal de indivíduo cuja índole deve ser a do trabalho e da acumulação, sendo, então o jogo, um vício que deve ser evitado. Essa projeção se baseia num ideal perfeito que procura ser atingido e é constantemente abalada pela “imperfeição” dos que são adeptos ao jogo. Como a questão se passa em escalas de migrações humanas e defesas de interesses nacionais, as imperfeições dos membros natos de uma sociedade ou, dos que a nação tenha interesse em assimilar, são mascaradas, omitidas, negligenciadas, mas não deixam de ser registradas. Em virtude do registro dessas ações deturpadas de seus próprios membros, a sociedade - representada pelos seus mais variados agentes produtores de discursos, como literatos e jornalistas – busca destacar uma suposta diferença em relação ao outro, o estrangeiro que não se quer, atribuindo a esse outro as degenerações que seus próprios membros possuem, para que dessa maneira, seja criada uma visão positiva de si.

Esse outro a que são atribuídas características negativas que a sociedade procura negar de si, foram retratados como turcos. O termo era utilizado porque no início da imigração esses indivíduos chegavam com passaporte emitido pelas autoridades turcas. Entretanto o termo passou a representar as características negativas projetadas pela sociedade brasileira. Os imigrantes sírios e libaneses foram, inicialmente, vistos com suspeita e desconfiança o que levou à representação negativa, dada a inserção econômica da maioria do grupo e do receio dos brasileiros, em especial dos piracicabanos, com um grupo de imigrantes de características culturais muito diferentes das que eles estavam habituados, principalmente na fala.

O comércio, por escolha ou pela “facilidade”, foi adotado pela maioria dos sírios e libaneses que emigraram de suas terras para o Brasil, como forma de adquirir o sustento e lançar sua sorte ao destino. Tal prática, não era considerada das mais virtuosas e não era uma das mais valorizadas por membros da sociedade predominantemente agrária de Piracicaba.

O periódico do município, que atendia aos interesses da aristocracia rural piracicabana, repudiava o tipo de inserção profissional ao comércio, por considerarem que os braços de imigrantes deveriam ser aproveitados em favor da lavoura e não em atividades urbanas que extraíam o dinheiro dos que trabalhavam. Nesse sentido os imigrantes sírios e libaneses, por se dedicarem, de modo geral, ao comércio eram mal vistos pela sociedade piracicabana que não consideravam o comércio e a mascateação como “ocupação séria”. Como demonstrei neste trabalho, foram publicadas diversas notícias depreciando a inserção no mercado de trabalho dos sírios e libaneses, chegando a sugerir a expulsão desses indivíduos dos municípios. Essas notícias acusavam os imigrantes sírios e libaneses em condição de mascates de serem vadios, desordeiros, contraventores, antropófagos, imorais e degenerados, o que contribuía para a subjetivação dos sírios e libaneses como “turcos” indesejáveis e inferiores.

Concluo que a forma como foram atribuídas as imagens atribuídas aos imigrantes sírios e libaneses sob a denominação de turcos, se relacionam com o contexto do município e do Estado de São Paulo no período, que vivenciava um momento de expansão da lavoura cafeeira e, no caso piracicabano, da lavoura canavieira. Diante desse quadro, havia inúmeras notícias sobre a necessidade de mão-de-obra para as fazendas de café e de cana de açúcar que pressionavam o governo federal e estadual a subsidiarem a imigração europeia. Tal subsídio, além da questão econômica, também era influenciado por um forte sentido racial, que pretendia branquear a população paulista com o imigrante europeu.

Os sírios e libaneses, orientais, que imigraram para o município piracicabano romperam as expectativas da elite e adentram a sociedade paulista e piracicabana sem o auxílio das instâncias governamentais brasileiras

(indo contra o intuito nacional e estadual de subsidiar, inicialmente apenas, trabalhadores europeus) e se inseriram no mercado de trabalho urbano, no ramo do comércio, que era dominado até então, em boa parte do estado de São Paulo por portugueses, italianos e alemães. Ou seja, os imigrantes sírios e libaneses, além de não serem pretendidos pelos brasileiros, ainda não se inseriram (na maioria dos casos) no meio econômico que o governo privilegiava.

Tal questão foi demonstrada por Jeffrey Lesser que observou um duplo sentimento em relação aos sírios e libaneses. Alguns autores, políticos e jornalistas, a que Edward Said chama de agentes discursivos, procuram estabelecer um elo com os sírios e libaneses buscando num passado longínquo as raízes étnicas dos brasileiros ora evidenciando que as fragilidades da sociedade brasileira se deviam ao passado luso-árabe, ora ressaltando algumas características da etnicidade árabe como positivas ao desenvolvimento do Brasil.

O cotidiano dos imigrantes sírios e libaneses no Brasil foi diversificado como os processos judiciais apresentaram. Eles ora se relacionaram e tiveram boas “relações” com os brasileiros, ora travaram conflitos contra os brasileiros diante de várias causas, como econômica, profissional, ideológica e étnica.

Partindo dessas razões étnicas e econômicas, a sociedade brasileira criou um estereótipo com qualificações negativas para se referir aos imigrantes sírios e libaneses com o substantivo “turco”. Os diversos imigrantes originários da Síria e do Líbano foram marcados, agrupados e diferenciados do restante da população pelo significante turco e tal qual seu objetivo, lhes foram atribuídos significados degenerativos. Esse ato partiu de propostas ideológicas que atribuem ao outro (o imigrante sírio e libanês) as qualificações que os cidadãos brasileiros ou imigrantes europeus não possuíam. Assim, os sírios e libaneses passaram a ser a falta em relação aos brasileiros e estrangeiros europeus, ou seja, os imigrantes sírios e libaneses eram aquilo que os outros não eram.

Desse quadro, como vimos, os libaneses e os sírios foram representados como indivíduos desordeiros e degenerados. Quando eles

estavam em conflito com outros indivíduos, as vezes até como vítimas, eles eram descritos de forma inferiorizada e bestializada. Assim, sempre que o termo “turco” era evocado, um conjunto de valores negativos o acompanhava, por isso, em situações de conflito, quando as pessoas estavam irritadas, chateadas e com raiva, resgatavam o termo num claro sinal de apontar ao outro como diferente e inferior.

Diante do desenvolvimento econômico que alguns membros do grupo conseguiram galgar, tais caracterizações representavam entraves aos negócios e os incomodava. Para os brasileiros, diante de alterações nos princípios políticos e econômicos do país, com políticas de valorização do meio urbano e a preocupação com a elaboração dos estatutos da etnicidade brasileira, principalmente depois da década de vinte do século passado, surge um duplo movimento em relação aos imigrantes árabes. Alguns autores ressaltaram que esses indivíduos poderiam ser assimilados à cultura euro-brasileira por possuírem semelhanças valorativas e uma moral do trabalho como a desejada pelos brasileiros, mas para que esses imigrantes pudessem ser incorporados, o estereótipo negativo do termo turco precisou ser transformado em qualidades almejadas pelo Estado e pela sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, outros autores reforçaram a necessidade de excluir os sírios e libaneses e todos os imigrantes árabes do convívio com a sociedade brasileira por considerarem-nos como um eminente perigo à moral e à cultura brasileira, já que esses imigrantes seriam degenerados e teriam todas as qualidades negativas as quais já foram demonstradas por esse trabalho.

Mudar a representação de um grupo não é tarefa simples e nem rápida, mas exige o esforço de um conjunto de agentes, entre os quais os já citados literatos, acadêmicos, políticos e jornalistas. No caso dos sírios e libaneses a assimilação do termo turco e das visões negativas que o acompanhavam como meio de diferenciar esses imigrantes do restante da população que fazia parte do Brasil, não foi tranquila. Em muitos casos houve revolta, brigas, agressões físicas, verbais e morais dos imigrantes designados contra os que assim os caracterizavam.

Foram esses os casos de Benjamim e Emílio Elias, que agrediram e ofenderam as pessoas que os denominavam de maneira negativa e inferiorizada. Tais ações dos imigrantes representam o confronto subjetivo da imagem que os indivíduos fazem de si com a projeção feita pelo outro. Ao se enxergarem pelos olhos do outro, os indivíduos, podem ter alguns tipos de reações, como o registro da diferença e a assimilação passiva desta, ou então, os indivíduos procuram negar a diferença a que foi colocado de forma agressiva, procurando atestar o seu valor. Outra possibilidade de reação é a percepção de que são diferentes e utilizam meios de acentuar esse espaço étnico-cultural que os distinguem, resgatando a positividade de suas características, entre outras varias combinações de elementos e ações.

Benjamim Zeitum e os imigrantes sírios e libaneses, de forma geral, parecem ter reconhecido as diferenças e feito questão de marca-las, mas de modo geral, esperaram que o reconhecimento dessas diversidades não impedissem um bom relacionamento e o respeito das diferenças por parte dos brasileiros. Em alguns casos, como esses imigrantes eram vistos com extrema desconfiança e inferiorização, a reação de alguns era violenta contra os que não os reconheciam num patamar horizontal.

A colônia, evitando atritos com a sociedade receptora, procurou demarcar suas diferenças étnicas com os brasileiros ao mesmo tempo em que, visando a integração no país receptor, buscou elencar características dos membros da colônia que se aproximassem aos aspectos preconizados pelos brasileiros. O objetivo era aproximá-los, mas não necessariamente esconder as diferenças culturais que os distinguiu, tanto é que os imigrantes e muitos descendentes ainda fazem questão de reafirmar a sua origem ou de seus antepassados afirmando serem sírios ou libaneses, ou descendentes de sírios ou de libaneses.

A aproximação com a etnicidade brasileira e a necessidade de incorporar alguns elementos, ou estatutos do país receptor fez com que a identidade dos imigrantes árabes, no caso sírios e libaneses fosse distinta da identidade que eles possuíam no momento em que emigraram. Oswaldo Truzzi apontou em seu trabalho que as identidades dos sírios e libaneses eram

fragmentadas em diversos aspectos como a religiosidade, a aldeia, a visão política e econômica, os graus de parentesco, entre outros. Entretanto, de modo geral, no Brasil tais distinções – que permaneceram dentro da colônia – foram mascaradas por uma identidade generalizada e necessária para a representatividade diante de uma sociedade receptora cujas políticas e discursos dos formadores de opinião pública eram ameaçadores e até xenofóbicos. Uma das estratégias dos imigrantes sírios e libaneses foi utilizar as trajetórias de membros bem sucedidos para mascarar as trajetórias dos indivíduos que não se enquadravam totalmente nos estereótipos e expectativas feitas pelos brasileiros a respeito dos imigrantes de modo geral.

Tais questões que procurei demonstrar serviram para elucidar os mecanismos de funcionamento da construção das identidades e buscar fissuras em ideologias que afirmam ser a identidade étnica e cultural como preponderantemente composta por fatores biológicos e naturais. Tentei mostrar que as identidades étnicas são construções culturais que se alteram na relação espaço/tempo, ou seja, as identidades são discursos construídos em razão da ambivalência que se altera de acordo com as necessidades de um dado grupo num local e tempo específico. Como os sírios e libaneses que possuem distinções étnicas, mas dadas as necessidades assimilacionistas num país que os rejeitava, como o Brasil, as diferenças entre eles foram mascaradas sob um discurso que os unia numa sociedade imigrante sírio-libanesa com estatutos étnicos que se assemelhavam aos valores preconizados pela etnicidade brasileira.

5.) Bibliografia:

AB'SABER, A. N. *Relações entre o Brasil e o Mundo*. Seminário Internacional realizado em Brasília, nos dias 6 e 7 de junho de 2000. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. ed. 85. Rio de Janeiro: Record, 2001.

AMARÍLIO JÚNIOR. *As vantagens da imigração síria no Brasil: em torno de uma polemica entre os sins*. Herbert V, Levy e Salomão Jorge, no “*Diário de São Paulo*”. Rio de Janeiro: Off. Gr. da S. A. A Noite, 1925.

ARAÚJO, O. E. de. Enquistamentos Étnicos. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v.6, 65, pp. 227- 46, março 1940.

BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

CABREIRA, Márcia M. *Cultura e Identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa*. *Eccos Revista Científica, UNINOVE, São Paulo*, n. 1, v. 3, p. 93 – 103, jun. 2001.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Editora José Olympio, 1964.

CHALOUB, S. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. Texto produzido a partir da palestra proferida no TRT 4ª Região, por ocasião do Curso de formação de multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”, no dia 03 de junho de 2005. A Palestre recebeu o título “A importância do processo judicial para a memória de uma Nação moderna.”

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Editora da UNICAMP, 2001.

ELLIS JR., Alfredo. *Populações paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

FARHAT, E. *Dinheiro na Estrada: uma saga de imigrantes*. T.A Queiroz, São Paulo, 1986.

KNOWLTON, Clark S. *Libaneses no Brasil, mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhembi, 1960.

LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes e a luta pela etnicidade no Brasil*. Editora UNESP, 2001.

MELO, J. E. V. *O Açúcar no Café: Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850 – 1910)*. Tese de Doutorado, USP, 2009.

MONSMA, K. *Histórias de Violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo das relações interétnicas*. In: DEMARTINI, Z. B. F. e TRUZZI, O. M. S. **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas**. EDUFSCar, São Carlos, 2005.

NETO, C. E. *Almanaque 2000: memorial de Piracicaba, século XX*. IHGP, Piracicaba, 2000.

OLIVER, G. T. de S. e SZMRECSÁNYI, T. *A estação experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920-1940)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46.

RAMOS, P. *História Econômica de Piracicaba (1765 – 1930): As particularidades do complexo canavieiro paulista*. In: TERCI, E. T. (org.) *O Desenvolvimento de Piracicaba: Histórias e Perspectivas*. Editora UNIMEP, 2001.

SAID, E. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

TORRES, M. C. T. M. *Piracicaba no Século XIX*, Piracicaba: IHGP, 2003.

TRUZZI, Oswaldo M. S. *De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, Brasília, 1991.

_____. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

_____. *Sírios e Libaneses: Narrativas de história e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*, São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____ e MONSMA, K. Cotidiano e Violência: crimes e identidades étnicas entre imigrantes italianos no meio rural paulista. In: *Travessia: revista do migrante*. Cotidiano, ano XVI, número 47, setembro-dezembro 2003

YOUNG, R. *O desejo colonial: Hibridismo em Teoria, Cultura e Raça*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2005.

6.) Fontes Documentais:

Almanak 1900 de Piracicaba (Disponível para consulta no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

Documentos Jurídicos (Disponível para consulta no Instituto Martha Whatz de Piracicaba – UNIMEP.);

Periódico *Gazeta de Piracicaba* (Disponível para consulta no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba e Biblioteca Municipal de Piracicaba)

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ano I, janeiro de 1935, São Paulo, vol. VIII (Disponível para consulta no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

7.) Anexos

Anexo 1 – Lista de Processos Judiciais de Piracicaba de 1900 até 1940 em que os Sírios e Libaneses aparecem como requerentes ou requeridos.

DATA	Nome	Situação Judicial	Motivo
1910	Felipi Salim Francy	Requerido (réu)	Defloramento
1913	José Maluf	Requerido (réu)	Cobrança
1914	João Antonio Haddad	Requerido (réu)	Homicídio
1914	Benjamim Zeitum	Requerido (réu)	?
1914	Emílio Elias Zeitum	Requerido (réu)	Desordem
1915	João Antonio Haddad	Requerente (apelação)	Homicídio
1915	Aziz Salim	Requerido (réu)	Atentado violento ao pudor mais estupro
1917	Elias Miguel (?)	Requerido (réu)	Defloramento
1918	Olavo Mader (?)	Requerido (réu)	Defloramento
1918	Nassalla Daruj	Requerente	Cobrança
1919	Nagib Bettini e outros...	Requerido (réu)	Furto
1920	Zacharias Sarchiz	Requerido (réu)	Homicídio
1920	Jamil José	Requerido (réu)	Defloramento
1920	Jamil José	Requerido (réu)	Defloramento
1920	Jamil José	Requerido (réu)	Defloramento
1921	Jamil José	Requerido (réu)	Defloramento
1921	Benjamim Zeitum	Requerido (réu)	Desordem
1922	Jamil José	Requerente	Apelação de Crime de Defloramento
1923	Jorge Bittar	Requerido (réu)	Homicídio
1926	Moacyr de Nurdi (?)	Requerido (réu)	Atentado ao pudor
1926	Riscalla	Requerido	Estupro

	Massuh	(réu)	
1929	David Sarruge	Requerido (réu)	Cobrança
1930	Aiçar Calil	Requerente	Vítima de Furto
1930	Abrahão Azem	Requerente	Cobrança
1935	Clementino e Nagib Metni	Requerido (réu)	Roubo
1935	Clementino e Nagib Metni	Requerido (réu)	Roubo
1936	Benjamim Zeitum	Requerido (réu)	Vadiagem

Anexo 2 - Lista de Sírios ou Libaneses Mascates em Piracicaba (1899)

Abrahão José	Jorge Zacharias
Abrahão Salomão	José Elias
Ajupe Elias	José Jorge
David José	José Reassale
Elias Jorge	Miguel Ajarra
Elias Zacharias	Miguel Elias
Fada Abraham	Miguel Salomão
Gabriel Jorge	Naaman José
Joana Abide	Naide Rison
João Nalufe	Nicolau José
Jorge Elias	

21 mascates possivelmente sírios ou libaneses de um total de **56 mascates na cidade**.

Anexo 3 - Lista de Árabes proprietários de Armarinhos e Fazendas em Piracicaba (1899):

Abib Bacarate	Azir Abouclardi
Abto Nass	Felício Elias e irmão
Amador Zaidan	João Elias Nina

José Salomão

Miguel Maran

Manoel Elias

Nagib Mattar

Miguel Jorge & Irmão

Saly Pechir

Miguel José

13 proprietários (possivelmente árabes) de um total de 35 na cidade.

Anexo 4 – Total de Habitantes em Piracicaba

1900: 25.374 ¹⁴⁴

1950: 87.835 (sétima cidade mais populosa do estado, ficando atrás, respectivamente de: São Paulo – 2.198.096; Santos – 203.562; Campinas – 152.547; Santo André – 127.032; Sorocaba – 93.928; Ribeirão Preto – 92.160;) ¹⁴⁵.

Anexo 5 – Ficha Criminal de Benjamim Zeitum * 146

Data	Motivo	Local
03/01/1910	Preso por Desordem	São Paulo – S.P.
09/09/1910	Preso por Furto	São Paulo – S.P.
01/07/1911	Detido pelo art. 303 do Código Penal, mas posto em liberdade.	São Paulo – S.P.
**29/08/1911	Preso por Vadiagem	São Paulo – S.P.
**05/10/1911	Preso por Vadiagem	São Paulo – S.P.
24/05/1914	Detido pelo art. 303 do Código Penal.	Piracicaba – S.P.

* A essa ficha ainda foram adicionados em 14/09/1921 pelo art. 303 do Código Penal, em Piracicaba, S.P.; e em 27/05/1930, por vadiagem, mas posto em liberdade, na cidade de Piracicaba, S.P.

** Cumpriu prisão celular de 06/12/1911 a 29/11/1911.

¹⁴⁴ TORRS, M. C. T. M. **Piracicaba no século XIX**, DEGASPARI, Piracicaba, 2003, p. 269.

¹⁴⁵ PERES, Maria Thereza Miguel. Piracicaba: imagens da Modernidade na década de 1950. IN: O desenvolvimento de Piracicaba.... p. 94.

¹⁴⁶ Processo Crime: *A Justiça x João Estanislau e Benjamim Elias Zeitum*, Juízo de Direito de Piracicaba, 1914, fls. 40.